



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIENE SOARES FERNANDES

**O PROFESSOR TEMPORÁRIO E SUA AÇÃO NO ENSINO
DE GEOGRAFIA**

Londrina
2014

JULIENE SOARES FERNANDES

**O PROFESSOR TEMPORÁRIO E SUA AÇÃO NO ENSINO
DE GEOGRAFIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Geografia em Dinâmica Espaço Ambiental.

Orientadora: Prof^a Dr^a Alice Yatiyo Asari.

Londrina
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

F363p Fernandes, Juliene Soares.
 O professor temporário e sua ação no ensino de Geografia/Juliene
 Soares Fernandes. – Londrina, 2014.
 137f. : il.

 Orientadora: Alice Yatiyo Asari.
 Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina,
 Departamento de Geociências, 2014.

 1. Mestrado em Geografia em Dinâmica Espaço Ambiental – O
 professor temporário e sua ação no ensino de Geografia. Fernandes,
 Juliene Soares. Universidade Estadual de Londrina, Departamento de
 Geociências.

CDU: 911:37.02

JULIENE SOARES FERNANDES

**O PROFESSOR TEMPORÁRIO E SUA AÇÃO NO ENSINO DE
GEOGRAFIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Geografia em Dinâmica Espaço Ambiental.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Alice Yatiyo Asari
UEL – Londrina - PR

Profª Drª Ana Maria Marques Camargo
Marangoni
USP – São Paulo - SP

Profª Drª Ruth Youko Tsukamoto
UEL – Londrina - PR

Londrina, 05 de maio de 2014.

Dedico esse trabalho a Deus por me dar sabedoria, a minha avó que sempre me apoiou e que me ensinou a perseguir meus objetivos com dedicação, coragem, dando-me força e incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

À minha orientadora e amiga professora Alice Yatiyo Asari, por acreditar em mim, me mostrar o caminho da ciência, fazer parte da minha vida nos momentos bons e ruins, por ser exemplo de profissional e de mulher a qual sempre fará parte da minha vida, pois com ela aprendi muito mais do que teorias, ciência; aprendi a cultivar a generosidade, a compreensão, a ter paciência e a humildade. Sabe ser múltipla em tudo que faz: amiga-mãe-orientadora.

Às professoras Rosana Figueiredo Salvi e Ruth Youko Tsukamoto pelas valiosas contribuições ao trabalho, na etapa da qualificação.

Aos professores, funcionários e diretores das Escolas Estaduais dos municípios de Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira e Assaí que destinaram parte do seu tempo para participar dessa pesquisa.

A meus amigos do mestrado, pelos momentos divididos juntos.

Finalmente, gostaria de agradecer à Universidade Estadual de Londrina e ao Departamento de Geociências por abrirem as portas para que eu pudesse realizar este sonho que era a minha DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. Proporcionaram-me mais que a busca de conhecimento técnico e científico, uma LIÇÃO DE VIDA.

FERNANDES, Juliene Soares. **O professor temporário e sua ação no ensino de Geografia**. 2014, 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Dinâmica Espaço Ambiental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar as dificuldades do professor, levantando questões como a indisciplina, a falta de motivação dos alunos, o domínio do conteúdo pelo professor, o uso de métodos de ensino voltados para a construção do pensamento crítico do aluno e o papel dos professores temporários no processo de ensino-aprendizagem. Assim, viu-se a necessidade de realizar uma pesquisa teórica e empírica sobre o professor, o professor temporário e o trabalho temporário para verificar como esta condição reflete na prática de ensino, entrevistando professores da rede estadual dos municípios de Santa Cecília Pavão, São Sebastião da Amoreira e Assaí. A pesquisa identificou que os professores não efetivos não possuem consciência da interferência do trabalho temporário na aprendizagem dos alunos e na construção do conhecimento, de como o sistema de trabalho enfraqueceu a prática de ensino e que, além de trabalhar em condições precárias são submetidos a horas extras de serviço para garantir um bom salário, além de viver com a instabilidade funcional e financeira.

Palavras-chave: Professor. Professor temporário. Trabalho. Trabalho temporário. Ensino aprendizagem.

FERNANDES, Juliene Soares. **Temporary teacher and his action in Geography teaching**. 2014, 137 p. Dissertation (Master's degree in Geography in Dynamic Space and Environmental) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

This study aimed to identify the difficulties of the teacher, raising questions as indiscipline, lack of student motivation, mastery of the subject by the teacher, the use of teaching methods geared to build the student's critical thinking and the role of teachers temporary in the teaching learning process. Thus, we have seen the need for a theoretical and empirical research on the teacher, the teacher and the temporary agency work to verify this condition as reflected in teaching practice, interviewing teachers statewide network of municipalities of Santa Cecília Pavão, from São Sebastião Amoreira and Assaí. The research identified that ineffective teachers have no consciousness of interference temporary work in student learning and knowledge construction, how the work system weakened the teaching practice and that, in addition to working in precarious conditions are subject to overtime service to ensure a good salary, besides living with functional instability and financial.

Keywords: Temporary teacher. Labor. Temporary work. Teaching learning. Teacher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Local de residência dos professores entrevistados.....	55
Figura 2 - Dados das escolas estaduais de Santa Cecília do Pavão	63
Figura 3 - Dados das escolas estaduais de São Sebastião da Amoreira	74
Figura 4 - Dados das escolas estaduais de Assaí.....	77
Figura 5 - Local de nascimento dos professores entrevistados.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– População Rural e Urbana de Santa Cecília do Pavão.....	57
Tabela 2	– Participação dos ramos de atividades segundo o valor adicionado fiscal de Santa Cecília do Pavão – PR	58
Tabela 3	– População Rural e Urbana de São Sebastião da Amoreira	59
Tabela 4	– Participação dos ramos de atividades segundo o valor adicionado fiscal de São Sebastião da Amoreira	60
Tabela 5	- População Rural e Urbana de Assaí	61
Tabela 6	– Participação dos ramos de atividades segundo o valor adicionado fiscal de Assaí	61
Tabela 7	– Número de Alunos por turma e período	68
Tabela 8	– Número de Alunos por turma e período	84
Tabela 9	– Número de professores PSS, QPM e com pós-graduação	86
Tabela 10	- Faixa etária dos entrevistados e seus familiares.....	87
Tabela 11	– Profissão dos entrevistados e seus familiares	89
Tabela 12	- Perfil Socioeconômico dos entrevistados.....	90
Tabela 13	- Instrumentos utilizados pelos professores	92
Tabela 14	- Dificuldades encontradas pelos professores na sala de aula	94
Tabela 15	- Planejamento e replanejamento das atividades dos professores	96
Tabela 16	- Instrumentos utilizados por professores para avaliação.....	96
Tabela 17	– Razões da opção pelo curso de Geografia	98
Tabela 18	- Dificuldades durante a formação.....	98
Tabela 19	- Pesquisas realizadas pelos professores	100
Tabela 20	– Tipos de leituras complementares realizadas pelos professores	100
Tabela 21	- Dificuldades encontradas pelos professores para manusear a tecnologia.....	101
Tabela 22	- Instrumentos utilizados para sensibilizar o interesse do aluno	102
Tabela 23	– Desempenho de 5 a 10 do professor durante as aulas.....	104
Tabela 24	- Existe diferença entre professor temporário e o efetivo?	106

Tabela 25 – É importante ter o mesmo professor durante o ano todo?	106
Tabela 26 - O Professor PSS pode transformar a vida de um aluno?	107
Tabela 27 - O que fazer quando o aluno não aceitar o novo professor?.....	109
Tabela 28 - Qual a preocupação do professor ao substituir um professor QPM?	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Renda mensal das famílias dos alunos do Colégio Est. Conselheiro Carrão	80
Gráfico 2 – Nível de estudos dos entrevistados e seus familiares.....	89
Gráfico 3 – Atividades de lazer realizadas pelos professores	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
APM	Associação de Pais e Mestres
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
CELEM	Centro de Estudos de Língua Estrangeira Moderna
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CTPS	Carteira de Trabalhador e Previdência Social
DCEs	Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná
DEO	Diretrizes Educacionais Orientadoras
DEP	Departamento de Educação Profissional
EFMP	Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FICA	Ficha de Comunicação do Aluno Ausente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDE	Programa de Desenvolvimento Educacional
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEM	Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio
PSS	Processo Seletivo Simplificado
QPM	Quadro Próprio do Magistério
SBG	Sociedade Brasileira de Geografia
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SUS	Sistema Único de Saúde
USP	Universidade de São Paulo

SUMARIO

INTRODUÇÃO	14
1 TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE	18
1.1 A GEOGRAFIA E SUA RELAÇÃO COM A CATEGORIA TRABALHO	23
1.2 TRABALHO TEMPORÁRIO.....	26
1.3 O PROFESSOR TEMPORÁRIO E O DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ	30
2 ENSINO DE GEOGRAFIA	45
3 CONTEXTUALIZANDO OS PROFESSORES DO QPM E PSS DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO E SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – PR	54
3.1 BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO E SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – PR	54
3.1.1 Santa Cecília do Pavão	56
3.1.2 São Sebastião da Amoreira.....	58
3.1.3 Assaí.....	60
3.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO ENTREVISTADAS	62
3.2.1 PPP das Escolas do Município de Santa Cecília do Pavão – PR.....	62
3.2.2 PPP das Escolas do Município de São Sebastião da Amoreira – PR	70
3.2.3 PPP das Escolas do Município de Assaí – PR	76
4 REFLEXÕES ACERCA DOS PROFESSORES DO QPM E O PSS	85
4.1 PERFIL DOS PROFESSORES DO QPM E O PSS	85
4.2. PROFESSORES DO QPM, O PSS E AS CONDIÇÕES PARA MINISTRAR AS AULAS.....	91
4.3 O PROFESSOR: POR QUE GEOGRAFIA?.....	97
4.3.1 Professor PSS X Professor QPM	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113

REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	121
ANEXO A - Modelo de questionário que subsidiou as entrevistas com os Professores temporários	122
ANEXO B - Modelo de questionário que subsidiou as entrevistas com Professores efetivos.....	129
ANEXO C - Roteiro de entrevistas junto ao representante da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná	135
ANEXO D - Cópia do Contrato de trabalho – PSS	136

INTRODUÇÃO

A educação engloba os processos de ensinar e de aprender, sendo responsável pela comunicação dos modos culturais de ser, estar, agir de acordo com a convivência de um membro no seu grupo ou na sociedade. O processo de socialização é exercido nos diversos espaços de convívio social, seja para a adequação do indivíduo à sociedade, do indivíduo ao grupo ou dos grupos à sociedade (CAVALCANTI, 1998). Quanto ao professor, este deve permitir e proporcionar o desenvolvimento da autonomia de seus alunos, e, segundo o art. 13º da Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Brasil - 1996) o papel do professor abrange:

- I. participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II. elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III. zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. estabelecer estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento;
- V. ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI. colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, LDB, 1996).

Isto considerando, pode-se dizer que o papel do professor, segundo a LDB (1996), estaria além da simples comunicação de conhecimentos, pois deve permear também a articulação entre a sociedade e a escola; sendo assim, os alunos devem se envolver com temas relacionados ao seu cotidiano, motivando seus respectivos familiares no processo de construção dos saberes.

A escola deve pensar em uma gestão democrática, na qual o professor participa da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, isto é, decide junto com a comunidade escolar a proposta pedagógica que melhor se adequa à realidade da escola, devendo traçar os objetivos a serem seguidos, as metas a alcançar.

A LDB (1996) também discorre sobre a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho docente, trazendo à tona a organização do professor e a objetividade no exercício de seu papel como educador, reforçando sempre a aprendizagem dos alunos, cuidando no sentido de proporcionar o acompanhamento

dessa aprendizagem, que se dá de forma heterogênea e individual, pois cada aluno possui um tempo para aprender, e seu comprometimento com a profissão reflete na busca constante para melhorar o processo de ensino-aprendizagem e insistir em outros mecanismos que possam recuperar os alunos que apresentem alguma dificuldade para o aprendizado.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo identificar as dificuldades do professor, levantando questões como: indisciplina, falta de motivação dos discentes, o domínio do conteúdo por parte do docente, a utilização de métodos didáticos voltados à construção do pensamento crítico do educando e como o fato de serem professores temporários reflete no processo de ensino-aprendizagem.

Desta maneira, viu-se a necessidade de realizar uma reflexão acerca do professor, do professor temporário e do trabalho temporário para averiguar como esta condição reflete na prática docente, ou seja, na questão da indisciplina na sala de aula, na falta de motivação dos alunos, no uso de metodologias de ensino inadequadas e na dificuldade de construção do conhecimento junto ao aluno.

A realização da dissertação de mestrado iniciou-se com uma pesquisa prévia realizada em 2011, ao elaborar o projeto de pesquisa, o qual foi fundamental para nortear o seu desenvolvimento. Durante a elaboração do projeto fez-se a opção por entrevistas semi-estruturadas, delimitação do espaço a ser pesquisado, além de se esclarecer os objetivos da pesquisa.

Durante o ano letivo de 2012 foram cursadas as disciplinas obrigatórias do curso de mestrado em Geografia e realizadas leituras de artigos, livros pertinentes à categoria trabalho, à Geografia e ao ensino de Geografia. Após as leituras foi elaborado o roteiro das entrevistas, visto que a preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes do processo de pesquisa e que requer tempo e exige cuidados específicos. Nesse sentido, escolheu-se realizar entrevistas semi-estruturadas com os professores, para poder explorar mais amplamente suas experiências e saber de suas dificuldades ao lecionar.

Sob este contexto, o primeiro passo, para a elaboração da pesquisa, foi a realização de uma pré-entrevista, ou seja, aplicou-se o roteiro proposto para analisar a adequação das questões, se o questionário atenderia os objetivos propostos no início da pesquisa, de avaliar as condições de trabalho dos

professores temporários, a sua prática docente, comparando as atividades exercidas pelo professor efetivo às do professor temporário.

Para validação do questionário os procedimentos utilizados foram: a aprovação da orientadora, do professor da disciplina de Geografia do Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins e um professor de língua portuguesa. Foram entrevistados quatro professores temporários e seis professores efetivos dos estabelecimentos de ensino: Colégio Estadual Conselheiro Carrão, Colégio Estadual Barrão do Rio Branco e a Escola Estadual Professor Walerian Wrosz do município de Assaí; em Santa Cecília do Pavão o Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins e Escola Estadual do Campo Vicente Galvão e em São Sebastião da Amoreira, a Escola Estadual João Turin e o Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma. A proximidade territorial, a acessibilidade para entrar em contato e a facilidade de obtenção das informações a respeito da prática docente foram os motivos para a escolha destes três municípios.

Com a aplicação do questionário levantaram-se dados sobre os professores atuantes nos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira, analisando o tempo de serviço, os motivos que os fizeram optar pelo curso de Geografia, as maiores dificuldades enfrentadas por eles para lecionar, e se participam de eventos científicos, se realizam pesquisas científicas, se fazem pesquisas para preparar suas aulas, se utilizam e tem facilidade em manusear recursos didáticos como: TV multimídia, mapas, atlas e, ainda, se há diferenças entre o trabalho do professor temporário e o do efetivo.

Além das entrevistas para averiguar as questões trabalhistas dos professores temporários e efetivos de Geografia, foram realizadas pesquisas de gabinete pautadas em publicações tendo como escopo a questão da Geografia do trabalho, trabalho como uma categoria e o ensino de Geografia. Foi ainda entrevistada uma representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP, que forneceu subsídios para o entendimento do trabalho temporário e o papel da entidade na luta pela melhoria das condições de trabalho.

A fim de discutir sobre a prática docente dos professores dos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira buscou-se analisar como o trabalho temporário se reflete no processo de aprendizagem dos alunos, devido à falta de estabilidade financeira, precárias condições de trabalho, além de serem mal remunerados. A busca de referenciais relacionados ao tema

“trabalho, educador temporário e seus reflexos na sala de aula” foi realizada por meio de livros e artigos que fazem a leitura do trabalho, do trabalho temporário e do ensino de Geografia. Após o levantamento bibliográfico, foram realizadas leituras, reflexões e análises do material, buscando fazer as conexões com a pesquisa teórica, para enfim chegar à redação da dissertação de mestrado. Finalmente, para realizar esta análise conclusiva foram elaborados quatro capítulos.

O primeiro capítulo faz referência ao trabalho e seus desdobramentos na sociedade, relacionando a Geografia com a categoria trabalho, além de abordar o trabalho temporário na educação, que no Estado do Paraná compreende professores que participam do Processo Seletivo Simplificado - PSS. O segundo capítulo traz um levantamento sobre o Ensino de Geografia e como o trabalho temporário se reflete na educação, nos exemplos abordados.

No terceiro capítulo, contextualiza-se a realidade das escolas estaduais dos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira, por meio da análise do Projeto Político Pedagógico - PPP das instituições de ensino, assim como apresenta o histórico dos municípios, com objetivo de situar o leitor, possibilitando melhor compreender a realidade das escolas entrevistadas. E, o quarto capítulo apresenta as características do professor, expondo os resultados obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas (em anexo), realizadas com os professores dos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira. Após a apresentação dos resultados das entrevistas procurou-se relacionar o discurso dos autores com a “fala”, que representa a experiência dos professores.

1 O TRABALHO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE

O trabalho pode ser abordado de diversas maneiras, com enfoque em várias áreas, como na economia, na física, na filosofia, na evolução do trabalho na história ou como categoria geográfica. Ao analisar o trabalho como uma categoria geográfica, este é compreendido como algo fundamental para a sociedade, sendo que por meio deste o homem cria e modifica o meio à sua volta.

Portanto, questiona-se aqui: o que se entende por trabalho? O que é trabalho? Seria todo esforço físico e mental exercido pelo ser humano? Entende-se que trabalho seja compreendido como todo o esforço físico e mental exercido pelo ser humano; deve, entretanto no que se refere a este trabalho, possuir um objetivo determinado, ou seja, algo que seja planejado e pensado para melhorar o dia a dia do ser humano, desse modo, atividades como limpar uma casa, cuidar do gado, ministrar aula, são atividades denominadas trabalho, pois necessitam de um planejamento e possuem um objetivo.

Assim sendo, para iniciarmos a pesquisa sobre “Professor temporário e sua ação no ensino de Geografia” necessitou-se compreender o trabalho entendido como uma categoria de interesse da Geografia. Segundo Moreira (2008), não se trata apenas de um conceito, trata-se, isto sim, de considerar mediações que permitem a compreensão do espaço geográfico e da sociedade. Leve-se em conta, aqui, que de acordo com Kant (1980) categoria é o conjunto dos conceitos fundamentais do entendimento.

Assim, o trabalho pode ser considerado como categoria científica e interessa a este estudo pela sua significância na compreensão do espaço geográfico, ou seja, o espaço ocupado e organizado pela sociedade.

A proposta da pesquisa sobre a categoria trabalho faz-se relevante para compreender a modificação ocorrida no trabalho e como esta se reflete nas atividades dos profissionais da educação que atualmente dividem-se entre professores do quadro próprio que são os concursados/efetivos e os temporários, ou seja, professores contratados a partir do PSS (Processo Seletivo Simplificado).

Ao questionar o que é trabalho, considera-se que este é o ato de transformar a natureza em função das necessidades humanas, o fato de planejar e

pensar para modificar a natureza em algo que somente os seres humanos são capazes, assim os diferenciando dos demais animais. Wolff (2005, p. 20) elucida:

É isso, também, que confere mais uma peculiaridade própria do trabalho humano, ou seja, a capacidade de desenvolver e objetivar – a partir de sua relação com o meio e uma vez garantida sua sobrevivência – necessidades novas, diversas e renovadas, as quais vão determinar e impulsionar outras tantas, caracterizando um processo dinâmico e cumulativo. Sendo assim, o trabalho humano é historicidade, pois é por seu intermédio que os homens transformam não só a natureza como a si próprios.

Analisando a menção de Wolff (2005): o homem é capaz de modificar o meio para satisfazer suas necessidades e essa transformação distingue-se como trabalho, diferenciando-o dos outros animais, pois, o homem é um animal pensante, criativo, que planeja, transforma e adequa a natureza às suas necessidades. O ser humano caracteriza-se por sua criatividade, a qual lhe possibilita desenvolver técnicas que irão auxiliá-lo no seu dia a dia.

As técnicas desenvolvidas pelo homem podem ser bem sucedidas ou não, contribuindo para o desenvolvimento da historicidade, posto que quando uma técnica é bem sucedida ela é transmitida para outras pessoas ou gerações futuras. Destarte, Wolff (2005, p. 22) explica que

[...] a tendência dos homens é sempre não só facilitar cada vez mais sua relação com a natureza, fundamental para sua sobrevivência, mas criar outras necessidades básicas, isto é, de reprodução puramente biológica. Essa tendência permite que tudo aquilo que foi objetivado pelo trabalho humano seja incorporado ao seu meio, passando a fazer parte da história dos homens, ou seja, moldando a história humana tanto quanto esta o moldou.

O homem não só modifica a natureza de acordo com suas necessidades como também cria novas necessidades, as quais proporcionam desenvolver outros segmentos do trabalho e assim novas histórias da humanidade são incorporadas cotidianamente.

Por meio do trabalho, então, se realizam as mediações para assegurar os meios de vida entre duas faces historicamente clivadas: sociedade e natureza. Ao trabalho entendido como produtor de valores de uso, no sentido primitivo de transformador da natureza em utilidades do seu cotidiano e na sua forma mais complexa de relação homem-natureza, desenvolvem-se inter-relações

com outros seres sociais também com o intuito de produção de valores de uso (ANTUNES, 2002).

Neste contexto, a necessidade de modificar a natureza de acordo com suas necessidades proporciona ao homem desenvolver o trabalho, que é o ato de transformar a natureza em função das necessidades. Assim, a essência humana é produzida pelos próprios homens, a qual define o que o homem é pelo seu trabalho. A essência do homem é um fato humano (SAVIANI, 2007).

Trata-se, o trabalho, de um fenômeno, que pode ser observado desde a pré-história, no surgimento da humanidade (ALBROZ, 2000), necessitando de esforço físico e intelectual dos indivíduos; sendo assim, o trabalho não se divide somente em trabalho manual e intelectual, mas consiste na unificação de ambos para o seu desempenho. Desta forma, o homem necessita de força para realizar suas atividades, da mesma maneira que usa da inteligência para melhorar suas técnicas e aprimorá-las, sendo esses seus princípios norteadores.

Portanto, o trabalho pode ser entendido como uma atividade do ser humano que possibilita modificar e apropriar-se da natureza de acordo com suas necessidades. Segundo Thomaz Jr. (2010), a noção de trabalho se dá pelo ato transformador, capaz de permitir ao homem extrair do meio (habitat) as condições e os meios de vida. Conforme Marx (1980, p.202) explana,

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza extrema e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Mediante sua inteligência e força física o homem modifica seu meio para melhor aproveitar seus recursos e sobreviver. O trabalho refere-se à junção da força física com a intelectual, sendo uma condição intrínseca à sociedade, já que só por mediação, os homens podem conseguir os meios para produzir e se reproduzir. Sendo assim,

O trabalho humano, entendido em sua forma mais geral e abstrata, é sempre uma combinação do “esforço dos órgãos que trabalham” mais uma idealização, isto é, ele é previamente imaginado para só depois ser posto em prática (MARX 1980, p. 150).

Ademais, entende-se que o trabalho abstrato refere-se ao tempo de trabalho socialmente necessário à produção de um produto, que é abstraída pelo seu valor de uso. O trabalho significa a combinação entre pensamento e prática, a qual possibilita transformar, planejar, criar, modificar e apropriar-se da natureza de acordo com suas necessidades. González (2003, p. 91) afirma que,

Em síntese, o trabalho, em todas as suas dimensões é, pois, a base fundante do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual, sendo que circunscrito à sua forma concreta garantiria a realização de uma vida cheia de sentidos, emancipada para o ser social que trabalha.

Desta forma, destaca-se que o termo trabalho refere-se a uma atividade que possibilita ao homem diferenciar-se de outros seres vivos, pois o mesmo possui imaginação, criatividade, planejamento, fatores que são indissociáveis do homem. Neste contexto, Marx (1980, p.202) afirma que:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. [...] mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Analisando a citação de Marx (1980), nota-se que o homem é o único animal capaz de planejar e criar novas situações, podendo programar e elaborar um projeto que poderá ser desenvolvido no futuro. O ser humano pode planejar suas ações mediante projetos e posteriormente colocá-los em prática, sendo o resultado do seu pensamento. Conforme Marx (1980), o ser humano é capaz de criar, usar sua imaginação para modificar e reutilizar a natureza.

Observou-se que a categoria trabalho refere-se a uma atividade que acompanhou o desenvolvimento da sociedade utilizando-se da natureza para construir novas formas de necessidades, ou seja, o homem não só modificou o meio como também criou novas necessidades fundamentais para a sobrevivência humana, não se satisfazendo apenas com alimentação, vestimentas e moradia (produtos de sua necessidade básica). Ele passa a necessitar de roupas da moda, alimentos que sejam de fácil preparo, prédios com muitos andares, carros do ano, enfim, com sua criatividade o homem possibilitou e impulsionou o consumo do luxo

(produtos que são para conforto ou simplesmente para demonstrar seu poder aquisitivo).

A necessidade de se adquirir produtos luxuosos faz com que o trabalhador torne-se escravo do trabalho, conforme Marx (1980, p. 355) elucida:

Os meios de produção se transformam imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, consomem-no como o fermento de seu próprio processo vital. E o processo vital do capital consiste apenas em mover-se como valor que se expande continuamente.

O trabalho torna-se uma ferramenta que possibilita ao homem consumir produtos de seu interesse, tornando-se dependente do seu trabalho, valorizando mais o produto que o seu processo de confecção, desvalorizando a mão de obra do trabalhador para valorizar o produto. Neste sentido, o capitalista explora a mão de obra e ainda lucra com a venda do produto, pois primeiro ele é trabalhador para depois ser reconhecido como indivíduo.

Marx (1980), também explica que o homem perde o sentido do trabalho, invertendo com isso a relação que teria com o trabalho, ou seja, o operário não possui controle sobre o resultado final do seu trabalho nem sobre a finalidade do que fabrica, sempre repetindo as mesmas operações mecânicas, produzindo bens estranhos à sua pessoa, aos seus desejos e às suas necessidades, sem saber a razão e a finalidade dos produtos produzidos, pois está executando um trabalho alienado.

Ao executar a rotina do trabalho alienado, o ser humano vai se submetendo ao sistema de produção, sem desfrutar dos benefícios amplos da sua atividade, produzindo para satisfazer as necessidades do mercado e não propriamente as suas, produzindo objetos a que, muitas das vezes, não terá acesso.

Observa-se, então, que as condições de trabalho interferem diretamente no comportamento em desenvolvimento da sociedade sendo também objeto de estudo da Geografia. Desta forma, faz-se necessário compreender as influências que ocorreram na sociedade devido às novas formas de trabalho, ou ainda, como a sociedade evoluiu, dando novos valores ao trabalho. Portanto, dentro da Geografia procura-se estudar como a categoria trabalho pode explicar as novas estruturas da sociedade.

1.1 A GEOGRAFIA E SUA RELAÇÃO COM A CATEGORIA TRABALHO

Ao analisar a categoria trabalho no contexto da Geografia propõe-se estudar a mudança da sociedade, sua evolução. Entende-se que a Geografia do Trabalho deve chamar para si a tarefa de reaprender o mundo do trabalho por meio do espaço geográfico, entendido, pois como uma das características do fenômeno e da rede de relações das categorias, ou seja, a paisagem, o território e o lugar de existência dos fenômenos, num vai e vem de múltiplas determinações. Neste contexto,

A geografia do trabalho se põe em cena, assim como as demais disciplinas ou ramos do conhecimento científico, para responder as perguntas em relação à realidade, sabendo-se, pois, que a temática do trabalho, assim como a sociedade de maneira geral não é exclusiva ou restrita a nenhuma delas (THOMAZ JR., 2010, p. 500).

Analisando as fases históricas da categoria trabalho, pode-se dizer que no princípio era uma atividade que possibilitava diferenciar o homem dos outros seres vivos, porém, ao ser apropriado pelo sistema capitalista, torna-se um instrumento reprodutor do capital, uma atividade que visa o lucro, tornando-se sinônimo de emprego. O trabalho passa a ser visto no sentido de fazer algo ou algo feito, que proporciona retorno financeiro.

Neste contexto, o homem, ao deixar de compreender que o trabalho faz parte do ser humano, que o fato de poder pensar, criar e planejar seu trabalho o diferencia dos demais animais, passa a compreender o trabalho como uma ferramenta do capital que serve somente como meio para a aquisição de materiais de consumo (FRIGOTTO, 2009).

O trabalho passa a ser uma atividade voltada aos meios de produção, tendo um novo sentido, diferente da atividade vital para o homem, como um instrumento que os diferenciava dos demais animais, uma atividade que visa possibilitar alimentar o sistema capitalista, proporcionando o surgimento de novas necessidades.

Deste modo, o trabalho (des)situado geograficamente, como Moreira (1987), citado por Thomaz Jr. (2010) denominou de “homem atópico”, alienado do processo social de produção, proporcionou a fragilização da compreensão do trabalho como um mero fator de produção. O trabalho alienado

descentraliza o indivíduo como fator principal da sociedade, passando o trabalho a assumir a centralidade; sendo assim, o trabalhador não é reconhecido pela sua pessoa física, mas sim pela sua função empenhada, ou seja, pelo trabalho.

Diante do exposto,

a redução do trabalho de atividade vital do ser humano para reproduzir seus meios de vida a emprego vincula-se, pois, a uma dupla determinação: o desenvolvimento concomitante da palavra trabalho, do termo emprego e das relações sociais dominantes (FRIGOTTO, 2009, p. 175).

Para compreender a diferença entre emprego e trabalho, Frigotto (2009) explica que trabalhar em casa não pode ser considerado um emprego, já que não há retorno financeiro, ou seja, trata-se de uma ocupação, mas que trabalhar na casa de terceiros pode ser considerado emprego, pois isso será rentável economicamente. Essa é a diferença entre trabalho e emprego, entretanto, a sociedade acaba utilizando um como sinônimo do outro. Segundo Thomaz Jr. (2010, p. 477):

A categoria trabalho esteve (des)sintonizado da Geografia da sociedade (enquanto parte do processo social movido pela *fúria* reprodutiva do capital ancorada na extração de mais-valia e da vinculação do trabalho abstrato ao empreendimento societário reinante).

De acordo com o autor, a Geografia encontrava-se desvinculada da categoria trabalho e por isso havia uma dificuldade em compreender os processos de desenvolvimento da humanidade. Desta forma, Thomaz Jr. (2010, p. 478) considera que:

É nesse processo de auto-realização da humanidade por meio do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social¹ do capitalismo que faz com que sociedade e natureza e, as modificações que governam essa relação dialética, sejam “lidas” pela Geografia como base fundante da classe-que-vive-do-trabalho.

Assim, a categoria trabalho está sendo discutida pela Geografia devido a sua influência no desenvolvimento da sociedade, a qual modificou o

¹ O termo metabolismo foi originalmente desenvolvido nas ciências da natureza – com destaque para a Biologia e a Química – e diz respeito às trocas imprescindíveis de energia e de matéria entre os seres vivos e o ambiente natural que os cerca. Marx absorve esta compreensão naturalista para explicar o caráter ontológico do trabalho humano, “um processo entre o homem e a natureza”, e suas implicações no desenvolvimento social”. Ver também Antunes (2002) em seu livro “Os Sentidos do Trabalho”.

entendimento do que é trabalho e porque é importante ter um trabalho atualmente para ser aceito pela sociedade, posto que a categoria trabalho é abordada pela Geografia como uma vertente que estuda os processos de reestruturação da sociedade. Diante do exposto, Thomaz Jr. (2010, p. 475) explana

[...] uma geografia do trabalho, que seja fundada na compreensão histórica deste (tanto no âmbito da materialidade quanto da subjetividade), a partir das formas e fases do espaço que regula, ou seja, no seu *metabolismo societário*².

Conforme Thomaz Jr. (2010), a Geografia do trabalho é fundamental para compreender o desenvolvimento da sociedade e das transformações que ocorreram no mundo do trabalho. Essas modificações proporcionaram o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a diminuição da jornada de trabalho, as conquistas por melhores condições trabalhistas, fatos esses que mudaram as representações sociais, como se pode observar pelo aumento do número de mulheres assumindo cargos de gerência nas empresas.

Essas modificações do trabalho, manifestam a autonomia do homem, possibilitando o desenvolvimento de sua humanização na forma mais complexa, num processo de modificação da natureza simultâneo à autotransformação do ser, fato que deve ser analisado e estudado pela Geografia.

Com o desenvolvimento da sociedade há uma mudança nas relações de trabalho, surgindo novas formas de se realizar atividades lucrativas e o trabalho torna-se uma nova ramificação do emprego que passa a ter novas divisões, tais como: trabalho manual, trabalho temporário, trabalho informal, enfim, várias ramificações do mesmo.

Com as novas ramificações do trabalho e a sua polissemitização, ou seja, os novos rearranjos produzidos pelas atividades econômicas, tem-se o trabalho abstrato, que segundo Marx (1980) pratica-se, inconsciente e continuamente. Mediante esses processos de reestruturação produtiva, acentuado pelas políticas neoliberais, é induzido o crescimento e o alargamento do setor informal que inclui empregados e desempregados.

A atividade informal é diferente da atividade desenvolvida pelos autônomos, posto que, autônomo é todo aquele que exerce sua atividade

² Thomaz Jr, ao utilizar o termo *metabolismo societário* quis expressar como o trabalho e a sociedade capitalista estão ligados, um dependendo do outro.

profissional sem vínculo empregatício, por conta própria e com assunção de seus próprios riscos, enquanto que, a atividade informal refere-se a atividades produtivas que são executadas, no Brasil, à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista vigente, ou seja, os trabalhadores informais e autônomos³ não possuem benefícios como: seguro desemprego, décimo terceiro salário, entre outros benefícios que o trabalhador formalmente assalariado possui.

Diante do exposto, o mundo do trabalho apresenta diferentes combinações que revelam, dentro da dinâmica do processo social, complexas relações com características espaciais e expressões territoriais que nada mais são do que marcos do tempo-espaço da relação capital-trabalho e as derivações e desdobramentos daí decorrentes, ou seja, o metabolismo societário do trabalho (THOMAZ JR., 2010).

Portanto, para compreender a dinâmica da nova relação do trabalho e do trabalho temporário, faz-se necessário estudar como esse trabalho temporário exerce influência na sociedade nos dias atuais. Nesse sentido, na próxima seção far-se-á uma reflexão acerca do trabalho temporário e como vem se desdobrando na sociedade.

1.2 TRABALHO TEMPORÁRIO

Para explicar o que é trabalho temporário faz-se necessário analisar como ocorreu e ainda ocorre esse processo. As profundas transformações da organização produtiva, as novas tecnologias, as novas condições de mercado e os novos valores referentes ao trabalho, proporcionaram o surgimento de novas condições de mercado, que se caracterizam pela instabilidade, diversificação da procura e intensificação da concorrência ligada à abertura dos mercados. Nesta perspectiva, muda-se a lógica da produção em massa, para a lógica da flexibilidade (PEREIRA, 2001).

Mas, em que consiste a flexibilidade? Segundo Pereira (2001, p.47), flexibilidade é a “capacidade de adaptação e de antecipação às mudanças”. A

³ Trabalhador autônomo é todo aquele que exerce sua atividade profissional por conta própria assumindo seus próprios riscos. Em relação à previdência social, todo o trabalhador que exerce atividade remunerada e não possui registro na Carteira de Trabalhador e Previdência Social (CTPS) deve contribuir para a Previdência e garantir acesso aos benefícios e serviços oferecidos pelo INSS. No caso do autônomo se inscreverá como contribuinte individual. (PARANÁ, Santa Cecília do Pavão, Agência do Trabalhador, 2013).

flexibilidade interfere não só no modo de produção, mas também no modo de vida da sociedade, haja vista que seus trabalhadores devem ser mais escolarizados, com competências cognitivas mais elevadas e serem críticos, características diferentes do modelo taylorista⁴ (PEREIRA, 2001).

A flexibilização do trabalho possibilitou a legitimação do trabalho temporário, assim, o que era considerado ilegal (trabalho sem carteira assinada, gerando instabilidade, jornada com duração variável, contrato temporário) torna-se legal e legalizado, sob o crivo das práticas flexíveis.

No Brasil, a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, dispõe sobre o trabalho temporário e o Decreto Nº 73.841 - de 13 de março de 1974 define o trabalho temporário,

Art. 1º Trabalho temporário é aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços (BRASIL, DECRETO Nº 73.841 - 13/04/1974).

Deste modo, no trabalho temporário o indivíduo vende sua força de trabalho por um período determinado, para atender à necessidade passageira de substituição de pessoal permanente ou por acréscimo extraordinário de serviços. Ao analisar a realidade das escolas, o professor temporário ou PSS é aquele que presta serviço para o Estado suprimindo a necessidade dos funcionários que necessitam se ausentar por algum motivo, ou mesmo, pela falta de funcionários. No Art. 16º do citado Decreto, o trabalhador temporário é assim definido:

Considera-se trabalhador temporário aquele contratado por empresa de trabalho temporário, para prestação de serviço destinado a atender necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de tarefas de outra empresa (BRASIL, DECRETO Nº 73.841 - 13/04/1974).

Considerando o artigo, entende-se que o trabalhador temporário será substituto dos funcionários efetivos caso haja necessidade, ou para

⁴ Refere-se a um sistema de produção baseado na organização racional do trabalho, ou seja, o trabalho passa a ser fragmentado aumentando assim a produtividade. Esse sistema de produção foi idealizado pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915) (ANTUNES, 2002). O filme "Tempos modernos" de Charles Chaplin faz uma crítica ao modernismo e ao capitalismo representado através da industrialização, em que o operário robotiza-se a uma rotina baseada na incansável linha de montagem de uma indústria, o qual demonstra claramente o método utilizado para a produção pelo processo produtivo no sistema de Taylor.

complementar a demanda. Se analisarmos na perspectiva dos professores temporários do Estado, nota-se que esses profissionais podem substituir por algum dos motivos a seguir: licença especial, licença médica, afastamento para capacitação ou pela falta de profissionais.

No entanto, quando o emprego é flexibilizado, há o enfraquecimento do poder sindical, diminuindo a força do trabalhador, pois não há uma organização que defenda e lute por seus direitos, ficando sujeitos a agressivas condições de trabalho; as atividades temporárias não são apenas permitidas, mas vem sem-do incentivadas, conduzidas mais de perto pelo capital, podendo até ser melhor remuneradas, como pode ser notado na diferença entre os honorários dos PSS e dos professores efetivos no início de carreira.

Os professores PSS possuem o piso salarial maior do que os professores concursados⁵ durante o período do estágio probatório; entretanto, vale ressaltar que os professores efetivos possuem um plano de carreira que garante avanços horizontais e diagonais do salário que são aplicados após o cumprimento do estágio probatório.

Com o aumento da competitividade, o professor PSS cada vez mais sente a necessidade de se enquadrar nos critérios utilizados para a classificação, os quais são: prova de títulos (que contempla pós-graduação e graduação) e tempo de serviço. Esse processo de contratação pode acabar desviando a atenção do professor, tornando-o mais competitivo e menos crítico quanto a sua prática pedagógica. Segundo Thomaz Jr. (2010, p. 481), “[...] quanto mais aumenta a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais desastrosas e cruéis são as consequências para o trabalho, para a classe-que-vive-do-trabalho”.

O trabalhador, além de estar alienado do produto do seu trabalho, está também alienado da sua identidade com o semelhante, não se reconhecendo mais como proletariado, mas como bancários, motoristas, professores entre outras profissões (THOMAZ JR., 2010). Neste contexto Albroz (2000, p. 75-76) esclarece que,

⁵ Vale ressaltar que os professores concursados possuem plano de carreira, o que possibilita elevação de nível e conseqüentemente ter melhor piso salarial, sendo inicial de R\$ 1.044,94, podendo chegar a R\$ 3.638,96, entretanto o professor PSS está sujeito a receber o mesmo valor independentemente se realiza ou não cursos de capacitação.

A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes. A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seriam suficientes para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim, manter as inércias de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente.

Desta forma, todas essas aceitações garantem o sustento do homem, que deve se enquadrar nas diferentes atividades, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho (THOMAZ JR., 2010), no qual o indivíduo se submete à exploração de sua força de trabalho para conseguir o sustento para sua sobrevivência. Diante do exposto, Thomaz Jr. (2010, p. 487) elucida que,

Enfim, essa definição de classe trabalhadora nos permite compreender a malha social complexa que reflete a característica principal da organização espacial do nosso tempo, ou seja, o conteúdo contraditório da luta de classes e os elementos estruturantes da relação capital-trabalho.

O trabalhador, seja ele informal ou formal, acaba se submetendo às precárias condições de trabalho para conseguir sobreviver na sociedade, haja vista que a falta de emprego e sua precarização podem ser propulsoras de vários problemas sociais e da organização espacial de nossos dias, gerando a criminalidade social, o desemprego, a marginalidade (espacial e socioeconômica), entre outros. Diante do exposto, “toda produção capitalista, como geradora não só do valor, mas também da mais-valia, tem esta característica: em vez de dominar as condições de trabalho, o trabalhador é dominado por elas” (GORZ, 1980, p. 32).

O trabalhador não domina suas condições de trabalho, mas é dominado por ele, ou seja, o trabalho alienado faz com que o empregado submeta-se às precárias condições para conseguir sobreviver, posto que “o capitalismo acostumou-nos a viver num sistema em que o trabalho manual e o trabalho intelectual tendem a negar-se reciprocamente” (GORZ, 1980, p. 202).

Para que o trabalho manual e intelectual estejam interligados faz-se necessário investir na educação, a qual possibilita ampliar os horizontes dando possibilidade aos alunos de adquirir conhecimentos para que se tornem cidadãos autônomos, capazes de realizar suas próprias escolhas sem serem influenciados. É mediante a junção do trabalho intelectual com o manual que se consegue ter a

totalidade da realidade, ou seja, pode-se compreender o contexto social e econômico.

Ao analisar as condições de trabalho dos professores, questiona-se: o trabalho do professor contratado no regime PSS (Processo Seletivo Simplificado) pode ser considerado como alienado? E o professor efetivo? Nesta perspectiva, a próxima seção terá o intuito de aprimorar essa discussão acerca do professor temporário e o do quadro próprio do magistério.

1.3 O PROFESSOR TEMPORÁRIO E O DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Analisando-se a realidade dos profissionais estaduais da educação do ensino fundamental II e do ensino médio, ou seja, do professor contratado no regime do PSS e do quadro próprio do magistério⁶ observa-se que ambos passam por dificuldades, mas que os professores temporários tendem a senti-las com maior ênfase, pois, em geral, trata-se aqui de trabalhadores sem estabilidade financeira, que se submetem às precárias condições de trabalho. O quadro a seguir, apresenta as características dos professores pertencentes ao QPM e a dos PSS do Estado do Paraná com base na Lei Complementar Nº 108/2005 e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Quadro 1 - Comparativo entre os profissionais temporários e efetivos.

Características	Servidor efetivo ⁷	Servidor temporário
	a) Auxílio alimentação; b) Vale transporte; c) Afastamento decorrentes de: 1) Casamento até 5 (cinco) dias; 2) Luto por falecimento do conjugue, filho, pai, mãe e irmão, por até 5 (cinco) dias;	Os mesmos direitos exceto o previsto nos incisos XVII, XIX e XX do artigo 34 da Constituição Estadual, ou seja, não podem receber: § XVII - adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei

⁶ Toda vez que se vá referir ao professor contratado pelo regime do Processo Seletivo Simplificado será utilizada a sigla PSS, e ao referir-se ao professor pertencente ao quadro próprio do magistério será utilizado QPM.

⁷ Por não constar, o tema, de um estatuto específico para o professor do Paraná foi utilizado o do servidor público estadual em geral.

Direitos	<p>3) Licença tratamento de saúde e acidente de trabalho na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime;</p> <p>4) Licença paternidade de 5 (cinco) dias;</p> <p>d) Para os docentes contratados para rede estadual de ensino, auxílio transporte na forma da Lei complementar n. 103/2004;</p> <p>e) Repouso semanal remunerado na forma da Lei Federal n. 605/1949;</p> <p>f) Pagamento pelo trabalho no período noturno, na forma da Lei Complementar 1003/2004.</p> <p>Adicional noturno;</p> <p>h) adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer no § XVII;</p> <p>Art. XIX - gratificação pelo exercício de função de chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)</p> <p>Art. XX- promoção, observando-se rigorosamente os critérios de antiguidade e merecimento. (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)</p>	<p>estabelecer;</p> <p>§ XIX - gratificação pelo exercício de função de chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)</p> <p>§ XX - promoção, observando-se rigorosamente os critérios de antiguidade e merecimento. (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000)</p>
Quais funções podem exercer	Podem exercer funções de confiança, como: Diretores, representantes do Núcleo de Educação.	Não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato; Podem assumir como professor e pedagogo.
	A remuneração inicial de 20h semanal é	A remuneração é de R\$11,61 por

Salário	de R\$ 1.044,94 para Professor com Licenciatura Plena, podendo chegar até R\$ 3.638,96.	aula, seja para o professor especialista ou com licenciatura plena.
---------	---	---

Fonte: PARANÁ. Tabela de vencimento dos professores – jornada 20 horas. Outubro de 2012. Lei complementar 150 de 29/08/2012. Disponível em: www.nre.seed.pr.gov.br. Acessado no dia 15 de junho de 2013.

Ao analisar o quadro 01, nota-se que o trabalho efetivo garante estabilidade financeira, direito a elevação de nível de acordo com o tempo de serviço e nível de escolaridade, cargos de confiança, possibilidade de realizar cursos de capacitação oferecidos pelo Estado, ao passo que o professor PSS não possui esses direitos. Vale destacar, que o salário do professor PSS não é baseado no grau de escolaridade, exceto pela diferença entre professores que ainda estão cursando a academia e professores formados, pois a pós-graduação é utilizada somente para contagem de títulos durante o processo de classificação, podendo-se contar com até três pós-graduações.

Analisando o quadro, nota-se que o professor temporário possui alguns dos direitos trabalhistas, entretanto sua instabilidade torna-se um agravante, pois a insegurança financeira pode refletir-se no quadro psicológico do professor, o que acaba influenciando sua prática pedagógica. Além da instabilidade, o educador enfrenta a falta de incentivo para se capacitar, pois não há gratificação financeira e sabe-se que para ter acesso à educação continuada há necessidade de tempo para dedicar-se e recursos financeiros para frequentar os cursos. Indaga-se então: como dedicar-se, se o mesmo deve trabalhar em dobro para conseguir sustentar-se e conviver com a instabilidade?

Também realizou-se uma entrevista⁸ com o representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP questionando sobre seu posicionamento em relação aos professores PSS e como o trabalho temporário se reflete no ensino. O depoimento a seguir, retrata o posicionamento da entidade:

⁸ Em 1947 - A Associação dos Professores do Paraná (APP), é fundada por professores(as) do Colégio Estadual e do Instituto de Educação do Paraná, em Curitiba em 26 de abril e em 1989 com a conquista do direito dos(as) servidores(as) públicos(as) à constituírem sindicatos a APP deixa de ser uma associação, adotando a marca APP-Sindicato e o nome oficial de Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná. (APP, 2014).

O professor PSS sofre com problemas de indisciplina na sala de aula, assim como também acaba contribuindo para que essa indisciplina ocorra, pois com a rotatividade dos professores a escola inteira sofre as consequências, ou seja, com a fragmentação do ensino". (entrevista com representante da APP, janeiro/2014).

Quando questionados a respeito do trabalho, a resposta foi, a seguinte:

É atividade realizada, é o esforço feito com objetivo de atingir uma meta. O trabalho também possibilita ao homem concretizar seus sonhos, atingir suas metas e objetivos de vida (entrevista com representante da APP, janeiro/2014).

Quanto ao trabalho temporário, esclareceu que: *"é um serviço prestado por pessoa física, para atender a necessidade transitória"* (entrevista com representante da APP, janeiro/2014). Desta forma, questiona-se: o trabalho do professor temporário interfere no aprendizado do aluno? Segundo o representante da APP, (janeiro/2014):

A capacidade de trabalho é igual aos dos professores do quadro próprio do magistério, porém o que interfere é a incerteza de permanecer na mesma escola ou não, isso atrapalha muito, pois quando os alunos estão se adaptando com a metodologia, com a maneira de avaliação de determinado professor, eles perdem suas aulas, trocam os professores, prejudicando a aprendizagem dos educandos.

Nota-se que a APP compreende a complexidade do trabalho temporário e por isso, busca melhores condições de trabalho para os professores PSS, ou seja, *"luta por concurso público, aumento salarial etc."* (entrevista com representante da APP, janeiro/2014). Outra questão abordada foi sobre a discriminação sofrida pelo professor PSS. Segundo o representante da APP,

Os professores sofrem discriminação na questão salarial, pois não tem avanços, não tem atendimento à saúde quando necessitam de afastamento por questões de saúde, os critérios são diferentes dos professores do (QPM), quadro próprio do magistério (entrevista com representante da APP, janeiro/2014).

Para a APP, os professores PSS trabalham nas mesmas condições que o professor QPM, *"entretanto sofrem interferências psicológicas devido a ansiedade e incerteza sobre permanecer na área da educação"* (entrevista com representante da APP, janeiro/2014).

Assim, a precariedade do trabalho reflete-se na práxis do professor PSS, pois, seu trabalho está limitado a um período determinado que, muitas das vezes, é insuficiente até mesmo para conhecer seus alunos. Neste contexto, ao trabalhar na sala de aula o professor PSS encontra ainda grandes obstáculos a serem superados, sendo eles: a insegurança financeira, baixos salários, discriminação por serem profissionais temporários, entre outros. Vale ressaltar que a maioria dos cursos de capacitação⁹ privilegia os professores QPM, sendo ofertado aos professores PSS quando não há limite de vagas.

Além das dificuldades trabalhistas, os profissionais PSS também convivem com os problemas diários de uma sala de aula, tais como: indisciplina, falta de interesse dos alunos, conversa paralela, enfim, dificuldades encontradas por todos os profissionais desta área sejam eles pertencentes ao QPM ou os professores contratados pelo PSS.

Entretanto, faz-se relevante observar, que os professores PSS tendem a sofrer mais com essas questões posto que não possuem tempo suficiente para conhecer seus alunos e conseqüentemente criar vínculos com os mesmos, fato importante para obter-se respeito e confiança dos estudantes, pois ao se inteirar do cotidiano dos seus alunos é possível abordar os conteúdos de acordo com sua realidade, que é a base para a construção adequada da aprendizagem que promove a autonomia, a criticidade do educando.

Contudo, para que seja possível desenvolver o papel de educador, é importante que haja professores suficientes atuantes nas escolas públicas, mas, há falta de professores e para que seja suprida recorre-se à contratação de professores temporários.

Para compreender o processo de contratação dos professores PSS, buscou-se, por meio de relatos de professores aposentados e da análise da Lei 6174 de 17 de novembro de 1970 (Paraná, Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná, 1970), compreender como era feita a contratação dos professores

⁹ A capacitação pode ser realizada em cursos: *on line*, presenciais, participação em simpósios, entre outras formas que contribuem para elevar, ampliar e melhorar o conhecimento e a prática do educador. Essas atividades são utilizadas para a elevação de nível horizontal (divide-se em 11 casas) e vertical (são III níveis, sendo que no último nível há o programa ofertado pelo Estado do Paraná denominado Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, destinado aos professores QPM).

substitutos que eram regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e atualmente são denominados PSS. Quanto isso, a professora (A¹⁰) relatou que:

A contratação de professores CLT era feita por meio de testes classificatórios, aplicado pelos Núcleos Regionais. O candidato era classificado de acordo com a nota obtida. Após a contratação os vencimentos dos mesmos levavam de dois a três meses para serem pagos. Isto ocorria somente nos primeiros meses, depois transcorria de forma normal, o pagamento dos vencimentos mensais.

Algum tempo mais tarde a classificação era feita através de tempo de serviço e prova de título e os vencimentos não tinham mais atraso, o contrato vencia no final de cada ano. Os professores recebiam os seus direitos (13º salário, férias, enfim seus direitos trabalhistas) e tinham seus contratos extintos.

Houve momentos em que o governo prorrogava os contratos, isto é enquanto tivesse aula o professor estaria empregado; a partir do momento em que não houvesse mais aulas, o contrato era interrompido e o professor recebia a remuneração que lhe competia.

Os professores celetistas, ainda enfrentavam bastante dificuldade para ministrar suas aulas, mesmo porque sempre eram lotados nas escolas de difícil acesso. Com o passar dos anos, estes professores e funcionários foram beneficiados ficando estabilizados em seus empregos, sendo assegurados pela Lei 6174 de 17 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cívicos do Paraná).

Como podemos observar, existem algumas semelhanças entre o antigo CLT e o então PSS, no que diz respeito à procedimentos de contratação e no plano de carreira que ainda não é estabelecido para os professores PSS. Mesmo porque os cursos de pós-graduação, não são levados em consideração nos vencimentos dos professores contratados.

O que diferencia o professor PSS do CLT é que o CLT mantinha vínculo com o Estado do Paraná o tempo que fosse necessário, sendo assim, muitos professores conseguiram se aposentar, enquanto que o PSS possui contrato de máximo 1 (um) ano podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano. (Relato de uma professora aposentada, junho/2013).

Ao analisar o relato da professora, nota-se que as condições de trabalho não são tão diferentes da realidade vivenciada dos dias atuais, pois os professores não podiam contar com a estabilidade financeira, as aulas que lhes eram destinadas eram nas escolas de difícil acesso, o pagamento era realizado com atraso, enfim os professores passavam por situações desagradáveis, pois ao ter que se deslocar para lecionar, acabavam tendo gastos e, muitas das vezes, ficavam endividados. Entretanto, o que diferenciava o trabalho CLT do PSS era a forma de contrato, pois os professores se submetiam a uma prova de conhecimentos realizada pelo Núcleo Regional de Educação e eram registrados em carteira de trabalho e atualmente a contratação é feita por meio de provas de títulos e contratos temporários.

¹⁰ Professora aposentada que trabalhou pelo regime CLT e pelo PSS.

Neste contexto, analisando as duas realidades, nota-se que a contratação do Professor CLT era realizada por meio de um teste objetivo, que possibilitava conhecer e averiguar o conhecimento do professor que assumiria a sala de aula, ao passo que no regime PSS, a contratação ocorre mediante a comprovação de títulos e tempo de serviço, o que gera problemas, posto que essa metodologia não é suficiente para averiguar o grau de conhecimento do professor e seu desempenho como educador.

Uma maneira encontrada pelo Estado do Paraná para facilitar e diminuir os gastos com o processo de inscrição e de contratação dos professores PSS, foi disponibilizar, por meio do Portal do Dia a Dia Educação, a inscrição *on line* para o cargo de professor do Estado do Paraná.

O processo de inscrição divide-se em fases, sendo a primeira o lançamento do edital, o qual contém todas as informações necessárias para realizar a inscrição e a contagem da pontuação. Após a abertura do edital abrem-se as inscrições no Portal do Dia a Dia Educação, onde o candidato irá se inscrever colocando todas as informações referentes ao local de residência, dados pessoais e escolaridade. O tempo de serviço já é computado automaticamente pelo programa; caso não seja professor do Estado esse dado deve ser informado.

Todos os dados informados durante o processo de inscrição devem ser comprovados no momento de assumir as aulas, ou seja, quando surge vaga no município escolhido no ato da inscrição o candidato é convocado pelo Portal do Dia a Dia Educação com prazo de 24 horas para comparecer ao estabelecimento de ensino indicado, com todos os documentos para comprovação e assim assumir as aulas.

Quanto ao contrato, este demora alguns meses para ser entregue ao professor, entretanto os professores recebem seus honorários, pois o registro das aulas ministradas é encaminhado para o responsável pelos recursos humanos do Núcleo Regional de Educação e a seguir o valor devido é depositado na conta do professor, em agência do Banco do Brasil. Vale ressaltar que o contrato substitui o registro na carteira de trabalho.

Analisando o contrato de regime especial do professor PSS que segue em anexo, pode-se verificar que o educador conta com direitos trabalhistas, como décimo terceiro salário; repouso semanal remunerado; férias; licença maternidade; licença paternidade de cinco dias; afastamento decorrente de

casamento por cinco dias; luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão até cinco dias; licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho, na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral; pagamento de auxílio transporte e adicional por trabalhar no período noturno (conforme apresenta-se no quadro 01). Entretanto, no caso de licença para tratamento de saúde superior a quatro dias deve o interessado ser encaminhado para perícia junto à Previdência Social e seus honorários serão de um salário mínimo mesmo que sua remuneração mensal seja maior. Desta forma, questiona-se, como uma pessoa que se encontra limitada fisicamente ou psicologicamente irá sobreviver com um salário mínimo? Nesses momentos, o gasto pode tornar-se maior, pois se necessita fazer o tratamento que, mesmo sendo pelo Sistema Único de Saúde -SUS poderá implicar em despesas com remédios e exames clínicos.

Dentre as proibições prescritas no contrato, as que se destacaram foram: não poder promover manifestações de apreço ou desapreço e fazer circular ou subscrever lista de donativos, no recinto de serviço; não poder participar na atividade de diretoria, gerência, administração, Conselho Técnico ou Administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial, além de não poder participar de greves; caso seja desacatado em uma ou algumas dessas proibições, o contrato pode ser rescindido. A falta no serviço por mais de sete dias consecutivos, sem justificativa, também é motivo para a rescisão do contrato.

A extinção do contrato ocorre pelo término do prazo contratual; pela iniciativa do contratado mediante comunicado escrito com prazo mínimo de 30 dias de antecedência e por conveniência do órgão ou entidade contratante, importando no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato. Neste sentido, o contrato rege todos os direitos e deveres do professor PSS.

Justifica-se o número de professores PSS atuantes nas escolas, pela falta de profissionais efetivos nas escolas do Estado do Paraná. Vale ressaltar, que os professores PSS representam a força de trabalho mais atrativa ao Estado, pois proporciona diminuição dos gastos¹¹ com a educação a longo prazo. Há a considerar, também, que a falta de professores nas escolas públicas não é exclusiva

¹¹ O professor efetivo possui plano de carreira, o que possibilita ter aumento do salário após o estágio probatório de 3 (três) anos, enquanto o PSS está sujeito a receber a mesma remuneração independentemente do seu tempo de serviço ou de seus títulos obtidos através da educação continuada.

da disciplina de Geografia, mas é fato que ocorre em todas as outras disciplinas do ensino básico do Paraná. Entretanto, nesta pesquisa de mestrado foram analisados os professores QPM e os professores PSS de Geografia, ressaltando o trabalho temporário e seus reflexos no aprendizado do aluno, comparando com os do QPM.

Neste sentido, levantam-se questões tais como: o ensino de Geografia nas escolas públicas vem sendo desenvolvido de que maneira? Como a questão do trabalho temporário reflete no aprendizado dos estudantes? Qual a visão do professor temporário sobre a educação? Leva-se em consideração que a realidade dos professores PSS e do QPM, não pode ser igualada, pois cada profissional, mesmo exercendo a mesma função recebe salários diferenciados, possui condições de trabalho diferenciadas e realidades diferentes.

Assim, a diferença entre professores temporários e efetivos pode ser destacada pela instabilidade vivenciada pelo professor temporário e por sua falta de perspectiva de elevação de nível. Como pode ser observado na tabela 01, anteriormente apresentada.

Observando as informações do quadro 02, pode-se concluir que o professor que pertence ao QPM possui plano de carreira e incentivo para se especializar, enquanto o professor PSS vivencia as mesmas dificuldades como educador na sala de aula e ainda sofre com as precárias condições de trabalho. Desta forma, questiona-se: sua força de trabalho é menos importante? Assim sendo, discute-se porque a remuneração dos mesmos profissionais é diferente já que ambos exercem as mesmas atividades, ou ainda: esse profissional não pode ter plano de carreira e os mesmos direitos? E essa precarização pode refletir-se no ensino, ou seja, no desempenho do professor junto aos alunos em sala de aula?

Quadro 2 - Vencimento dos Professores.

Tabela de Vencimento dos Professores – Jornada 20 horas												
Atualizada com 6,65% - outubro/2012 (Lei complementar 150 de 29/08/2012)												
Nível vert.	Nível horizont.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PDE	Nível III	2.234,00	2.345,70	2.462,99	2.586,14	2.715,44	2.851,22	2.993,78	3.143,47	3.300,64	3.465,67	3.638,96
Esp.	Nível II	1.306,18	1.371,48	144,06	1.512,06	1.587,66	1.667,05	1.750,40	1.837,92	1.929,82	2.026,31	2.127,62
Lic. Plena	Nível I	1.044,94	1.097,19	1.152,05	1.209,65	1.270,13	1.333,64	1.400,32	1.470,34	1.543,85	1.621,05	1.702,10
Lic. Curta	Nível III	888,20	932,61	979,24	1.028,20	1.079,61	1.133,59	1.190,27	1.249,79	1.312,27	1.377,89	1.446,78
Lic. Curta	Nível II	783,71	822,89	864,04	907,24	952,60	1.000,23	1.050,24	1.102,75	1.157,89	1.215,78	1.276,57
Magis.	Nível I	731,46	768,03	806,43	846,75	889,09	933,55	980,22	1.029,24	1.080,70	1.134,73	1.191,47
Mensalidade APP: R\$ 32,91 (4,5%-Classe1-Nível Especial I) Auxílio transporte (AT): R\$ 304,83 (24%-Classe5-Nível I)												

Fonte: PARANÁ, Tabela de Vencimento dos Professores – Jornada 20 horas. www.nre.seed.pr.gov.br. Acesso no dia 15 de junho de 2013.

A diferença de direitos entre o professor PSS e o QPM é algo claro e essa diferenciação tornou-se mais nítida com a mudança na legislação trabalhista, a qual aceita o trabalho temporário e ainda o regularizou pela Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974 (BRASIL, 1974). Entretanto, é importante ressaltar que antes dessa Lei já havia o trabalho temporário, mas foi a partir da Lei que este começa a ser oficialmente reconhecido, sendo que com essa abertura o professor encontra espaço para ministrar suas aulas com registro em carteira pelo regime da CLT.

Note-se que a educação está ligada às mudanças que ocorrem na sociedade, principalmente as mudanças no mercado de trabalho em que, o professor deve se adequar aos novos propósitos, proporcionando ao aluno conhecimentos necessários para formar a mão de obra econômica e socialmente necessária. Esse aspecto ganhou destaque no período da Escola Tecnicista, a qual pressupõe que o professor seja técnico e que privilegie o ensino técnico. Saviani (1991) esclarece que,

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 1991, p. 23-24).

Assim sendo, a mudança nos princípios da educação refletiu na categoria trabalho, ao qual não se faz necessário pensar, mas somente reproduzir as técnicas. As pessoas vendem sua força de trabalho, sem questionar porque estão exercendo aquela função ou atividade, apenas reproduzem um trabalho alienado, ou seja, um trabalho repetitivo, sem reflexão, ideal para suprir a mão de obra das fábricas.

No período compreendido entre os anos 1964 e 1985, em que o Brasil vivenciou a Ditadura Militar, a educação foi a grande aliada para conter a população, pois que se fazia necessário reproduzir um conhecimento técnico, útil para atender a mão de obra das fábricas e desviar a atenção das pessoas para que não questionassem a realidade vivenciada no país. A tendência educacional tecnicista foi de grande valia, pois serviu para combater a resistência nas escolas, e alunos e professores tornaram-se tolerantes às imposições ideológicas propostas pelo regime militar (SAVIANI, 1991).

Desta forma, os professores foram “usados” para essa alienação do trabalho disseminando essa ideia e se submetendo a aceitar a precariedade das condições para garantir seu sustento. Destarte, “[...] os professores assalariados, mesmo quando não são produtivos junto de seus alunos, podem ser produtivos para quem os emprega, pois se cria a mais-valia” (ALBROZ, 2000, p.85).

Neste contexto, mesmo quando os professores não cumpriam com seu papel de educador, o de construir junto ao aluno o conhecimento de uma maneira crítica e reflexiva, de certa forma, contribuía com o Governo, pois estavam reproduzindo as ideias e ajudando a legitimar o trabalho alienado, somente repetitivo, sem reflexão, o que resultava em alunos não críticos, passivos a aceitar as condições impostas, sem questionar.

Desta maneira, as condições sociais e econômicas implicariam em uma interferência direta no mercado de trabalho, que as escolas e os professores aceitaram e participaram do novo sentido do trabalho, tornando-se este principalmente manual, mecânico, resultando em pessoas menos reflexivas e que aceitam salários reais mais baixos e em piores condições (ANTUNES, 2002).

Essas condições precárias são aceitas pelos profissionais, pois estes necessitam trabalhar para garantir seu sustento; entretanto, essas condições interferem no aprendizado dos alunos, posto que estes sofrem com as constantes mudanças de professores, que por sua vez sentem a instabilidade financeira, insegurança profissional, indisciplina dos alunos¹². Conforme Saviani (1991) esclarece, para que haja o processo de ensino-aprendizagem o aluno precisa estar contextualizado historicamente, o ensino deve ser contínuo e dialético e com a mudança do professor essa relação torna-se mais difícil de construir.

Outra questão a ser analisada, trata da insegurança financeira que os profissionais temporários sofrem constantemente, e, isso se torna uma ferramenta podadora de sua criatividade e também pode ser desmotivadora para a realização de um trabalho de qualidade, visto que está atuando em um curto período e isso faz com que o professor não crie expectativas para o futuro.

Nota-se que o professor temporário (PSS) enfrenta vários obstáculos em sala de aula, desde a falta de estabilidade, quanto às dificuldades que são

¹² A indisciplina não está restrita somente nas aulas de professores PSS, porém muitas das vezes esse fato torna-se mais visível nessas aulas, pois o aluno não reconhece esse profissional como o responsável pela sala de aula.

inerentes à práxis¹³ docente de todos os educadores, tais como: a indisciplina; a metodologia utilizada; a pouca ou a falta de clareza acerca do conhecimento geográfico e de seus objetivos na Geografia escolar; a ausência da relação do cotidiano do aluno com o conhecimento geográfico; a não participação na elaboração do plano de trabalho docente.

Kaercher (2005) destaca como uma das maiores dificuldades do professor seja ele temporário ou efetivo, a falta de clareza da importância da Geografia para o dia a dia do estudante, que é gerada pela precariedade do conhecimento científico, ou seja, o professor que possui domínio de conteúdo e tem claro o objetivo da sua aula é capaz de explicar o conteúdo de diversas maneiras, relacionando os fatos cotidianos do aluno com o conhecimento científico utilizado na aula e construindo o conhecimento geográfico junto com o aluno.

O professor que não possui domínio da ciência geográfica, que não tem clareza dos objetivos, não sabe relacionar o cotidiano do estudante com o conhecimento científico, sendo incapaz de demonstrar a importância desse saber para utilizá-lo na sua prática educativa.

Vale indagar: um acadêmico que iniciou sua graduação há 6 (seis) meses (o que é comum) tem subsídios teóricos suficientes para lecionar¹⁴? Posto que se trata de um profissional em formação, questiona-se: será que este profissional saberá escolher a melhor metodologia para ministrar suas aulas? Possui clareza quanto à importância da Geografia para o cotidiano do aluno? Consegue construir junto com o discente o conhecimento escolar? Relacionar o conhecimento científico com a vivência do aluno?

Em relação a esses questionamentos, observa-se que a legislação trabalhista hoje em vigor pode contribuir para uma possível precariedade do ensino nas escolas públicas brasileiras, posto que esses profissionais não se encontram preparados, ou ainda estão se preparando para assumir seus postos como educadores e formadores de opinião. Em relação a esse fato, a Lei Complementar Nº 108/2005 do Estado do Paraná em seu Art. 1º esclarece:

¹³ A fusão da prática pedagógica com a teoria.

¹⁴ A escolha do exemplo de um professor aluno de graduação há 6 meses demonstra a precariedade de formação do professor temporário, pois este pode assumir uma sala de aula, entretanto para que possa ser professor efetivo deve ser graduado e ainda passar pelo estágio probatório por três anos.

Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previstos nesta lei (PARANÁ, LEI COMPLEMENTAR 108/2005).

Conforme dispõe a Lei 108/2005, o professor temporário poderá ministrar aulas quando não houver pessoal efetivo para assumir essas vagas; sendo assim, esses profissionais assumem as mesmas responsabilidades em sala de aula dos efetivos, mas não com os mesmos direitos trabalhistas, pelo contrário são submetidos a precárias condições de trabalho.

Outra questão relevante a se levantar sobre os professores PSS é a sua ausência na elaboração do Plano de Trabalho Docente, sendo outro obstáculo a ser superado por esse profissional, pois é a partir do plano que se organizam os conteúdos e a sequência que deve ser desenvolvida em sala de aula, da mesma forma que é por meio do Plano de Trabalho Docente que o professor organiza suas ideias e norteia seu trabalho. Nota-se que quando o professor PSS começa a lecionar¹⁵ este Plano já foi elaborado, e deve seguir o planejamento que outro professor preparou podendo o mesmo estar ou não coerente à realidade dos alunos.

Desta maneira, quando o professor não participa de sua elaboração, acaba não realizando uma etapa importante de seu trabalho, pois o fato de planejar o conteúdo que será desenvolvido na sala de aula, as atividades que serão realizadas (por exemplo: as provas, trabalho de campo, entre outras atividades), possibilita ao educador melhor organizar seu trabalho, facilitando o seu dia a dia, dando uma adequada sequência à docência. Vale ressaltar que o plano de trabalho poderá sofrer mudanças de acordo com a realidade da sala, mas o planejamento se faz necessário, pois, é no momento de sua elaboração que o professor irá refletir sobre os conteúdos a serem desenvolvidos, como irá ministrá-los em suas aulas e qual metodologia será utilizada. Desta forma, o planejamento irá nortear o professor na busca de sua autonomia, na tomada de decisões, na resolução de problemas e principalmente na capacidade de escolher seus caminhos.

Ao se referir à Geografia, Kaercher (2005, p.224), afirma que “está faltando, além do conhecimento específico, particular, técnico da ciência geográfica, um melhor entendimento do que é e para que serve ensinar Geografia”. Dessa

¹⁵ O professor PSS normalmente inicia seu trabalho após o início das aulas, desta forma, não participa da elaboração do plano de trabalho no início do ano.

forma, se torna mais difícil despertar o interesse das turmas, visto que os próprios professores, muitas vezes, não conhecem os objetivos da ciência geográfica e a importância desta para o cotidiano e formação cidadã dos estudantes.

Essa dificuldade de apresentar com clareza o objetivo da Geografia para o aluno e da sua importância para a formação e contribuição para o desenvolvimento do cidadão crítico e autônomo é pertinente não só a professores PSS como também aos efetivos (QPM).

Neste sentido Kaercher (2005, p. 224), afirma que, “sem saber o que queremos com nossa ciência, não há aluno que vá nos ouvir interessadamente”. Assim, tanto o professor PSS quanto o professor QPM, devem ter claro o papel da Geografia.

Portanto, para que se faça um bom trabalho em sala de aula o primeiro obstáculo a ser superado é a clareza quanto a influência e a importância da ciência geográfica para a formação do cidadão. Destarte, para realizar a pesquisa de mestrado fez-se relevante dedicar um capítulo para discutir o Ensino de Geografia e sua influência no dia a dia do estudante ressaltando que para ocorrer o aprendizado o aluno deve estar motivado, tendo clara a necessidade de se estudar esse conteúdo e como esse conteúdo será utilizado em seu cotidiano e em suas atividades futuras.

2 ENSINO DE GEOGRAFIA

Ao analisar o trabalho dos professores PSS e dos professores QPM, viu-se a necessidade de discutir sobre o ensino de Geografia, posto que, independente das dificuldades trabalhistas encontradas, há que se ter clareza do papel da Geografia na formação do cidadão crítico, autônomo, capaz de criar, produzir e utilizar a ciência geográfica.

Sendo assim, Cavalcanti (1998), Pontuschka (1993), Kimura (2008), Kaercher (2005), consideram, que o ensino de Geografia é de suma importância para a construção e formação do cidadão crítico e reflexivo, ou seja, do cidadão que busca sua independência, não só econômica, mas também de expressão, podendo fazer suas próprias escolhas, sem ser inconvenientemente influenciado.

O ensino de Geografia deve proporcionar ao educando conhecer o espaço, relacionando o local com o global, conhecer o ambiente em que se insere em relação à dinâmica do mundo globalizado e suas territorializações. Destarte, as DCE's - Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (2008) se destaca como um documento norteador, em uma perspectiva de contribuição à prática pedagógica do professor ancorado num suporte teórico-crítico, a qual define como:

objeto de estudo da Geografia o espaço geográfico, entendido como o espaço produzido e apropriado pela sociedade, composto pela inter-relação entre sistemas de objetos – naturais, culturais e técnicos – e sistemas de ações – relações sociais, culturais, políticas e econômicas. (PARANÁ, DCE's, 2008, p.51)

Dessa forma, o Ensino de Geografia tem como escopo compreender o espaço geográfico, o espaço produzido e modificado pelo homem, explicando as diversidades étnicas, culturais, econômicas e políticas numa sociedade. Assim sendo, o professor de Geografia tem como finalidade proporcionar ao estudante a compreensão da dinâmica do espaço em que está inserido. Neste contexto Pontuschka; Paganelli; Cacete (2009, p. 37), definem:

A geografia, como ciência da sociedade e da natureza, constitui um ramo do conhecimento necessário à formação inicial e continuada dos professores que têm ou terão sob sua responsabilidade classes das séries iniciais de alfabetização, assim como dos professores das séries mais adiantadas que trabalham com ela como disciplina escolar. Como ciência humana pesquisa o espaço produzido pelas sociedades humanas, considerando-o como resultado do movimento de uma sociedade em suas contradições e nas relações estabelecidas entre os grupos sociais e a natureza em diversos tempos históricos.

Conforme Pontuscka; Paganelli; Cacete (2009), o domínio da disciplina de Geografia faz-se necessário na formação do professor, pois ele irá trabalhar com alunos do Ensino Fundamental e/ou do Ensino Médio como mediador, sendo o responsável pela construção do conhecimento acerca do espaço produzido e modificado pela sociedade, proporcionando ao estudante sua emancipação como cidadão crítico e reflexivo.

As DCEs - Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná (2008), organizam a disciplina de Geografia em conteúdos estruturantes, ou seja, conhecimentos, conceitos ou saberes que identificam e organizam os diferentes campos de estudo das disciplinas escolares, sendo fundamentais para a compreensão do objeto de estudo das áreas do conhecimento. A disciplina de Geografia apresenta os conteúdos estruturantes da seguinte forma: dimensão econômica do espaço geográfico; dimensão política do espaço geográfico; dimensão socioambiental do espaço geográfico; e dimensão cultural e demográfica do espaço geográfico.

Diante do exposto, a Geografia aplicada nas séries iniciais, ou seja, até o 6º ano, tem como objetivo proporcionar ao estudante conhecer seu espaço local, compreender como se encontra organizado seu bairro, ter a primeira noção de espaço produzido pelo homem. Já no ensino fundamental II, ou seja, do 6º ao 9º ano, a Geografia passa a ser disciplina específica, a qual deve possibilitar ao aluno compreender o processo de transformação e modificação do contexto histórico da sociedade, da mesma maneira que deve proporcionar conhecimentos para formar sua opinião, tornando-se um cidadão autônomo e conhecedor da dinâmica do mundo contemporâneo (PARANÁ, DCEs, 2008). Assim sendo,

A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia (PONTUSCKA; PAGANELLI; CACETE, 2009, p. 38).

Neste contexto, professores e alunos podem compreender a realidade contemporânea por meio da Geografia, uma disciplina capaz de possibilitar o estudo das relações sociais e do conhecimento das múltiplas dimensões da realidade, entendendo o mundo em seu processo contínuo de transformação e mundialização da economia, ou seja, entender que as transformações que ocorrem atualmente estão ligadas às modificações do padrão de vida, da cultura, da economia, estando em constante mudança.

Entretanto, vale destacar que a Geografia conhecida atualmente nas escolas nem sempre foi assim, pois:

[...] a geografia como era ensinada não atraía os alunos; não havia uma consciência da importância dos conteúdos ensinados por essa matéria; o saber por ela veiculado era inútil e sem significado para os alunos, servindo, antes, aos projetos políticos de formar um sentimento de patriotismo acrítico, estático e naturalizante; a memorização tornou-se seu principal objetivo e também orientou sua metodologia (CAVALCANTI, 2010, p. 23).

Ou seja, a Geografia como ciência escolar vivencia uma transformação, deixando de ser enfadonha, memorativa, sem reflexão acerca da realidade, utilizada como um instrumento de dominação, sem significado e passa a ser uma ciência capaz de compreender e analisar os processos de transformação da sociedade. No caso do Brasil, Cavalcanti (2010, p. 21), afirma que:

A geografia brasileira, seja a acadêmica, seja a escolar, institucionalizou-se no início do século XX, via Sociedade Brasileira de Geografia (SBG), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Universidade de São Paulo (USP), e outras instituições, e assim como em outros países, essa institucionalização está vinculada ao seu ensino.

Desde a institucionalização da ciência geográfica até os dias atuais houve modificações referentes à sua metodologia de ensino, deixando de ser memorativa, “bancária”, acrítica, abordagem presente até os anos de 1970/1980, para tornar-se uma ciência crítica, que analisa os fatos, tornando-se mais atrativa aos estudantes, isto é, “procurou-se atribuir significado à Geografia que se ensina para os alunos, tornando-a mais interessante e mais atraente e possibilitando seu aprendizado por eles” (CAVALCANTI, 2010, p.23). Desta forma,

A estruturação da geografia escolar é realizada e praticada, em última instância, pelo professor dessa matéria, em seu exercício profissional cotidiano. Para isso, ele tem múltiplas referências, mas as mais diretas são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos, tanto a geografia acadêmica quanto a didática da geografia, e, de outro, a própria geografia escolar já constituída (CAVALCANTI, 2010, p. 25).

A estrutura da Geografia escolar tem como fundamento a Geografia acadêmica, mas existe uma diferença, pois a Geografia escolar resulta da sistematização do conhecimento popular mediante os conceitos geográficos da academia, ou seja, busca compreender o cotidiano e a sociedade por uma visão ampla e não apenas por uma única visão de mundo: a do senso comum; assim, a Geografia acadêmica produz o conhecimento científico que deve ser trabalhado/abordado na sala de aula. De acordo com Cavalcanti (2010, p. 29)

Esse entendimento traz a ideia de que a teoria é a dimensão própria da ciência e dos cursos de formação universitária, nas licenciaturas por exemplo, e a prática, a dimensão das escolas e dos professores; a teoria é produzida pela pesquisa e veiculada pelos processos formativos, enquanto a prática dos professores nas escolas é vista como desprovida de saberes ou portadora de um saber “menos confiável”, porque mais próximo do senso comum. Assim, há uma crença de que o mundo da teoria tem papel de contribuir para melhorar o mundo da prática.

Diante do exposto, deve-se superar a concepção de que o conhecimento produzido nas universidades deve ser utilizado como único conhecimento para determinar a realidade das salas de aulas, sendo preciso pensar na união das duas realidades, ou seja, o professor que atua nas escolas de Ensino Fundamental e Médio deve aprofundar seus conhecimentos, realizando pesquisas e também produzir conhecimento científico; sendo assim, as pesquisas devem ser realizadas pelas mesmas pessoas, tanto pelo professor universitário como também pelos professores que atuam nas séries iniciais e/ou finais. Observa-se que, os professores universitários são importantes para incentivar a pesquisa científica durante a graduação, mostrando ao aluno (futuro professor) como é relevante a pesquisa para melhorar a prática docente.

Portanto, Pontuschka, Paganelli; Cacete (2009, p. 98) destacam que “ensinar a pesquisar requer criar situações e condições didáticas que estimulem a curiosidade e a criatividade”, situações que devem ser iniciadas na formação acadêmica dos professores, a fim de que estes tenham a iniciativa de manter-se com tal postura ao longo da vida profissional.

Vale ressaltar que essa separação entre teoria e prática perpassa principalmente pela categoria trabalho, a qual se reflete nas escolas e no ensino. Por exemplo, na Geografia essas mudanças ocorreram por meio da mudança das tendências pedagógicas que foram influenciadas pelo momento cultural e político da sociedade, pois foram levadas à luz graças aos movimentos sociais e filosóficos (SAVIANI, 1991).

Segundo Saviani (1991), as tendências pedagógicas dividem-se em duas linhas de pensamento, sendo elas: tendências liberais e tendências progressistas. As tendências liberais referem-se a uma sociedade capitalista ou sociedade de classes, que sustenta a ideia de que o aluno deve ser preparado para papéis sociais de acordo com as suas aptidões, aprendendo a viver em harmonia com as normas da sociedade, tendo uma cultura individual. Saviani (1991, p. 17), as define como “[...] “teorias não-críticas” já que encaram a educação como autônoma e buscam compreendê-la a partir dela mesma”.

A tendência pedagógica não crítica reproduz a desigualdade social, pois seu objetivo é transmitir o conhecimento adquirido pela humanidade e ao sistematizá-los sem contextualizar a historicidade dos fatos, deu origem a quatro tendências: a tradicional; a renovadora progressiva; e a renovadora não diretiva (Escola Nova) e tecnicista¹⁶ (SAVIANI, 1991).

A tendência progressista parte de uma análise crítica da realidade social, que sustenta implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação e sua

¹⁶ Tradicional: tem como objetivo a transmissão dos padrões, normas e modelos dominantes. Os conteúdos escolares são separados da realidade social e da capacidade cognitiva dos alunos, sendo impostos como verdade absoluta em que apenas o professor tem razão. Sua metodologia é baseada na memorização, o que contribui para uma aprendizagem mecânica, passiva e repetitiva. Renovada: a educação escolar assume o propósito de levar o aluno a aprender e construir conhecimento, considerando as fases do seu desenvolvimento. Os conteúdos escolares passam a adequar-se aos interesses, ritmos e fases de raciocínio do aluno. Sua proposta metodológica tem como característica os experimentos e as pesquisas. O professor deixa de ser um mero expositor e assume o papel de elaborar situações desafiadoras da aprendizagem. A aprendizagem é construída por meio de planejamentos e testes. O professor passa a respeitar e a atender as necessidades individuais dos alunos. Renovada não-diretiva: há uma maior preocupação com o desenvolvimento da personalidade do aluno, com o autoconhecimento e com a realização pessoal. Os conteúdos escolares passam a ter significação pessoal, indo de encontro aos interesses e motivação do aluno. São incluídas atividades de sensibilidade, expressão e comunicação interpessoal, acentuando-se a importância dos trabalhos em grupos. Aprender torna-se um ato interno e intransferível. A relação professor-aluno passa a ser marcada pela afetividade. Tecnicista: enfatiza a profissionalização e modela o indivíduo para integrá-lo ao modelo social vigente, tecnicista. Os conteúdos que ganham destaque são os objetivos e neutros. O professor administra os procedimentos didáticos, enquanto o aluno recebe as informações. O educador tem uma relação profissional e interpessoal com o aluno (SAVIANI, 1991).

análise dos conteúdos, parte do princípio da necessidade de compreender a história dos acontecimentos, refletindo sobre o conteúdo de maneira crítica e dialética, ou seja, contestando com argumentos e comprovando sua veracidade. Sendo assim, o desenvolvimento e popularização da análise marxista da sociedade possibilitou o desenvolvimento da tendência progressista, que se ramifica em três correntes: a libertadora; a libertária e a "crítico-social dos conteúdos" ou "histórico-crítica"¹⁷ (SAVIANI, 1991).

A tendência histórico-crítica¹⁸ surge no Brasil no final dos anos 1970, priorizando abordar os conteúdos no seu confronto com a realidade social, enfatizando o conhecimento histórico, preparando o aluno para o mundo adulto, com participação organizada e ativa na democratização da sociedade. O processo de ensino/aprendizagem é construído pela experiência pessoal e subjetiva mediada pelo professor. E mediante essa nova tendência a Geografia passaria a analisar a sociedade de maneira crítica, buscando compreender a realidade e suas contradições políticas, econômicas e sociais.

Pode-se observar que as tendências pedagógicas da educação evoluíram conforme a sociedade foi se modificando e tendo novas prioridades, o que se refletiu na divisão não só do ensino como também da categoria trabalho, pois temos pessoas para realizar a prática e pessoas que irão dedicar-se à teoria. Essa dicotomia na educação pode ser refletida no processo de lecionar, pois existe o professor pesquisador e o que aplica as teorias e o conhecimento produzido nas universidades. Sendo assim,

¹⁷ Libertadora: o papel da educação é conscientizar para transformar a realidade e os conteúdos são extraídos da prática social e cotidiana dos alunos. Os conteúdos pré-selecionados são vistos como uma invasão cultural. A metodologia é caracterizada pela problematização da experiência social em grupos de discussão. A relação do professor com o aluno é tida como horizontal em que ambos passam a fazer parte do ato de educar.

Libertária: a escola propicia práticas democráticas, pois acredita que a consciência política resulta em conquistas sociais. Os conteúdos dão ênfase às lutas sociais, cuja metodologia está relacionada com a vivência grupal. O professor torna-se um orientador do grupo sem impor suas ideias e convicções.

Crítico-social dos conteúdos: a escola tem a tarefa de garantir a apropriação crítica do conhecimento científico e universal, tornando-se uma arma de luta importante. A classe trabalhadora deve apropriar-se do saber. Adota o método dialético, que é visto como o responsável pelo confronto entre as experiências pessoais e o conteúdo construído na escola. O educando participa com suas experiências e o professor com sua visão da realidade (SAVIANI, 1991).

¹⁸ A preferência em explanar com maiores detalhes a tendência histórico crítica deve-se ao fato de se tratar da corrente pedagógica que está sendo discutida com maior ênfase nas escolas públicas paranaenses, inclusive está presente nas DCEs, portanto, faz-se relevante abordar essa temática na dissertação com o intuito de trabalhar com a realidade vivenciada nas escolas públicas.

Trata-se de uma concepção de que há uma linearidade que parte da teoria para a prática e de que há superioridade da primeira em relação a segunda. A separação entre teoria e prática está ligada à divisão social do trabalho, que historicamente repercutiu em uma hierarquização das atividades, discriminando e desvalorizando algumas delas (CAVALCANTI, 2010, p. 28-29).

Para superar esta concepção de que a teoria é a dimensão própria da ciência e a prática a dimensão das escolas e dos professores, é preciso pensar na teoria e na prática como duas dimensões da realidade, sendo realizadas pelas mesmas pessoas. O professor do ensino fundamental e médio deve pesquisar, produzir conhecimento e não ficar apenas com a prática, ou seja, ser o responsável por aplicar o conhecimento produzido na universidade, posto que, a união entre a prática e a teoria é a maneira de sistematizar o conhecimento e conseguir alcançar seu objetivo, ou seja, o de proporcionar a emancipação do aluno, possibilitando uma visão ampla de mundo (CAVALCANTI, 2010).

Essa compreensão ajuda a encarar de outro modo os processos formativos do professor, posto que a associação entre a prática e teoria contribui para melhorar o trabalho do educador; assim, o professor não deve permanecer somente no campo da prática, mas pesquisar buscando apresentar novas teorias a serem aplicadas em sala de aula. Destarte, “[...] o professor poderá perceber-se como parte desse conjunto de “realizadores” da Geografia escolar, assumindo nele uma posição de sujeito, com relativa autonomia e acentuado senso crítico” (CAVALCANTI, 2010, p.26).

Desta maneira, o professor, antes de tudo, necessita ter claro o papel da Geografia, sendo ele pertencente ao QPM ou do PSS, pois deve ter conhecimento da importância da ciência geográfica para a emancipação do aluno. Assim sendo, é mediante a Geografia escolar que se possibilita questionar tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento do cotidiano, ou seja, o conhecimento da universidade refere-se ao conhecimento produzido por pesquisadores e o conhecimento do cotidiano refere-se ao senso comum produzido pela sociedade (CAVALCANTI, 2010).

Enfim, a geografia escolar não se ensina, ela se constrói, ela se realiza. Ela tem um movimento próprio, relativamente independente, realizado pelos professores e demais sujeitos da prática escolar que tomam decisões sobre o que é ensinado efetivamente. Assim, a escola é e pode ser importante espaço para promover a discussão e a avaliação desse conhecimento (CAVALCANTI, 2010, p. 28).

É na Geografia escolar que se discute o conhecimento produzido na universidade, sendo que nesse momento de discussão o professor promove e incentiva a produção do conhecimento, ou seja, motiva o aluno a pesquisar e refletir sobre o conteúdo, possibilitando compreender por meio do conhecimento sistematizado em sala de aula as modificações da sociedade, ampliando seu conhecimento que a *priori* era do senso comum e assim avança para o sistematizado.

É na escola que o aluno, junto com o professor, constrói o conhecimento geográfico, podendo interpretar a realidade, sendo capaz de analisar as diversas variáveis da economia, assim como compreender a sociedade e as transformações espaciais. Desta forma,

A geografia é um campo do conhecimento científico que desde sempre se constitui com base na multidimensionalidade [...] Hoje, mais do que nunca, essa busca leva ao surgimento de uma pluralidade de caminhos, resultando em análises cada vez mais complexas, por se aproximarem sempre mais de uma realidade espacial que também é cada vez mais complexa. Sua presença na escola, como campo da formação geral das pessoas, exige um tratamento adequado, com profundidade e considerando sua complexidade. Para isso, o professor precisa estudar permanentemente, buscar informações e também formar um quadro de referência pessoal que dê conta de ajudá-lo na análise do mundo, do aluno e da escola, e do que é universalmente necessário para que esse aluno tenha seu próprio quadro de referência para pensar espacialmente esse mundo (CAVALCANTI, 2010, p.46-47).

Nota-se na citação, que o professor, para conseguir atingir seu objetivo como educador deve estar em constante busca pelo conhecimento, não somente como um transmissor, mas também como um pesquisador, capaz de auxiliar os alunos a buscar e construir o conhecimento científico. Contudo, o professor temporário PSS vivencia a falta de oportunidades para aprimorar seus conhecimentos, tendo dificuldades para participar de cursos de aperfeiçoamento, enquanto o professor do QPM recebe incentivo para realizar a educação continuada, por meio de avanços, que refletem na promoção salarial. Ademais, Cavalcanti afirma que,

O desenvolvimento de um modo de pensar geográfico mais amplo e abstrato requer, portanto, a formação de conceitos pelos alunos. O trabalho de transformar o conteúdo geográfico em ferramenta do pensamento dos alunos implica a busca dos significados e dos sentidos dados por eles aos diversos temas abordados em sala de aula, considerando sua experiência vivida, implica também a busca da generalização dos conceitos e o entendimento de sistemas conceituais; e implica, além disso, trabalhar com outras dimensões da formação humana, como a emocional e a social, e não somente a cognitiva, a racional (CAVALCANTI, 2010, p.49).

Assim, o educador deve abordar não só os conteúdos científicos em sala de aula, mas trabalhar com a realidade vivenciada pelo aluno relacionando-a com as categorias geográficas, ou seja, natureza, lugar, paisagem, região e território, posto que, quando os estudantes tiverem claro essas categorias geográficas serão capazes de compreender a realidade e as modificações que ocorrem no mundo, assim como as mudanças que ocorrem na sociedade, no espaço por eles vivido.

Para orientar o trabalho do professor de Geografia, seja ele temporário ou efetivo, faz-se necessário que se tenha clareza da importância dessa ciência da mesma maneira que devem estar explícitas as categorias geográficas norteadoras da Geografia. Desta forma, foram questionados professores do QPM e PSS dos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira para analisar como o trabalho do professor temporário influencia na relação entre professor e aluno e no aprendizado de Geografia.

3 CONTEXTUALIZANDO OS PROFESSORES DO QPM E PSS DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO E SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – PR

As considerações realizadas acerca do trabalho temporário e seus reflexos no ensino de Geografia discutidas até o momento foram importantes para obter subsídios teóricos e metodológicos para realizar as entrevistas e analisar os resultados obtidos junto aos professores QPM e PSS dos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira – PR. Desta maneira, este capítulo estará pautado em questões sobre o trabalho temporário e seus reflexos na construção do aprendizado do aluno.

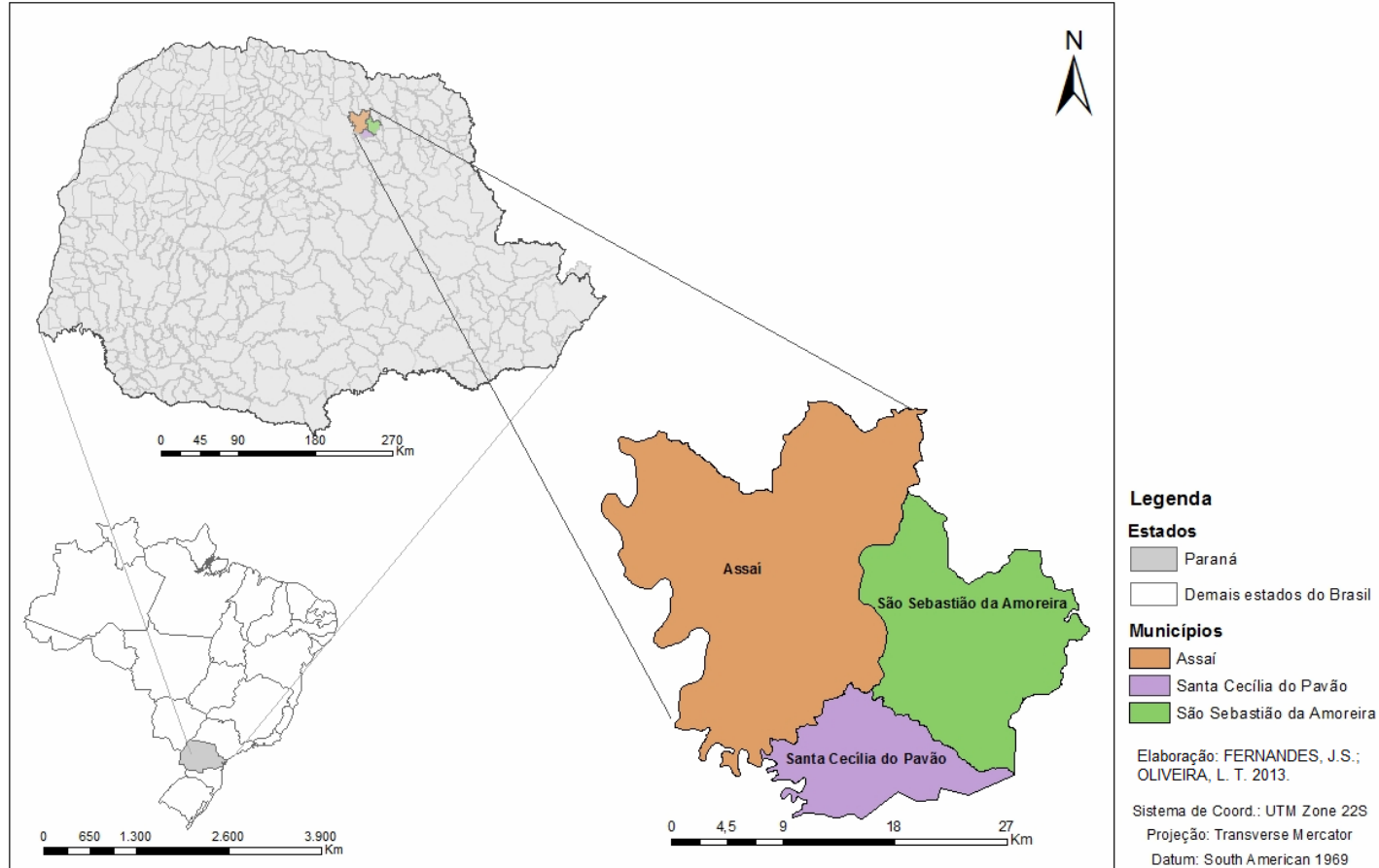
Neste sentido, foram entrevistados professores do Ensino Fundamental e Médio com o intuito de diagnosticar e analisar como o trabalho temporário se reflete no aprendizado dos alunos e como a condição de professor PSS ou do QPM interfere na condução de seu trabalho. Para realizar a análise dos questionários faz-se relevante contextualizar a realidade das escolas desses municípios, como consta do item a seguir.

3.1 BREVE HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DE ASSAÍ, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO E SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA – PR

As escolas analisadas localizam-se nos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira na região norte do Estado do Paraná, como pode ser observado na figura 01.

Figura 1 - Local de residência dos professores entrevistados - Municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira.

Local de residência dos professores entrevistados



Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S. C. do Pavão e S. S. da Amoreira – julho de 2013.
 Base cartográfica: IBGE.

Buscou-se entrevistar os professores desses municípios, pois há uma proximidade territorial, entre os mesmos, o que facilitou a realização das entrevistas. Vale ressaltar que são pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio - PR. Para compreender a realidade vivenciada por esses professores do PSS e do QPM far-se-á uma breve apresentação do contexto histórico e econômico dos municípios e das escolas.

Em seguida, analisa-se o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas com o intuito de contextualizar a realidade dos estabelecimentos de ensino, apresentar seu histórico e a população atendida, iniciando-se pelo município de Santa Cecília do Pavão, seguindo pelo município de São Sebastião da Amoreira e finalizando com o município de Assai. Assim, considera-se que estes dados serão relevantes para a análise da ação do professor temporário no ensino de Geografia.

Vale ressaltar que segundo a LDB 9.394/96 Artº12 as escolas terão a obrigação de:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

De acordo com a LDB 9394/96, o PPP é fundamental para o desenvolvimento e andamento da escola, sendo que por meio dele que se organiza o espaço físico e pessoal da instituição, zelando pelo aprendizado dos alunos e cumprimento da proposta pedagógica.

3.1.1 Santa Cecília do Pavão

O município de Santa Cecília do Pavão encontra-se na Região Norte do Paraná, denominada Norte Pioneiro, a qual pertence ao Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procópio. O município é de pequeno porte, o qual possui relevo, solo e clima que propiciam o desenvolvimento da agricultura.

Segundo o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, IBGE, 2010) o município de Santa Cecília do Pavão – PR

possui 3.646 habitantes, sendo 3.057 habitantes da área urbana e 589 na rural, e no qual se localizam as seguintes instituições de ensino: Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins – Ensino Fundamental e Médio, Escola Estadual do Campo Vicente Galvão, Escola Municipal Rural Manoel Ribas, Escola Municipal Cícero Bittencourt Rodrigues e o Centro Municipal de Educação Infantil Policena Maria de Mello.

Na década de 1980 a população de Santa Cecília do Pavão era predominantemente rural, a qual contava como principal fonte de renda o algodão, cultura que necessita de mão de obra intensiva; entretanto, com a mecanização da agricultura ocorreu a diminuição da mão de obra provocando assim o êxodo rural, ou seja, a saída da população rural para centros urbanos, conforme observa-se na tabela 01.

Tabela 1 - População Urbana e Rural de Santa Cecília do Pavão – PR.

Ano	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	Total
1980	4.198	42,6	5.668	57,4	9.866
1991	2.626	53,4	2.289	46,6	4.915
2000	3.002	73,8	1.062	26,2	4.064
2010	3.057	83,8	589	16,2	3.646

Fonte: BRASIL, Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2014.

Vale ressaltar que a população do município concentra-se predominantemente na área urbana, porém, sua economia está voltada à produção primária, conforme se observa na tabela 02. Nota-se que houve uma drástica diminuição da população do ano de 1980 para 1991; esse fato ocorreu devido a emancipação de Nova Santa Barbara, que deixou de ser distrito do município de Santa Cecília do Pavão; outro fator relevante foi a queda do cultivo do algodão, que emprega mão de obra expressiva..

Tabela 2 - Participação dos ramos de atividades segundo o valor adicionado fiscal de Santa Cecília do Pavão – PR.

Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos de Atividades – 2011

Ramo de atividades	Valor (R\$ 1,00)	%
Produção primária	24.417.350	61,6
Indústria – Total	7.015.963	17,7
Indústria	6.996.994	
Indústria – Simples Nacional (1)	18.969	
Comércio e em Serviços – Total	8.147.272	0,2
Comércio e em Serviços	6.740.275	
Comércio – Simples Nacional (1)	1.406.997	

Fonte: PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social - IPARDES, dezembro 2012.

O município conta com um evento que marca o calendário festivo da cidade denominado de Agrofest, realizada no final do mês de julho para comemorar a emancipação que ocorreu no dia 28 de julho de 1960.

3.1.2 São Sebastião da Amoreira

O município de São Sebastião da Amoreira teve início com a criação do distrito administrativo de Assaí. À medida que Assaí crescia um novo e importante núcleo populacional foi se formando dentro de sua área administrativa acompanhando, de perto, o progresso e a evolução da sede municipal. Esse novo patrimônio não demorou a adquirir a sua autonomia político-administrativa. Localizado na região norte do Paraná, a Fazenda Três Barras tem sua história diretamente ligada ao ciclo do café. Os seus proprietários, ao procederem à sua divisão deram o nome de Amoreira à área onde está localizado o atual município (BRASIL, IBGE, 2010).

Ao ser construída a igreja do povoado, foi a mesma consagrada a São Sebastião, seu padroeiro; assim, a localidade passou a ser conhecida como São Sebastião da Amoreira. Em 11 de outubro de 1947, a localidade foi elevada à categoria de distrito administrativo, pertencendo ao município de Assaí e com a denominação de São Sebastião da Amoreira. Em 14 de novembro de 1951, foi elevado à categoria de município, com o território desmembrado de Assaí e com a

denominação de “Amoreira”; pela Lei Municipal nº 8, de 9 de maio de 1964, voltou a chamar-se São Sebastião da Amoreira (S. S. AMOREIRA, 2011).

O nome do município é homenagem ao padroeiro “São Sebastião” e “Amoreira” proveniente de uma árvore que produz uma fruta conhecida pelo nome de amora, em abundância na região devido à criação do bicho da seda, alimentado com suas folhas. O município conta com duas escolas estaduais: o Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma e a Escola Estadual João Turin, que atendem a população de 8.629 habitantes (BRASIL, IBGE, 2010), sendo a população urbana de 7.593 pessoas e a população rural de 1.033 pessoas.

Na década de 1980 a população de São Sebastião da Amoreira era predominantemente rural, e contava como principal fonte de renda a agricultura (café e algodão) que ocupava grande contingente de mão de obra; entretanto, com a substituição do cultivo, a população do campo conhece o êxodo rural, ou seja, a saída da população rural para centros urbanos, conforme se infere pela observação da tabela 03.

Tabela 3 - População Urbana e Rural de São Sebastião da Amoreira

Ano	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	Total
1980	2.579	37,2	4.356	62,8	6.935
1991	4.523	56,7	3.444	43,3	7.967
2000	6.617	77,4	1.931	22,6	8.548
2010	7.593	88,1	1.033	11,9	8.626

Fonte: BRASIL, Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2014.

Os dados da tabela mostram que a população urbana predomina, entretanto a economia do município é voltada à produção primária, ou seja, a agricultura, conforme se observa na tabela 04, que apresenta o valor adicionado fiscal por ramos de atividade.

O município de São Sebastião da Amoreira teve um aumento populacional nas décadas de 1991 a 2000 devido o incentivo em projetos para construção de casas populares, fomento para pequenas empresas e para o comércio local, além disso, no município foram instaladas varias fábricas de costura que impulsionaram a população a buscar em São Sebastião da Amoreira uma nova oportunidade de melhoria de vida; daí o elevado crescimento populacional.

Tabela 4 - Participação dos ramos de atividade segundo o valor adicionado fiscal de São Sebastião da Amoreira – PR.

Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos de Atividades – 2011

Ramo de atividades	Valor (R\$ 1,00)	%
Produção primária	65.951.610	68,8
Indústria – Total	3.851.918	4,0
Indústria	3.368.090	
Indústria – Simples Nacional (1)	483.828	27,0
Comércio e em Serviços – Total	25.911.976	
Comércio e em Serviços	22.631.701	
Comércio – Simples Nacional (1)	3.280.275	
TOTAL	39.580.585	100,0

Fonte: PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social - IPARDES, setembro 2013.

3.1.3 Assaí

O processo de colonização da região iniciou-se no ano de 1932, quando Assaí, ex-Colônia Três Barras foi fundada pela Sociedade Colonizadora do Brasil-BRATAC, na região Norte do Paraná, visando principalmente o assentamento de imigrantes japoneses (ASARI, 1992). Assim, a localidade foi se desenvolvendo e suas terras férteis, propícias para o cultivo do café e do algodão, atraíram também migrantes como paulistas, mineiros, nordestinos e paranaenses do sul do Estado.

Segundo os dados do IBGE (BRASIL, 2013), o censo demográfico de 2010 registrou uma população de 16.354 pessoas, sendo 13.587 na área urbana. O município conta com três instituições de ensino estaduais: o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, Colégio Estadual Conselheiro Carrão e a Escola Estadual Professor Walerian Wrosz.

Na década de 1980 a população de Assaí era predominantemente rural, e contava como principal fonte de renda a agricultura que necessitava de mão de obra, entretanto com a substituição das culturas, a mecanização do cultivo diminui-se o número da mão de obra provocando assim o êxodo rural, ou seja, a saída da população rural para centros urbanos, conforme observação da tabela 05.

Tabela 5 - População Rural e Urbana de Assaí – PR.

Ano	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	Total
1980	10.124	45,8	11.972	54,2	22.096
1991	12.945	63,7	7.350	36,3	20.292
2000	13.517	74,9	4.528	25,1	18.045
2010	13.587	83,0	2.767	7,0	16.354

Fonte: BRASIL, Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2014.

Hoje, a população concentra-se na área urbana e a economia do município tem como base as indústrias, conforme se observa na tabela 06:

Tabela 6 - Participação dos ramos de atividade segundo o valor adicionado fiscal de Assaí – PR

Valor Adicionado Fiscal Segundo os Ramos de Atividades – 2011

Ramo de atividades	Valor (R\$ 1,00)	%
Produção primária	88.207.522	32,1
Indústria – Total	141.345.505	51,5
Indústria	139.549.205	
Indústria – Simples Nacional (1)	1.886.300	
Comércio e em Serviços – Total	44.764.167	16,3
Comércio e em Serviços	31.399.653	
Comércio – Simples Nacional (1)	13.364.514	
Recursos / Autos	10.926	0,02
TOTAL	274.328.120	100,0

Fonte: PARANÁ, Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social – IPARDES, setembro 2013.

A agropecuária corresponde a 32% do PIB do município, contando com 9.800 cabeças de bovinos; equinos, 400 cabeças; galináceos, 742.000 cabeças; ovinos, 190 cabeças e suínos, 2570 cabeças. A indústria corresponde a 51% segundo o valor adicionado fiscal do município, com predominância das indústrias metalúrgica e têxtil, destacando-se a Jumbo Indústria Mecânica Ltda, a Metalúrgica Veipa Ltda, a TC Marca Indústria e Comércio Ltda e a Unidade Industrial de Fios da Integrada – Cooperativa Agroindustrial, empregando cerca de 1.200 pessoas (PARANÁ, IPARDES, 2013).

A expansão física das indústrias proporcionou a abertura de novos loteamentos; construção de conjuntos habitacionais e condomínios exclusivos; intensificação das atividades comerciais, marcada pela ampliação e especialização da oferta de bens, como transformação de lojas em magazines, abertura de filiais de

lojas regionais, oferta de produtos exclusivos até então só encontrados nos grandes centros, e atendendo às cidades mais próximas como São Sebastião da Amoreira, Nova Santa Bárbara, Santa Cecília do Pavão, Uraí e outras (ALMEIDA, 2010).

3.2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO ENTREVISTADAS

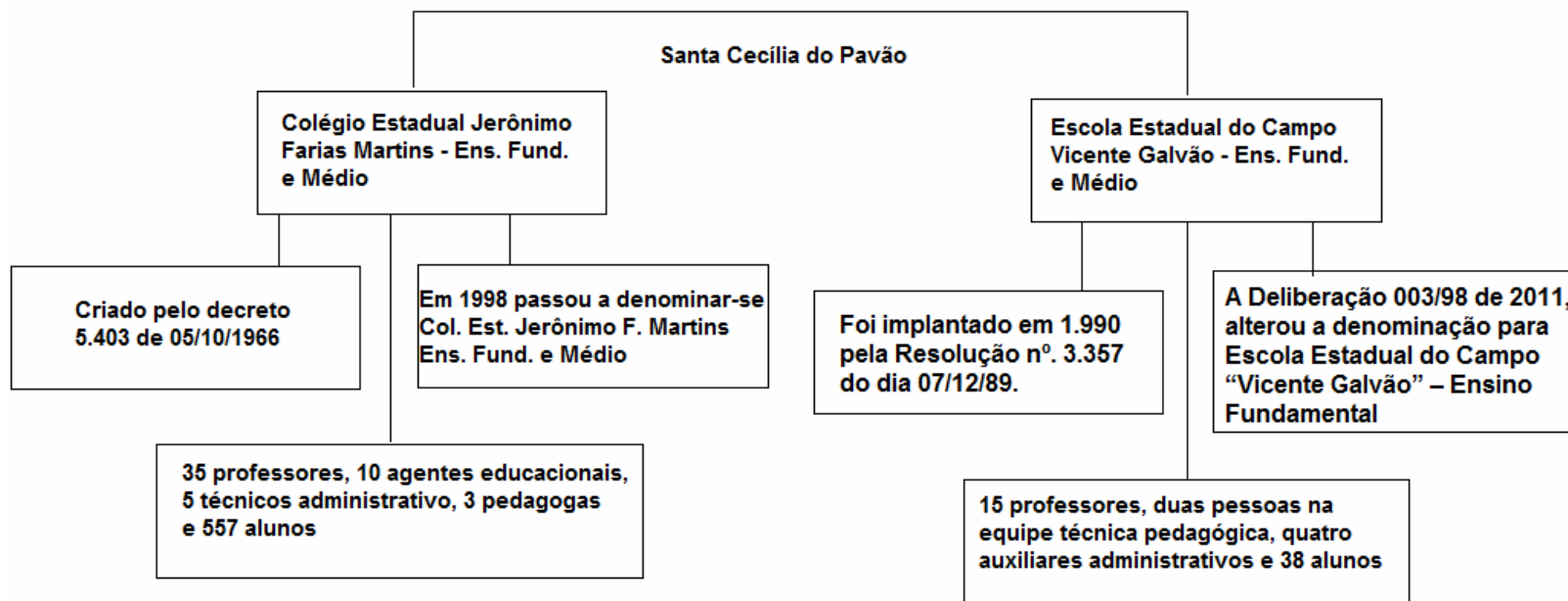
O projeto político pedagógico é um documento utilizado como base para a organização da escola, organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social, procurando preservar a visão de totalidade, a metodologia utilizada pela escola, os conteúdos a serem trabalhados, as atividades desenvolvidas extraclasse, enfim, tudo que acontece na escola deve estar previsto no PPP. Neste sentido, o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

A principal característica da construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na sala de aula, que deve envolver alunos e comunidade.

3.2.1 PPP das Escolas do Município de Santa Cecília do Pavão – PR

O município de Santa Cecília do Pavão possui duas escolas estaduais, sendo: Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins Ensino Fundamental e Médio, com 21 professores PSS e 21 professores QPM e a Escola Estadual do Campo Vicente Galvão Ensino Fundamental, com 8 professores PSS e 8 QPM.

Figura 2 - Dados das escolas estaduais de Santa Cecília do Pavão



Fonte: Projeto Político Pedagógico das escolas estaduais de S. C. Pavão, 2012.

A análise do Projeto Político Pedagógico das escolas teve como objetivo compreender a realidade das instituições de ensino, de forma quantitativa e qualitativa, ou seja, a estrutura física, número de funcionários, número de alunos, assim como, o compromisso do educador com a parte pedagógica e as normas de funcionamento.

(a) Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins – Ensino Fundamental e Médio

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2012, pela equipe técnica e pedagógica do Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins – Ensino Fundamental e Médio.

O Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins localizado na Rua General Osório s/n com a Rua Jerônimo Farias Martins, foi criado pelo decreto nº. 5.403 de 05 de outubro de 1966, denominado Escola Normal Ginásial de Santa Cecília do Pavão e começando a funcionar no dia 01 de março de 1967, de acordo com a portaria nº. 6.844 de 29 de dezembro de 1996.

Mediante a Resolução Secretarial 3.120/98, DEO 11/09/98, o Colégio passou a denominar-se Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins – Ensino Fundamental e Médio. O Colégio conta com os seguintes cursos:

- a) 6º a 9º- Séries Finais do Ensino Fundamental;
- b) 1º ao 3º ano- Ensino Médio;
- c) CELEM- Centro de Línguas Estrangeiras Modernas- Espanhol;
- d) Pós-Médio – Segurança do Trabalho e Administração Pública;
- e) 3º e 4º ano - Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade normal descentralizadas do município de São Jerônimo da Serra.

Em 1998, com o apoio da comunidade o Colégio aderiu ao Programa PROEM – Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná e através de convênio com a SEED - Secretaria de Estado da Educação, foram construídas duas salas com 145 m² cada, sendo uma para o laboratório de informática e outra para a biblioteca; ainda neste programa houve a aquisição de 11 computadores, duas impressoras HP 695, bem como, o mobiliário, além de reparos em todo o prédio, pintura e troca de pisos nas salas de aula.

Em 2003, com o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, o Colégio recebeu uma aluna com deficiência física neuromotora e houve a contratação de uma professora de apoio para a mesma. Também foram feitas adaptações físicas no prédio para receber os alunos da inclusão. Em 2004, passou a fazer parte do programa do Governo Estadual, “leite das crianças”, entregando em média 800 litros semanais.

Em 2005, visando a melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem foi solicitada à Secretaria Estadual de Educação o atendimento à demanda de professor pedagogo para dar maior respaldo ao trabalho pedagógico da escola. Inicialmente a escola era atendida por duas pedagogas, sendo que, em 2006, a escola recebeu uma pedagoga padrão, totalizando 40 horas na Equipe Pedagógica. Atualmente a escola conta com três professoras pedagogas, atendendo 80 horas na demanda, sendo uma efetiva e duas PSS¹⁹.

O Colégio oferece a modalidade de Ensino Fundamental nos períodos matutino, vespertino e noturno, Ensino Médio no período matutino e noturno, CELEM-Espanhol no período vespertino e noturno, formação de docentes no período vespertino, Pós-Médio no período noturno.

O período matutino é o mais procurado pela população, e, onde se concentra o maior número de alunos e também é o período em que a escola atende a maior parte dos alunos da zona rural, devido aos mesmos utilizarem o transporte escolar. A maioria dos alunos que o Colégio recebe é de situação socioeconômica financeira de classe média baixa e baixa²⁰.

No Ensino Fundamental, atende-se alunos da faixa etária de 11 a 16 anos, sendo 23 turmas bastante heterogêneas, a maioria com bom aprendizado, pois envolvem-se em projetos extraclasse, gostam de participar de datas comemorativas como a festa junina, feira de ciências, jogos escolares, etc. Os alunos do 6º ao 9º anos participam da Sala de Apoio à aprendizagem de Português e Matemática, no contraturno e também do CELEM-Espanhol. Há alguns problemas de indisciplina, dificuldades de aprendizagem e um constante acompanhamento do

¹⁹ A professora pedagoga pode assumir PSS desde que tenha concluído o curso, ou seja, não pode ser acadêmica.

²⁰ Informação constante no Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins – Elaborado pela pedagoga e professores.

Projeto FICA²¹ (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente) em que se trabalha junto às famílias, com o apoio do Conselho Tutelar.

A faixa etária dos alunos do Ensino Médio diurno é de 14 a 20 anos e a maioria dos alunos é muito participativa, se envolve nas atividades da escola, inclusive colaborando na organização dos eventos. A maioria tem um bom aprendizado e também participa do CELEM-Espanhol. O maior problema apresentado, em especial, no primeiro ano, é a indisciplina e desinteresse.

No período vespertino do Ensino Fundamental, estão matriculadas crianças e adolescentes na faixa etária de 11 a 16 anos; a maioria tem bom aprendizado, entretanto, alguns apresentam dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, mais presentes no 6º ano. São alunos que apresentam carências básicas, inclusive afetiva; em sua grande maioria são beneficiários do programa da Bolsa Família e Programa Leite das Crianças²². As situações de conflito são mediadas por meio de conversas coletivas, individuais e com a família. Os alunos do 6º ao 9º anos participam da sala de apoio de português e matemática em horário de contraturno.

A turma que frequenta o curso de Formação de Docentes é constituída quase que exclusivamente pelo sexo feminino, tendo apenas um do sexo masculino e a faixa etária é de 15 a 40 anos. São alunos muito participativos. Inicialmente houve alguns problemas de relacionamento, devido a diferença etária e algumas desistências, já que é um curso profissionalizante e exige carga horária de estágio, em período de contraturno, além de muita leitura, dedicação e como muitos dos alunos que procuram este curso, são trabalhadores ou casados, com filhos, acarretou em muitas desistências.

Os alunos do ensino médio noturno são trabalhadores, a maioria trabalha na área rural, necessitando de uma atenção bastante significativa. A faixa etária é de 14 a 26 anos, sendo o período em que ocorre o maior número de desistências e como a maioria é maior de idade, não se enquadram no Programa FICA, dificultando o trabalho da escola no combate à evasão escolar. Em sua

²¹ O programa FICA é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, representantes municipais, conselhos tutelares, Ministério Público, pais, alunos e comunidade para combater a evasão escolar nas escolas estaduais do Paraná (PARANÁ, 2013).

²² O Programa do Leite das Crianças foi instituído pela Lei Estadual 16.475/2010 como um direito de crianças de 06 a 36 meses de idade, com renda per capita de até 1/2 salário mínimo regional, com o objetivo de auxiliar na redução das deficiências nutricionais da população infantil paranaense (PARANÁ, 2013).

maioria são alunos que vivem uma situação socioeconômica de classe baixa, por isso necessitam trabalhar no período diurno, ocasionando um número maior de faltas. Percebe-se que o aproveitamento é menor, quando comparado aos períodos matutino e vespertino, sendo assim, a escola procura entender esta realidade com uma postura pedagógica que oportunize o melhor atendimento a esta demanda, visando a qualidade do ensino-aprendizagem. Os maiores problemas apresentados são os atrasos, a falta de interesse, muitas vezes causada pelo cansaço físico e problemas familiares. A escola procura atender a estas questões, buscando a integração desses alunos. Os pais dos alunos são trabalhadores, muitos trabalham na lavoura, tendo pouca chance de acompanhar seus filhos, comparecendo esporadicamente à escola.

Os professores que trabalham no Colégio são habilitados e pós-graduados nas disciplinas que ministram, e poucos são acadêmicos. O colégio conta com 35 professores, uma equipe técnica pedagógica e administrativa formada por oito pessoas e possui 10 agentes educacionais.

O diretor e os funcionários atendem os três períodos cumprindo uma escala de trabalho visando sempre o bom atendimento à comunidade escolar e o diretor auxiliar desenvolve seu trabalho no período vespertino. Para cada realidade a escola adota uma postura pedagógica, oportunizando o melhor atendimento à demanda do período, visando a qualidade do ensino-aprendizagem. O colégio atende nos três períodos conforme se observa na tabela 07:

Tabela 7 - Número de alunos por turma e período.

Período	Ano	Turma	Número de alunos	Ensino
Matutino	6º	A	25	Ensino Fundamental
	7º	A	28	
	7º	B	28	
	8º	A	26	
	8º	B	20	
	9º	A	29	
	1º	A	28	Ensino Médio
	2º	A	28	
	3º	A	23	
Vespertino	6º	B	14	Ensino Fundamental
	7º	C	19	
	8º	B	18	
	9º	B	16	
Noturno	6º	C	08	Ensino Fundamental
	7º	D	09	
	8º	B	13	
	9º	A	23	
	1º	B	32	Ensino Médio
	2º	B	24	
	3º	B	28	

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins, 2012.

(b) Escola Estadual do Campo Vicente Galvão – Ensino Fundamental

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2012, pela equipe técnica e pedagógica da Escola Estadual do Campo Vicente Galvão – Ensino Fundamental.

A Escola Estadual do Campo Vicente Galvão localiza-se no bairro Duzentos Alqueires do município de Santa Cecília do Pavão – Paraná e surgiu em 1990 para atender o anseio e a necessidade da comunidade do campo. Inicialmente atenderia os alunos que concluíssem a 4ª série e tendo eles dificuldades de locomoção até a sede, distante 12 km do bairro onde se encontra a escola mais próxima, possibilitou que os alunos pudessem dar continuidade aos seus estudos.

No ano de 1.991 a Escola foi expandida com recursos do município e equipada com material enviado pela Secretaria de Educação do Estado do

Paraná. A ampliação foi de uma sala de aula, cozinha, uma biblioteca, dois sanitários (masculino e feminino) e a sala da diretoria.

Pela Deliberação 003/98 de 2011, houve alteração da denominação do estabelecimento para Escola Estadual do Campo “Vicente Galvão” – Ensino Fundamental. A Escola funciona compartilhada com a Escola Municipal Rural Manoel Ribas.

A direção da escola, conta atualmente com a ajuda da A.P.M.F – Associação de Pais e Mestres e Funcionários e com o Conselho Escolar, em pleno funcionamento. O quadro de magistério é formado de 15 professores, dois profissionais na equipe técnica pedagógica e quatro auxiliares administrativos.

Os professores e funcionários moram na área urbana, o ensino segue a grade da rede pública urbana da cidade, ou seja, não há disciplinas específicas voltadas às atividades do campo. A escola atende 38 alunos divididos em turmas do 6º ano; 7º ano; 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental.

Devido a mudanças de várias famílias para a área urbana o número de alunos diminuiu gradativamente em relação aos últimos anos, pois muitos mudaram à procura de um centro maior, pelo fato de não estarem satisfeitos com a agricultura, principalmente após a queda da produção do algodão (principal fonte de renda na década de 1980). Desta forma, a escola tem como um dos objetivos cultivar nos alunos o orgulho pelo seu lugar, pelo ambiente onde vive, a importância da agricultura familiar, buscando relacionar os conteúdos com a realidade do aluno, que desde muito cedo conhece o trabalho com a terra.

A escola tem se preocupado em afastar o aluno da apatia em que muitos se encontram e um dos fatores que contribui para isso é que não há superlotação nas salas de aula dando oportunidade para os professores realizarem um trabalho individual quando necessário; com isso o aluno tem mais condições de dirimir suas dúvidas podendo melhorar seu rendimento escolar.

Todos os alunos matriculados na instituição de ensino são filhos de agricultores e com a diminuição da oferta de trabalho na agricultura devido a mecanização agrícola e a predominância do cultivo de soja, milho e trigo tem dificultado a sobrevivência de pequenos agricultores, que é o caso da comunidade do Bairro Duzentos Alqueires.

As famílias residentes no bairro não possuem água tratada, asfalto, posto de saúde, porém procura-se proporcionar o atendimento à comunidade, uma

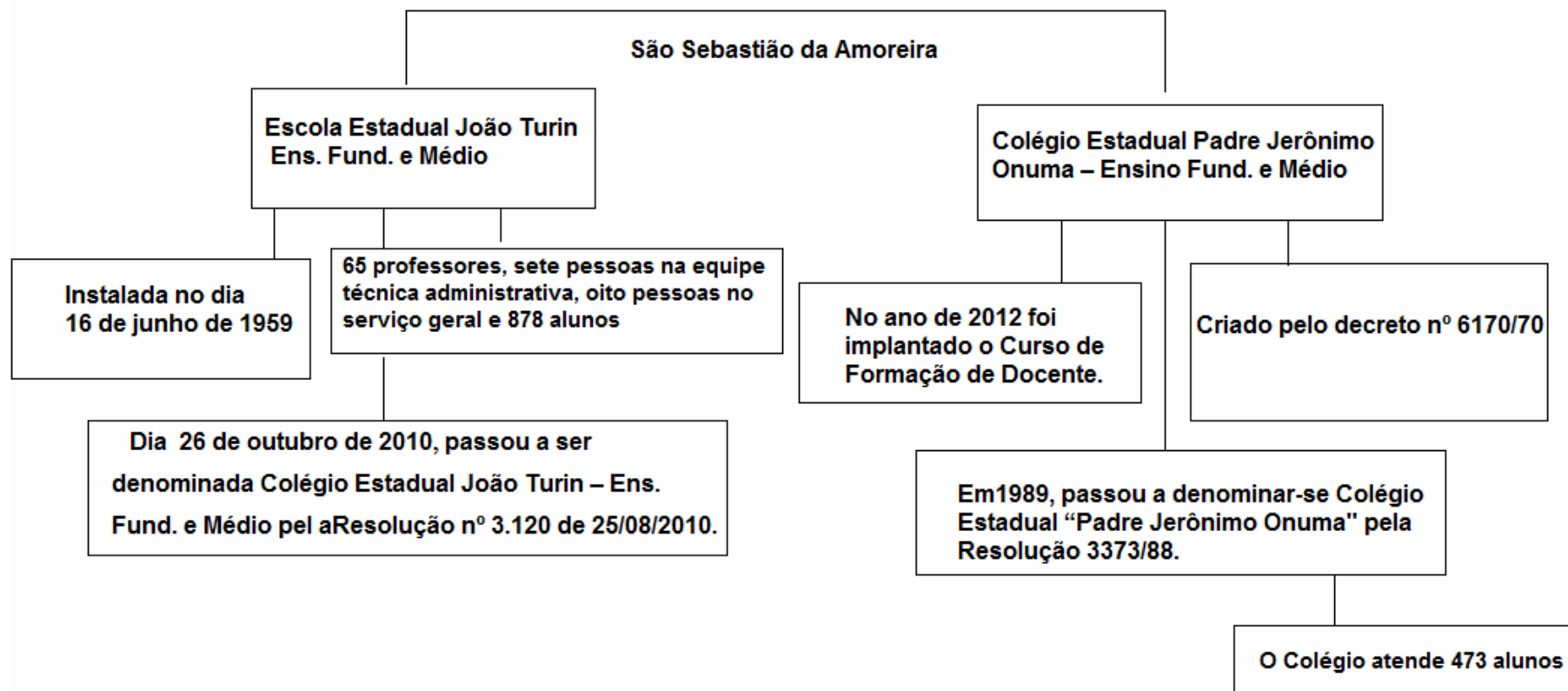
vez por semana, no salão comunitário, espaço este que também é utilizado para a realização de festas e outros eventos de lazer da comunidade.

A maioria das pessoas que mora no bairro não teve oportunidade de completar seus estudos e para solucionar esse problema está sendo oferecido o programa Paraná Alfabetizado, dando a possibilidade dos moradores do bairro voltar a estudar.

3.2.2 PPP das Escolas do Município de São Sebastião da Amoreira – PR

O município de São Sebastião da Amoreira possui duas instituições de ensino, atendendo alunos de Ensino Fundamental e Médio, como pode-se observar no esquema, que apresenta um breve relato das informações sobre os PPPs das escolas alvo da pesquisa. A Escola Estadual João Turim conta com 02 professores PSS e 31 do QPM e o Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma, com 15 professores PSS e 27 do QPM, que constituem o corpo docente dos dois estabelecimentos.

Figura 3 - Dados das escolas estaduais de São Sebastião da Amoreira.



Fonte: Projeto Político Pedagógico das escolas estaduais de São Sebastião da Amoreira, 2011.

Analisou-se o Projeto Político Pedagógico dos estabelecimentos de ensino visando compreender a realidade dessas instituições no tocante a estrutura física, número de funcionários, de alunos, de professores, assim como, a responsabilidade do educador com o processo de ensino aprendizagem e o funcionamento das escolas.

(a) Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2011, pela equipe técnica e pedagógica da Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental.

A Escola Estadual João Turin localizada no município de São Sebastião da Amoreira na Avenida Prefeito Antônio Franceschini, nº 127, foi instalada no dia 16 de junho de 1959, denominada Escola Normal Ginásial “João Turin”.

A escola funcionou no prédio do Grupo Escolar “Manoel Ribas” no período de 1959 a 1966, quando em 1967 mudou-se para o prédio do grupo Escolar “Visconde de Almeida Garret” até o ano de 1971, voltando no ano seguinte a funcionar no Grupo Escolar “Manoel Ribas”.

Da data de instalação de 1959 a 1961, funcionou no regime de Escola Normal Regional “João Turin”. De acordo com a resolução nº 680/83 de 07/03/83 da Secretaria de Estado da Educação, a Escola João Turin - Ensino de 1º grau passa a denominar-se Escola Estadual Joao Turin – Ensino de 1º grau.

Com base nas disposições do Decreto Governamental n. 2545/88 e por força da Resolução Secretarial nº 44, de 22/03/1988 foi implantado o Ciclo Básico de Alfabetização no Sistema Estadual de Ensino reunindo a 1ª e 2ª séries, num ciclo contínuo de dois anos, passando a ser implantado nesta Escola no ano de 1989. No ano de 1998 foi implantado o Ciclo Básico de Alfabetização – Contínuo de quatro anos, considerando a Resolução nº. 6.342/93.

Com a autorização de funcionamento do Curso de 1º grau Supletivo - Fase II de acordo com a Resolução 5694/93 de 15/02/1993 a escola passa denominar-se Escola Estadual João Turin – Ensino de 1º grau Regular e Supletivo. A partir do dia 23 de setembro de 1998, a escola passou a denominar-se Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental de acordo com a Lei nº 9394/98.

No ano de 2001, a Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental passa a ser a única escola do município a ofertar o Ensino de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, sendo que nesse mesmo ano, foi implantado gradativamente, o Curso Supletivo Fase II, considerando a Lei no 9394/96 e o Parecer no 157/01 do Conselho Estadual de Educação, sendo reconhecido pela Resolução 1783/2001, o qual foi encerrado em julho do ano de 2006.

A renovação do reconhecimento da Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental deu-se por meio da Resolução no 2437/2002. No ano de 2006, a Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental passou a ofertar o ensino de 5ª a 8ª séries regular, do Ensino Fundamental, também no período noturno. No ano de 2010, a Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental, passou a ofertar também o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

No dia 26 de outubro de 2010, a Escola Estadual João Turin – Ensino Fundamental, passou a ser denominada Colégio Estadual João Turin – Ensino Fundamental e Médio de acordo com a Resolução nº 3.120 de 25/08/2010.

No ano de 2012, obedecendo a Lei Federal nº 9394/96, que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; assim sendo, o colégio implantou de forma simultânea o 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

A Escola encontra-se situada em uma comunidade pobre, porém com um nível cultural enraizado nas pequenas tradições, usos, costumes e religião, que ainda prevalece na maior parte das pessoas, pois somente a minoria tem acesso aos meios culturais oferecidos pelos grandes centros. A escola atende 878 alunos distribuídos nas turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e o Ensino de Jovens e Adultos – EJA.

Nesse contexto é a escola que oferece aos alunos, aos pais e à comunidade, a oportunidade para a aquisição de conhecimentos culturais, por meio do saber ofertado por essa instituição de ensino, de promoções, passeios e excursões propiciando a integração entre escola – família – comunidade. Atualmente a escola conta com 65 professores, sete pessoas na equipe técnica administrativa e oito pessoas para auxiliar no serviço geral, o que possibilita o bom andamento da escola.

(b) Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma – Ensino Médio e Formação de Docente

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2011, pela equipe técnica e pedagógica do Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma – Ensino Médio e Formação de Docente.

O Colégio Estadual "Padre Jerônimo Onuma" – Ensino Médio e Normal, localizado à Avenida Brasil nº 629, no município de São Sebastião da Amoreira, teve outras denominações até assim se chamar devido à fusão de duas outras escolas: Escola Normal Colegial Estadual "Geremias Lunardelli" e Colégio Comercial Estadual "Antonio Francischini".

O ensino de 2º grau no município teve início com a criação da Escola Normal Colegial Geremias Lunardelli, pelo decreto Nº 3556/66 de 30/12/66 do então governador Paulo Pimentel e Secretário da Educação Carlos Alberto Moro. Recebeu este nome pelo decreto Nº 7.028/66.

No início, a Escola Normal Colegial Geremias Lunardelli funcionou em prédio doado pela Prefeitura Municipal, situado na Avenida Antonio Francischini. Depois funcionou em salas de aulas cedidas pelo Grupo Escolar Visconde de Almeida Garret, no período matutino, na rua Papa João XXIII. Em 1976, passou a funcionar em prédio próprio na Avenida Brasil, nº 173, compartilhando as instalações com o Colégio Comercial Estadual Antônio Francischini.

Em 1977, as Escolas Normais dos municípios de Nova América da Colina, São Jerônimo da Serra, Curiúva e Sapopema passaram a ser extensão da Escola Normal Colegial Geremias Lunardelli, até 1981 com a extinção gradativa do estabelecimento de ensino e implantação do segundo grau.

A instalação das quatro primeiras séries do 1º grau se deu a partir de 1989, pela Resolução 3373/88, passando a denominar-se Colégio Estadual "Padre Jerônimo Onuma"– Ensino de 1º e 2º grau. A Resolução nº 3804/94, de 27/07/94, prorrogou até o final do ano letivo de 1997 o prazo de autorização de funcionamento das quatro séries iniciais do 1º grau.

O parecer Nº 597/94 de 05/09/94 do Grupo de Estrutura e Funcionamento do Departamento de Ensino de 1º grau, aprovou o Plano Curricular de 1ª a 4ª séries, sendo encaminhado o pedido de implantação, deferindo o curso Educação Geral – Preparação Universal para o Trabalho, para o ano de 1995. E,

pelo protocolo nº 1.907.037-9 a direção encaminhou o Plano de Preparação para o Trabalho para análise sendo aprovado pelo parecer 031/95 de 10/01/95.

No dia 29 de novembro de 1996, a direção encaminhou à chefia do Núcleo Regional de Educação (Ofício nº 40/96) o Termo de Adesão ao Programa de Expansão e Melhoria e Inovação do Ensino Médio, com implantação gradativa para o ano 1997. Para tanto, a direção solicitou, pelo ofício 12/97 e 15/97, de 24 de abril de 1997, a cessação dos cursos de Auxiliar de Contabilidade e Magistério.

O Colégio oferece Ensino Médio, atualmente conta com 15 turmas, nos períodos matutino, vespertino e noturno, sendo: duas turmas de 1ª séries com 67 alunos; duas turmas de 2ª séries com 68 alunos e duas turmas de 3ª séries período matutino com 52 alunos. No período vespertino o Colégio atende uma turma de 1ª série com 27 alunos; uma turma de 2ª série com 16 alunos e uma turma de 3ª série com 13 alunos.

No período vespertino também é ofertado a Formação de Docente, atendendo uma turma da 3ª serie com 25 alunos; uma turma de 4ª serie com 27 alunos da formação de docente. No período noturno são ofertados uma turma de 1º ano com 42 alunos; uma turma de 2º ano com 42 alunos; duas turmas de 54 alunos do 3º ano do Ensino Médio, sendo assim, o Colégio atende um total de 473 alunos do Ensino Médio e Formação de Docente nos três períodos de funcionamento.

De conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96, o Núcleo Regional de Educação, por meio do Ato Administrativo nº 289/98 de 23/08/98 adequou a nomenclatura do Colégio, o qual passou a ser denominado "Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma" – Ensino Fundamental e Médio.

Nos anos de 2005 e 2006, o Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma passou a oferecer no período vespertino, o curso de inglês (aprimoramento) no CELEM – (Centro de Estudo de Língua Estrangeira Moderna) com uma turma inicial de 25 alunos. No ano de 2006 passou a ofertar o curso de Ensino Médio e Normal no período vespertino, com funcionamento de uma turma do 1º ano, em razão do aumento da demanda.

No ano de 2012 foi implantado o Curso de Formação de Docente²³, nas séries iniciais, com duas turmas no período noturno, com um total de 79 (setenta

²³ O curso de Formação de Docente equivale ao antigo curso do magistério.

e nove) alunos, mudando assim a denominação deste estabelecimento de ensino para Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma – Ensino Médio e Normal.

A comunidade escolar composta pelos alunos, pais, professores, funcionários, equipe pedagógica e direção, cada um com seu papel específico, mas numa ação coletiva, age conforme o que consta no Regimento Interno da Escola.

A Escola conta com as seguintes instâncias colegiadas: Associação de Pais e Mestres e Funcionários, Conselho Escolar, Conselho de Classe Participativo, Alunos Representantes de Turmas, Equipe Pedagógica, Professores do Ensino Médio e Normal habilitados em suas disciplinas de atuação, sendo que a grande maioria possui Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização. O Colégio é composto por diretor; diretor auxiliar; professores, pedagogos; secretária; auxiliares administrativos; bibliotecárias e profissionais de serviços gerais.

Os alunos têm a oportunidade de participar da produção do conhecimento e do processo educativo como um todo, respeitando as diferenças individuais. Os professores são habilitados em suas disciplinas e participam ativamente da vida educacional da escola.

Os pais participam do processo educativo, mas ainda não é o que a escola almeja para um eficiente ensino – aprendizagem. Os funcionários, dentro de cada função, atuam de forma coerente com a legislação, procurando sempre o melhor para a comunidade escolar.

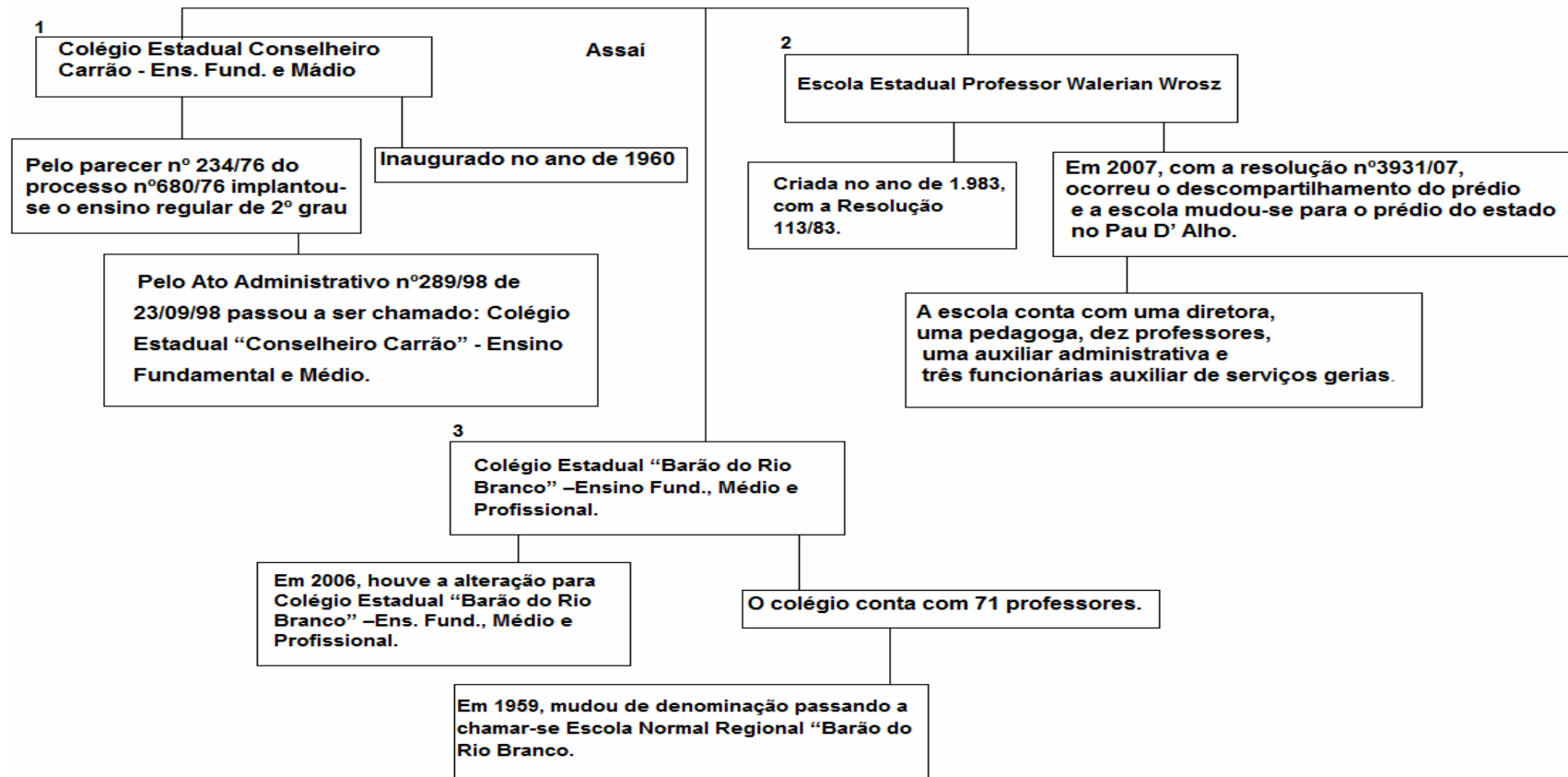
A equipe pedagógica assessora tanto o professor como o aluno dentro de suas possibilidades e está sempre lutando para que haja um eficiente fazer pedagógico evitando desta forma a evasão e a repetência, além do que buscase que o corpo discente tenha acesso ao saber sistematizado, preparando-o para o mundo do trabalho, para a cidadania e prosseguimento dos estudos.

3.2.3 PPP das Escolas do Município de Assaí – PR

O município de Assaí possui três instituições de Ensino para atender a demanda, sendo dois colégios situados na área urbana e um na área rural.

O Colégio Estadual Conselheiro Carrão conta com 27 professores PSS e 29 do QPM, o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, 43 professores PSS e 49 do PQM e Escola Estadual Professor Walerian Wrosz, 05 professores PSS e 06 do QPM.

Figura 4 - Dados das escolas estaduais de Assaí.



Fonte: Projeto Político Pedagógico das escolas estaduais de Assaí, 2013.

O Projeto Político Pedagógico das Escolas foi analisado tendo como objetivo averiguar o contexto das instituições de ensino, quantitativa e qualitativamente, ou seja, o espaço físico, os recursos humanos e comunidade escolar (alunos e familiares) e professores ressaltando o compromisso do educador com a construção do conhecimento e o adequado funcionamento dos espaços escolares.

(a) Colégio Estadual Conselheiro Carrão

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2011, pela equipe técnica e pedagógica do Colégio Estadual Conselheiro Carrão – Ensino Fundamental e Médio.

O Colégio Estadual “Conselheiro Carrão”, foi inaugurado no ano de 1960. A partir do ano letivo de 1977, pelo parecer nº 234/76 do processo nº680/76 implantou-se o ensino regular de 2º grau nas habilidades de Técnico em Contabilidade, Magistério Básico em Química e Básico em Saúde.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, L.B.D. nº9394/96, o Colégio Estadual “Conselheiro Carrão” Ensino de 1º e 2º grau, aderiu às reformas propostas, criando o Curso de Ensino Médio, cuja implantação gradativa e Proposta Curricular foi aprovada pelo parecer 25/98 de 21/12/1998, pela Chefe do Departamento de Ensino de 2º grau – Paraná, Tânia Sperry Ribas.

Pelo Ato Administrativo nº289/98 de 23/09/98 do N.R.E. (Núcleo Regional de Educação) de Cornélio Procópio, ditado pela força da L.B.D. nº9394/96, o Colégio passou a ser chamado: Colégio Estadual “Conselheiro Carrão” - Ensino Fundamental e Médio.

No ano de 2008, foram instaladas em cada sala do estabelecimento, uma TV de 29 polegadas de cor alaranjada dentro do projeto TV Pen drive ou TV multimídia, pois cada professor recebeu um pen drive para arquivar informações e imagens a serem utilizadas nas aulas, na gestão do governador Roberto Requião e do Secretário de Educação, Mauricio Requião.

No ano de 2009, iniciaram-se os projetos Viva escola a fim de manter a criança na escola o maior tempo possível para proporcionar uma educação integral; ainda foi dada continuidade aos cursos técnicos em Administração e implantação do curso técnico em Informática.

No ano de 2010, retomou-se nas dependências do colégio o curso profissionalizante Integrado ao Ensino Médio de Formação de Docentes (antigo magistério ou pós-médio), no período vespertino e no período noturno, o curso de técnico em Informática.

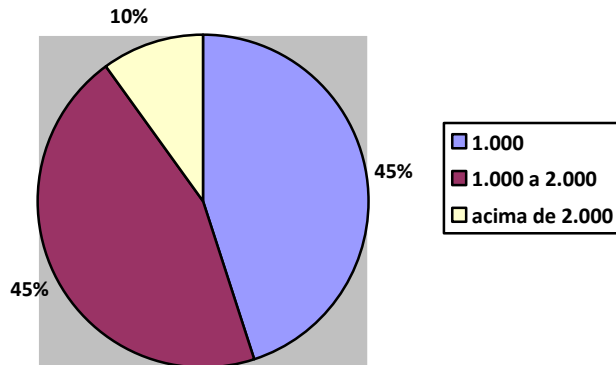
A maioria dos professores participa efetivamente de Cursos de Capacitação Continuada e Projetos para seu aperfeiçoamento pedagógico, a exemplo de Grupos de Estudos, palestras, encontros e outros eventos pedagógicos. O colégio conta com 47 professores, uma diretora, duas diretoras auxiliares, três pessoas na equipe pedagógica, 14 na equipe técnico administrativa e dez na equipe de serviços gerais. O Colégio atende 567 alunos no Ensino Fundamental, 558 alunos do Ensino Médio e 77 alunos do curso profissionalizante em técnico em administração, totalizando 1.202 alunos.

O Colégio Estadual “Conselheiro Carrão” conta com a presença marcante de dekasseguis (brasileiros descendentes de japoneses que permaneceram alguns anos trabalhando no Japão e retornaram para o Brasil) em todas as salas de aula, devido ao histórico da colonização do município.

A comunidade e os alunos participam das decisões para viabilização de projetos que visam o enriquecimento do aprendizado e melhoria do Colégio. Para a atualização das informações da comunidade escolar interna/corpo discente, a orientação educacional desenvolveu um instrumento de coleta de dados que continha questões significativas sobre o colégio para a verificação das condições socioeconômicas e culturais dos alunos e de suas respectivas famílias.

Foi desenvolvido um trabalho de pesquisa pelos alunos do 2º ano do Ensino Médio do período matutino, na disciplina de Matemática que foi aplicada a toda comunidade escolar no início do ano letivo de 2009, com os seguintes resultados: 41% dos alunos são do sexo feminino e 59% dos alunos são do sexo masculino. Sobre a renda familiar, os resultados constam do gráfico 01:

Gráfico 1 - Renda mensal das famílias dos alunos do Colégio Est. Conselheiro Carrão.



Fonte: Projeto Político Pedagógico Colégio Estadual Conselheiro Carrão. Assai, 2011.

Conforme apresentado no gráfico, 45% das famílias possuem renda até R\$ 1000,00 por mês, outras 45% das famílias com renda de R\$ 1000,00 a R\$ 2000,00 e 10% das famílias possuem uma renda mensal acima de R\$ 2000,00. Sobre a moradia: 73% das famílias possuem casa própria e 27% das famílias residem em casa alugada ou cedida.

(b) Escola Estadual Professor Walerian Wrosz

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2011, pela equipe técnica e pedagógica da Escola Estadual Professor Walerian Wrosz – Ensino Fundamental.

A Escola Estadual Professor Walerian Wrosz – Ensino Fundamental, foi criada com o nome de Escola Estadual de Pau D'Alho situada no Distrito de Pau D' Alho do Sul, no município de Assaí. Teve sua criação no ano de 1.983, com a Resolução 113/83 e a implantação da 5ª e 6ª séries no período noturno e funcionou sob a direção da professora Ana Gonsales Soares, por meio da resolução 2685/83.

A Resolução 3.098/84 permitiu a implantação gradativa da 7ª série em 1984 e da 8ª série em 1985. Antes disto funcionou como extensão do Colégio Barão do Rio Branco, no período de 25/02/1975 à 1.992, pelo ofício nº431/75 de 25/02/75, Resolução 260/75 de 19/05/75 ocorreu a implantação gradativa das séries: 1975 - 5ª séries; 1976 - 5ª e 6ª séries; 1977 - 5ª 6ª e 7ª séries e 1978 - 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries.

Pela Resolução 2.678/90 foi reconhecido o curso de 1º grau regular que mais tarde foi completado pela Resolução 6.105/84 que estabeleceu o funcionamento de 5ª à 8ª séries no período diurno, com implantação gradativa.

No início do ano de 2007, com a resolução nº3931/07, ocorreu o descompartilhamento do prédio e a Escola Estadual Professor Walerian Wrosz mudou-se para o prédio do estado, onde funcionou a antiga Escola Estadual da do Pau D' Alho.

A escola possui 94 alunos matriculados no Ensino Fundamental II, composta por uma diretora, uma pedagoga, dez professores, uma auxiliar administrativa e três funcionárias que atuam como auxiliar de serviços gerais. A comunidade atendida é formada essencialmente por filhos de pequenos produtores e trabalhadores volantes, migrantes e boias frias. A localidade é estruturada economicamente pela agricultura com a produção de soja, milho, café, uva, quiabo e mandioca.

A comunidade local é carente em vários aspectos, dentre os quais citamos: econômicos, culturais, sociais e até mesmo emocionais. Os alunos, em sua grande maioria, são oriundos de famílias desestruturadas, sofrem com a pobreza, com a falta de emprego dos pais ou responsáveis e conseqüentemente ficam sem perspectivas de um futuro melhor, acreditando que a vida se resume à rotina em que estão inseridos.

A comunidade apresenta aspectos sociais preocupantes, baixos salários, que forçam uma jornada estressante, reduzindo o contato entre pais e filhos e entre pais e escola. Essas questões influenciam diretamente na qualidade de vida dos alunos, em consequência da falta de tempo e/ou falta de recursos dos pais em relação aos filhos, alunos da escola enfocada.

A escola recebe crianças de diferentes modelos de família, como por exemplo, jovens que aprenderam a autogerir seu tempo com uma agenda de responsabilidades familiares (afazeres domésticos, cuidar dos irmãos, etc...), estudos e trabalho para colaborar na renda familiar.

(c) Colégio Estadual Barão do Rio Branco Ensino Fundamental, Médio e Profissional

O Projeto Político Pedagógico em foco foi elaborado em 2013, pela equipe técnica e pedagógica do Colégio Estadual Barrão do Rio Branco.

O Colégio Estadual Barão do Rio Branco – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, originou-se da fusão de cinco escolas, assim delineado: Grupo Escolar de Assaí; Curso Normal Regional de Assaí; Ginásio Municipal de Assaí; Escola Normal Secundária de Assaí e Colégio Comercial de Assaí.

O Colégio Estadual Barão do Rio Branco foi fundado no Governo do Exmº Interventor Sr. Manoel Ribas, no ano de 1.934 o qual se denominava “Grupo Escolar de Assaí”; localizava-se no local onde, atualmente, é a Igreja Matriz São José. Foi oficializado no ano de 1.935 e inaugurado em 1.945.

O “Curso Normal Regional de Assaí” teve início em 1.950, para atender ao grande número de professores leigos; pela Portaria: n.º 314/50 de 06/maio/1.950 e em 1959, mudou de denominação passando a chamar-se Escola Normal Regional “Barão do Rio Branco” .

Em 1994, houve a cessação definitiva das atividades escolares de 1ª a 4ª séries do Ensino de 1º grau, pela Resolução nº 5764/1994, por motivo da municipalização desse nível de ensino. Neste mesmo ano, passou-se a compartilhar o prédio com a Escola Municipal de Assaí – Ensino de 1º grau Regular, mantida pela Prefeitura Municipal de Assaí, pela Resolução n.º 5.765/94 de 01/12/1994.

Em 2006, houve a alteração da denominação dessa Instituição de Ensino, de Colégio Estadual “Barão do Rio Branco” – Ensino Fundamental e Médio, para Colégio Estadual “Barão do Rio Branco” – Ensino Fundamental, Médio e Profissional; pela autorização 2832 de 14/06/2006/ 17/07/2006/ 01/02/2008, foi autorizado o funcionamento da Sala de Recursos / Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, dos anos finais do Ensino Fundamental, na Área da Deficiência Intelectual e Distúrbios de Aprendizagem, a partir de 2006, com 20 horas (Assaí, 2013).

A autorização 373 de 14/02/2006/; 16/03/2006/; 31/12/2006, autorizou o funcionamento do Curso Técnico em Meio Ambiente, Área Profissional: Meio Ambiente pós-médio, na modalidade de oferta presencial, pelo Parecer 0017/2006 – DEP – Departamento de Educação Profissional (Assaí, 2013).

O colégio recebe uma demanda heterogênea de alunos provenientes de uma comunidade local que tem como característica principal a cultura japonesa, sendo que a cidade é conhecida como a “cidade dos japoneses”, por ter sido colonizada por imigrantes japoneses e por manter as tradições dessa cultura.

Ao caracterizar os estudantes do Colégio Estadual Barão do Rio Branco – EFMP, pode-se afirmar que não constituem uma parcela de uma comunidade específica, havendo uma heterogeneidade, pois esses estudantes são oriundos das mais variadas localidades do meio urbano (centro e periferia), bem como da zona rural, caracterizando-se assim uma diversidade muito grande de realidades.

O colégio conta com 71 professores, uma diretora, duas diretoras auxiliares, dez técnicos administrativos, sete pedagogos, 14 auxiliares de serviços gerais, os quais compõem a equipe de apoio escolar. O colégio atende nos três períodos letivos, conforme se observa na tabela 08.

Tabela 8 - Número de alunos por turma e período

Período	Ano	Turma	Número de alunos	Ensino
Matutino	6º	A, B e C	99	Ensino Fundamental
	7º	A, B e C	90	
	8º	A, B, C e D	127	
	9º	A, B, C e D	120	
	1º	A e B	70	Técnico em meio ambiente
	2º	A e B	60	
	3º	A e B	49	
	4º	A	32	
Vespertino	6º	D	30	Ensino Fundamental
	7º	D	27	
	8º	E	16	
	9º	E	11	
Noturno	EJA	A,B,C,D,E,F	108	Ensino Fundamental
	3º	B	17	Técnico em Meio Ambiente
	4º	B	11	

Fonte: Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, 2013.

Observa-se que a apresentação dos PPPs possibilitou visualizar o contexto das instituições de ensino dos municípios em foco subsidiando as análises sobre o trabalho do professor e seus desdobramentos.

4 REFLEXÕES ACERCA DOS PROFESSORES DO QPM E DO PSS

O professor efetivo ou temporário deve junto com o aluno construir o processo de ensino aprendizagem, buscando maneiras e métodos para possibilitar o aprendizado, sempre voltado para a conquista de sua autonomia e sua criticidade. Assim, o fato de ser efetivo pode tornar-se uma vantagem, pois, ele consegue construir laços de afetividade com os alunos pela convivência.

Diga-se de passagem, que a confiança é fundamental para o processo de ensinar, visto que, o estudante deve manter um relacionamento amigável com o educador, podendo esclarecer dúvidas quanto aos conteúdos estudados, da mesma maneira que quando precisar pode compartilhar suas angústias pessoais. Muitas das vezes, o motivo para o desinteresse dos alunos nas aulas pode ser resultado de um problema pessoal que acaba interferindo no seu cotidiano escolar.

Entretanto, o professor temporário também é responsável pelo aprendizado do aluno e por sua falta de afetividade pode tornar-se um problema, sendo que os alunos tendem a não conversar com o novo professor, ou até mesmo tratando-o como amigo, mas não o considerando seu professor, sempre preso à imagem do professor efetivo que deve voltar e assumir suas aulas. Para refletir acerca da realidade dos professores QPM e PSS, será descrito o perfil do professor, resultado das entrevistas realizadas com professores nas escolas de Assaí, São Sebastião da Amoreira e Santa Cecília do Pavão.

4.1 PERFIL DOS PROFESSORES DO QPM E DO PSS

As entrevistas realizadas com os professores PSS e QPM dos municípios de Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira e de Assaí tiveram como objetivo averiguar o perfil sócioeconômico dos professores, o local de nascimento, onde cursou a graduação, quais as maiores dificuldades encontradas para cursar o ensino superior, quais os instrumentos utilizados para avaliar os alunos, a importância do planejamento das aulas, se o professor faz pesquisas, participa em eventos acadêmicos, assim como, verificar as condições de trabalho desses profissionais.

Desta forma, ao analisar o resultado das entrevistas, notou-se que as respostas são semelhantes, independente do fato de serem professores PSS ou QPM, pois em seus relatos explanaram as mesmas dificuldades para lecionar, pouco interesse em participar de eventos científicos, falta de interesse em realizar pesquisas, o planejamento que é feito semanalmente, enfim, as respostas são similares e a única diferença encontrada é que quando os professores PSS foram questionados sobre sua perspectiva de futuro para dez anos a maioria afirmou que gostaria de pertencer ao QPM.

Foram entrevistados 10 (dez) professores de Geografia dos municípios de Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira e Assaí, sendo 6 (seis) efetivos e 4 (quatro) PSS; o número menor de PSS é reflexo da nova grade curricular do Paraná, a qual em 2013 apresentou a diminuição na carga horária de Geografia. Observa-se na tabela 09 o número de professores PSS e QPM, além de apresentar quantos desses profissionais possuem pós-graduação.

Tabela 9 - Número de professores PSS, QPM e com pós-graduação.

Professores	Nº	%
Professores com pós graduação	9	90,0
QPM	6	60,0
PSS	4	40,0
Professores sem pós graduação	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Ao analisar a tabela 09 nota-se que apenas um professor não possui pós-graduação, desta forma, pode-se deduzir que há uma preocupação em se capacitar para melhorar seu papel como profissional da educação, além de ser um requisito obrigatório para elevação de nível, assim como, para contagem de títulos no PSS.

Ao serem questionados quanto ao seu local de residência os professores responderam que residem nas cidades onde estão localizadas as escolas não tendo que se deslocar para trabalhar.

Também foram levantadas informações a respeito de suas famílias. Ao analisar os dados das entrevistas, nota-se que a faixa etária da maioria das

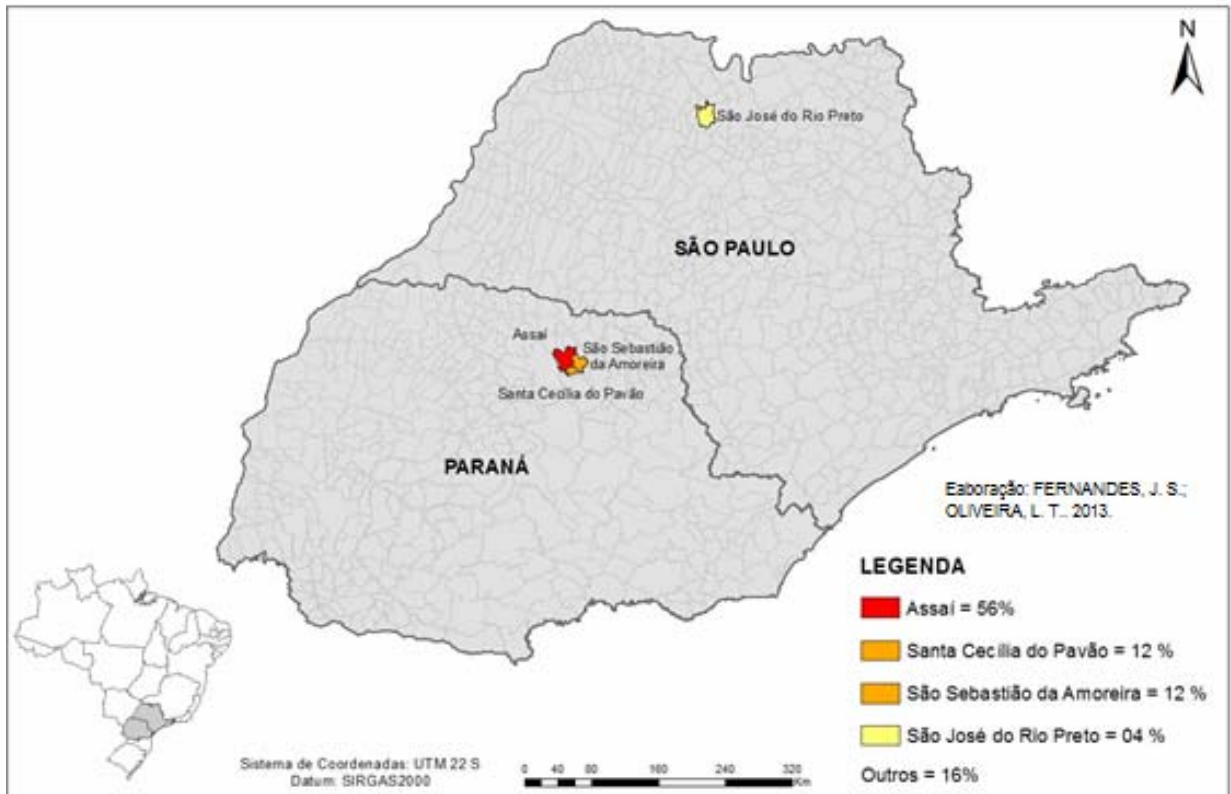
famílias dos entrevistados encontra-se entre 41 a 50 anos, (32%) conforme pode ser observado na tabela 10. Há um percentual prioritário de entrevistados do sexo feminino (52%). Das pessoas entrevistadas 40% nasceram na área rural enquanto 60% nasceram na área urbana, sendo 56% dos professores entrevistados nascidos em Assaí – PR e apenas 4% do Estado de São Paulo, conforme pode ser observado na figura 04.

Tabela 10 – Faixa etária dos entrevistados e seus familiares.

Faixa etária	Nº	%
Até 10 anos	01	4,0
De 11 a 20 anos	03	12,0
De 21 a 30 anos	03	12,0
De 31 a 40 anos	02	8,0
De 41 a 50 anos	08	32,0
De 51 a 60 anos	05	20,0
Acima de 60 anos	03	12,0
Total	25	100,00

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S.S. da Amoreira – julho 2013.

Figura 5 - Local de nascimento dos professores entrevistados.



Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013. Base cartográfica: IBGE

Com os dados coletados nas entrevistas verificou-se que 48% dos entrevistados e seus familiares possuem curso de pós-graduação, sendo que apenas 8% possuem somente o Ensino Fundamental II completo, 12% possuem cursos técnicos e os 8% enquadraram-se nos outros, ou seja, são as pessoas que não possuem o ensino fundamental completo conforme se observa no gráfico 02. O número relevante de pessoas pós-graduadas é retrato da profissão dos entrevistados, sendo 56% de professores; outra profissão relevante foi a de agricultor apresentando 12%, esse número é devido ao fato dos municípios possuírem suas rendas voltadas para a agricultura e os outros 16% são preenchidos por profissões variadas, como: pecuarista, empresário, enfermeira e motorista, conforme pode ser destacado na tabela 11.

Gráfico 2 – Nível de estudos dos entrevistados e seus familiares.

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013

Tabela 11 – Profissão dos entrevistados e seus familiares

Profissão	Nº	%
Professor	14	56,0
Estudante	04	16,0
Agricultor	03	12,0
Outros	04	16,0
Total	25	100

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Ao levantar o perfil sócio econômico dos professores entrevistados, observou-se que 100% possuem eletrodomésticos como: TV, máquina de lavar roupa, DVD, radio, entre outros aparelhos. Também pode-se notar que todos os entrevistados possuem veículos, sendo assim, pode-se dizer que os entrevistados possuem uma vida economicamente estável, com condições razoáveis de vida, conforme pode-se observar na tabela 12. O objetivo de averiguar a quantidade de itens eletrônicos e eletrodomésticos que os professores possuem, foi para constatar a realidade econômica desses profissionais.

Tabela 12 - Perfil Socioeconômico dos entrevistados

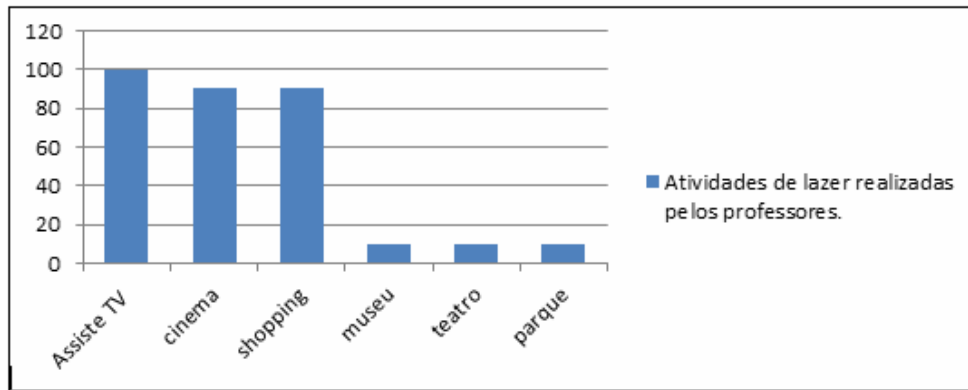
Itens	Nº
TV	10
DVD	10
Rádio	10
Microcomputador	10
Automóvel	10
Maquina de lavar roupa	10
Geladeira	10
Telefone Fixo	10
Telefone Celular	10
Total de entrevistados	10

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Diante do exposto, nota-se que mesmo os professores PSS possuem condições econômicas razoáveis, que os possibilitam desfrutar de uma vida com mais conforto, com acesso e condições econômicas para frequentar locais de entretenimento, de alimentação (pizzarias, bares), irem a danceterias, assistirem filmes em cinemas, frequentar o shopping, contratar empregada doméstica, enfim comodidades que não são acessíveis a toda a população dos municípios entrevistados, principalmente pelo fato de ter que se locomover até a cidade mais próxima, ou seja, Londrina, para poder usufruir de meios de lazer e de consumo não existentes na cidade de moradia e trabalho.

Buscou-se então levantar dados culturais e de lazer realizadas pelos professores, notando-se que 100% assistem programas jornalísticos, 80% novelas e 70% assistem noticiários, entretanto, apenas 10% frequentam teatros e museus; esse número é reflexo da restrição cultural dos professores de frequentar esses locais (gráfico 3).

Gráfico 3 – Atividades de lazer realizadas pelos professores.



Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

4.2 PROFESSORES DO QPM, O PSS E AS CONDIÇÕES PARA MINISTRAR AS AULAS

Os professores PSS e QPM também foram questionados quanto as suas dificuldades para lecionar Geografia, os instrumentos que utilizam para ministrar as aulas, sobre a realização do planejamento e o replanejamento das atividades do ano letivo, sobre a elaboração do plano de aula, com qual frequência fazem leituras complementares, se realizam pesquisas, sobre as dificuldades que encontraram para manusear os instrumentos tecnológicos em sala de aula. Durante as entrevistas também foi levantada a questão do seu desempenho como professor e sua relação com os funcionários, pais e alunos das escolas.

Os professores entrevistados foram questionados sobre os instrumentos utilizados para ministrar as aulas de Geografia, com o intuito de analisar a realidade da sala de aula, destacando os principais instrumentos pedagógicos utilizados. O resultado obtido foi que 100% dos professores afirmaram utilizar o livro didático, 50% utilizam vídeos, livros acadêmicos e 40% usam a TV pen drive²⁴ para complementar os livros didáticos (tabela 13).

²⁴ Em 2007 o governo do Estado desenvolveu o projeto “TV Multimídia”, também conhecida como TV pen-drive, que consta de aparelho televisor de 29 polegadas, de cor alaranjada, com entrada USB, que possibilita ler arquivos de áudio, vídeo e imagens, utilizando o pen drive (PARANÁ, 2013).

Tabela 13 - Instrumentos utilizados pelos professores

Instrumentos	Nº	%
Livro didático	10	100,0
Livros acadêmicos	5	50,0
Vídeos	5	50,0
TV pen drive	4	40,0
Filmes	3	30,0
Internet	3	30,0
Jornais	3	30,0
Outros	3	30,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Analisando a tabela 13, nota-se que o instrumento utilizado com maior frequência pelos professores é o livro didático; isso reflete no índice elevado de reclamação dos professores quanto à indisciplina dos alunos, falta de interesse pelas aulas, a violência na sala de aula, posto que, o uso exclusivo de apenas um instrumento de ensino aprendizagem acaba sendo um agravante tornando as aulas cansativas e enfadonhas. Entretanto, vale a pena ressaltar que 50% dos professores utilizam vídeos nas aulas e 40% fazem uso da TV pen drive, além dos 30% dos professores que utilizam outros instrumentos tais como: charges, músicas e interpretação de textos para complementar suas aulas. Nas entrevistas realizadas com os professores, destacam-se duas “falas” importantes:

A utilização do livro didático é importante, pois ele contém todo o conteúdo necessário para as aulas, além do mais a escolha do livro é realizada pelo professor, o qual pode escolher o que mais se adequa à realidade da escola e dos alunos. (Professor A entrevistado, julho de 2013).

Os vídeos e filmes são de extrema importância para trabalhar e se aproximar da realidade dos alunos, não basta trabalhar com livro didático, mas também deve-se utilizar dos meios tecnológicos que são importantes para complementar os conteúdos e despertar o interesse dos alunos. (Professor D entrevistado, julho de 2013).

Observando os depoimentos dos professores entrevistados, nota-se que há divergência entre as falas e que existem professores preocupados em melhorar sua prática docente, buscando se atualizar, utilizando a tecnologia como instrumento auxiliador e melhorando sua metodologia de ensino, sempre preocupado com o aprendizado do educando. Pontuschka; Paganelli; Cacete (2009, p.95) afirmam que:

Se considerarmos a docência como atividade intelectual e prática, revela-se necessário ao professor ter cada vez maior intimidade com o processo investigativo, uma vez que os conteúdos, com os quais ele trabalha, são construções teóricas fundamentadas na pesquisa científica. Assim, sua prática pedagógica requer de si reflexão, crítica e constante criação e recriação do conhecimento e das metodologias de ensino, o que pressupõe uma atividade de investigação permanente que necessita ser apreendida e valorizada.

Cavalcanti (2010) analisa a prática pedagógica do professor como um processo contínuo de aprendizado, buscando informações e inovações capazes de melhorar o processo de ensino aprendido, assim sendo, o professor deve estudar permanentemente, ampliando seu conhecimento pessoal para ajudá-lo na análise do mundo e conseqüentemente ajudar o estudante na construção de seu conhecimento, sua autonomia e sua criticidade.

Desta forma, chama a atenção o fato de que apenas 40% fazem uso da TV pen drive, posto que seja um instrumento disponível a todas as salas de aula do Estado do Paraná. Outro fato relevante é: como os professores utilizam filmes (30%) e vídeos (50%) se apenas 40% utilizam a TV pen drive? E se utilizam todos esses instrumentos para sensibilizar os alunos a se interessarem pelas aulas, como se justifica ainda ter um elevado índice de indisciplina (100%) e falta de interesse dos alunos (100%)?

Ao observar as “falas” dos professores, nota-se que há uma divergência em suas respostas, pois apresentam pouco uso da TV pen drive (40%), devido ao fato de ser instrumento tecnológico de fácil acesso ao educador e que se usado de maneira diversificada, com metodologia que possibilite a reflexão crítica dos alunos torna-se um auxiliar valioso para o professor melhorar sua prática, sensibilizando os alunos para o interesse em aprender. Vale destacar, que ao utilizar filmes e vídeos do cotidiano dos alunos como ponto de apoio para as aulas consegue-se aproximar da realidade dos alunos e construir o conhecimento a partir da sua vivência, formando o cidadão crítico e autônomo.

Também foi apontado por 100% dos professores a indisciplina dos alunos, a falta de interesse nas aulas (100%) como as maiores dificuldades encontradas ao ministrar as aulas de Geografia (e em todas as outras disciplinas), dados que podem ser observados na tabela 14.

Tabela 14 - Dificuldades encontradas pelos professores na sala de aula

Dificuldades	Nº	%
Indisciplina dos alunos	10	100,0
Falta de interesse dos alunos	10	100,0
Violência na sala de aula	2	20,0
Ausência da família	2	20,0
Outros	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Em uma das “falas” dos professores, chama a atenção quanto a indisciplina na sala de aula, apontando que,

A indisciplina dos alunos é um grande problema para os professores e essa indisciplina é gerada pela falta da participação da família no contexto escolar, ficando a cargo da escola a educação não só intelectual dos alunos como também a de valores e boas maneiras. (Professor E entrevistado, julho de 2013).

Analisando o depoimento desse professor, observa-se que há uma preocupação com essa ausência da família no ambiente escolar, pois os pais acabam passando toda a responsabilidade de educação para os professores, assim, o professor além de se preocupar com a aprendizagem formal (de conteúdos) dos alunos, também deve se preocupar com a higiene dos alunos, como está sua relação com a família, a convivência com os amigos, enfim, observar o comportamento desse estudante, tarefa essa que faz parte da educação ofertada pelos pais.

Quanto ao planejamento das aulas, 80% o fazem semanalmente e 20% preparam diariamente. A justificativa apresentada pelos professores para realizar o planejamento semanalmente é pela falta de tempo para prepará-las diariamente, sendo que a hora atividade, momento destinado para realizá-las deve ser o momento também de elaborar as provas, corrigi-las, organizar o livro de chamada e por este fato o tempo acaba não sendo suficiente para realizar todas essas tarefas, contribuindo assim, pela utilização de métodos e práticas docentes mais fáceis que demandam menos tempo de elaboração.

Na questão da importância do planejamento e do replanejamento das aulas os professores foram unânimes ao afirmar que é de extrema importância o planejamento das atividades letivas, ou seja, é o momento de refletir sobre a *práxis* docente (tabela 15).

Diante do exposto, se relacionarmos os dados das tabelas 13, 14 e 15 pode-se comprovar os dados apresentados na tabela 14, o qual expõe que os principais problemas encontrados na sala de aula são: a indisciplina dos alunos, a falta de interesse pelas aulas, a violência na sala de aula como desdobramentos da falta de planejamento diário das aulas, a utilização da prova objetiva e discursiva como principal instrumento de avaliação, sendo que apenas 10% dos professores utilizam o teatro, debates (30%) como instrumento avaliativo.

De outra forma, Castellar (2007, p. 47) afirma que,

Estruturar os conteúdos, tendo os mapas e as imagens presentes no cotidiano das crianças, pode ser um procedimento, uma estratégia, de aprendizagem interessante para elas, pois ao mesmo tempo em que se trabalha com o conhecimento prévio, traz para a aula outras habilidades e percepções como, a observação e a comparação das influências culturais existentes nos diferentes lugares. Permite, ainda, que as crianças entendam os mapas como construções sociais e que transmitam idéias e conceitos sobre o mundo, apesar da pretendida neutralidade e objetividade que os meios técnicos utilizam para confeccioná-los.

Portanto, para que as aulas se tornem atrativas, o professor deve planejar, utilizar instrumentos didáticos diversificados, o que pode refletir na maior participação dos alunos, motivando-os a estudar, contribuindo para diminuir os problemas como indisciplina, violência na sala de aula e melhorando a questão da falta de interesse dos alunos. Para que isso seja possível, faz-se necessário ter mais tempo disponível para realizar e planejar tais atividades.

Tabela 15 - Planejamento e replanejamento das atividades dos professores.

Alternativas e opiniões	Nº	%
O replanejamento é importante, pois é o momento em que o professor repensa sua prática pedagógica	10	100,0
Plano de aula semanal	8	80,0
Plano de aula diário	2	20,0
O planejamento é importante, pois serve para direcionar o trabalho do professor	10	100,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Quanto ao instrumento avaliativo utilizado pelos professores (tabela 16) são constituídas de provas objetivas e discursivas (100%), ao passo que apenas 20% pontuam o trabalho de casa (tarefa), pois, justificam a falta de interesse dos alunos em realizar as atividades propostas e por isso não é utilizada com frequência nas aulas. Outros instrumentos utilizados nas aulas, com relevância, são: debates (30%), seminários (50%), trabalho em grupo (40%) e produção de texto (40%).

Tabela 16 - Instrumentos utilizados por professores para avaliação

Instrumentos avaliativos	Nº	%
Prova Objetiva	10	100,0
Prova Discursiva	10	100,0
Seminários	5	50,0
Trabalho em grupo	4	40,0
Produção de texto	4	40,0
Prova Oral	3	30,0
Debates	3	30,0
Trabalho de casa	2	20,0
Outros	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Conforme pode ser observado na tabela 16, 100% dos professores ainda tem nas provas objetivas e discursivas o instrumento de avaliação dos alunos, utilizando somente um método avaliativo, contrariando a Lei de Diretrizes de Bases (1996), que no art. 13º dispõe que os docentes incumbir-se-ão de: “§IV estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”; ou seja, os professores devem utilizar diversas maneiras para que os alunos recuperem seu aprendizado respeitando a diversidade e o tempo de cada sujeito para aprender.

Instrumentos diferenciados como debates, seminários, trabalho em grupo, produção de texto entre outros, é menos utilizado pelos professores, os quais alegam que os alunos não participam ou não realizam tais atividades, até mesmo pela falta de tempo para planejá-las e executá-las. Nota-se que a falta de uso de metodologias diversificadas nas aulas acaba refletindo no desinteresse dos alunos e que, muitas das vezes, os professores não usufruem desses instrumentos metodológicos pela falta de prática em organizar e orientar tais atividades ou pelo simples fato de ter que preparar a aula diariamente com assuntos do cotidiano dos alunos.

4.3 O PROFESSOR: POR QUE GEOGRAFIA?

A Geografia é a ciência que estuda as modificações que ocorrem no mundo, sejam elas, mudanças naturais, econômicas, sociais, enfim, trata-se de uma ciência que tem como objetivo compreender a dinâmica do mundo (CAVALCANTI, 2010).

Desta forma, os professores entrevistados foram questionados, sobre a opção pelo curso de Geografia, com o intuito de analisar a compreensão dos professores sobre a Geografia: 50% responderam que gostam da disciplina e por isso resolveram cursar, 20% disseram que escolheram o curso por incentivo da família e os outros 20% decidiram cursar a disciplina, pois, gostam de viajar ou pela “oportunidade de trabalho na época” (Tabela 17).

Tabela 17 – Razões da opção pelo curso de Geografia

Porque Geografia?	Nº	%
Por gostar da disciplina	5	50,0
Por influência da família	2	20,0
Por apreciar os mapas	1	10,0
Outros	2	20,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Observando os resultados das entrevistas, nota-se que os professores não possuem claro qual o objetivo da Geografia como disciplina na sala de aula, pois o principal motivo que fizeram optar pelo curso são questões pessoais que não definem o papel da Geografia.

As maiores dificuldades apresentadas para cursar Geografia foram: a distância, que compareceu em 50% das respostas. Além da distância, também foram pontuados outros problemas vivenciados durante o período da graduação, sendo eles: disciplinas de Geografia na área de ciências²⁵ (30%), porque morava na área rural (10%) e por ter abandonado os estudos (10%) (tabela 18).

Tabela 18 - Dificuldades durante a formação

Dificuldades	Nº	%
Morava na área rural	1	10,0
Tinha parado de estudar	1	10,0
Disciplina da graduação	3	30,0
Distância	5	50,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

²⁵ Disciplinas do campo das ciências, com o uso de cálculos, equações (cartografia), além daquelas que utilizam vocábulos específicos e métodos diferenciados como Geologia e Climatologia.

Questionados quanto a participação em eventos (gráfico 3), todos os professores sejam PSS ou QPM participaram da capacitação ofertada pela SEED-PR por meio da semana pedagógica e 50% dos entrevistados participaram de eventos acadêmicos .

Os professores ainda deixam a desejar quanto à participação em eventos, posto que a semana pedagógica que todos realizaram é obrigatória, pois, consta em calendário escolar. Diante do exposto, apenas metade dos professores participaram de eventos acadêmicos, o que representa um número pequeno, visto que o professor que busca se especializar e participar de eventos pedagógicos está interessado em melhorar suas aulas buscando novos conhecimentos, metodologias, técnicas que evidenciam sua preocupação com sua condição de profissional atento às transformações e preocupado com a formação de seus alunos (PONTUSCHKA; PAGANELLI; CACETE, 2009).

Quanto a realização de pesquisas²⁶, 60% realizam busca de conteúdos na internet, 10% pesquisam sobre solos agrícolas, 20% não fazem pesquisas e 10% participam do Programa de Desenvolvimento Educacional²⁷ (PDE) ofertado pelo estado paranaense (tabela 19). Nota-se que há um elevado índice de professores que não realizam pesquisas acadêmicas, ou seja, não participam de projetos extracurriculares, ficam apenas nas pesquisas de conteúdos em sites e livros didáticos.

²⁶ Conforme Vieira Pinto (1979, p. 30), a pesquisa refere-se [...] a investigação metódica, organizada, da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem.

²⁷ Programa de Desenvolvimento Educacional, o PDE é uma política pública de Estado regulamentado pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010 que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense (PARANÁ, 2013).

Tabela 19 - Pesquisas realizadas pelos professores

Pesquisa	Nº	%
Conteúdos para as aulas	6	60,0
Não faz pesquisas	2	20,0
Solos agrícolas	1	10,0
Pesquisa para o PDE	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Pontuschka; Paganelli; Cacete (2009, p.95) afirmam que mesmo o professor sabendo da importância de ser pesquisador,

[...] persiste ainda a ideia de que o professor da escola básica não necessita pesquisar. Tal posição tem reforçado uma concepção de professor como transmissor ou repassador de informação, mero usuário de produto do conhecimento científico.

Pode-se observar, na tabela 20, que 20% dos professores não realizam pesquisas, o que reflete na qualidade das aulas, ou seja, o professor que não realiza pesquisas fica descontextualizado, trabalhando com informações defasadas, o que se reflete novamente no maior problema destacado pelos professores, ou seja, a indisciplina na sala de aula e a falta de interesse dos alunos, comprometendo a qualidade do ensino.

Em relação às leituras complementares, há um número expressivo de professores que não as realizam, (30%), enquanto 50% utilizam jornais e 40% leem revistas e apenas 10% possuem o hábito de ler artigos acadêmicos (tabela 20).

Tabela 20 – Tipos de leituras complementares realizadas pelos professores

Tipos de leituras	Nº	%
Jornais	5	50,0
Revistas	4	40,0
Não faz leituras complementares	3	30,0
Entretenimento	1	10,0
Artigos Acadêmicos	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Os dados expressos na tabela 20 são preocupantes, pois os professores não realizam leituras complementares, ficando restritos ao livro didático. Essa falta de interesse ou falta de tempo para pesquisar conteúdos e realizar leituras compromete a qualidade do ensino, pois não basta se graduar em curso superior e cursar uma especialização; o professor deve estar em constante aprendizado, buscando inovar seus conhecimentos e sua prática pedagógica; essa falta de interesse dos professores reflete-se no desinteresse dos alunos, gerando indisciplina e tantos outros desdobramentos pertinentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Vale ressaltar que, conforme Veira Pinto (1979), o professor que não tem interesse em realizar pesquisas científicas, fazer leituras complementares, utilizar instrumentos pedagógicos diferenciados, diversificar os métodos avaliativos e assim acaba, de certa forma, compactuando com o aluno desinteressado, indisciplinado, desmotivado. Diante do exposto, o maior problema apresentado pelos professores, ou seja, a indisciplina dos alunos é, muitas das vezes, gerada pelo próprio professor, que tem dificuldades em sensibilizar o aluno a participar das aulas.

Quanto à utilização dos instrumentos tecnológicos, observou-se que 40% dos professores entrevistados não possuem dificuldades, 20% afirmaram ser difícil acompanhar as constantes mudanças do meio tecnológico-científico-informacional e alertam para a falta de capacitação; dos entrevistados apenas 10% não utilizam tecnologia na sala de aula (tabela 21).

Tabela 21 - Dificuldades encontradas pelos professores para utilizar a tecnologia.

Dificuldades	Nº	%
Não sente dificuldade	4	40,0
Constante mudança tecnológica	2	20,0
Falta de capacitação	2	20,0
Não utiliza	1	10,0
Faltam equipamentos	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Atualmente vive-se em um mundo globalizado, dependente da tecnologia, e o professor deve estar ligado a essas mudanças, buscando se capacitar para utilizar essa ferramenta como um instrumento pedagógico que auxilia na sala de aula. Instrumento esse que pode ajudar a motivar os alunos a estudar e buscar conhecimento. Assim sendo,

A inserção da informática nas salas de aula não está apenas nas mudanças tecnológicas, mas também nas mudanças sociais. A educação precisa ser repensada, até porque há a necessidade de aumentar o entusiasmo do professor e o interesse do aluno, melhorando assim o nível de aprendizagem (ARCHELA; CALVENTE 2008. p. 49).

Tal fato se torna contraditório, pois quando questionados sobre o que fazer para tentar superar os problemas na sala de aula, responderam que tentam inovar suas aulas com atividades diversificadas visando proporcionar aulas mais atrativas e interessantes aos alunos, sensibilizando os alunos a aprender, sendo utilizados alguns instrumentos, tais como: a música (60%), mapas (80%), vídeos (50%) e a TV pen drive (40%), que são os mais destacados pelos professores entrevistados (tabela 22); nota-se, entretanto, que o recurso que prevalece nas aulas ainda é o livro didático, utilizado por 100% dos professores (tabela 13).

Tabela 22 - Instrumentos utilizados para sensibilizar o interesse do aluno

Instrumentos	Nº	%
Mapas	8	80,0
Música	6	60,0
Vídeo	5	50,0
TV pen drive	4	40,0
Trabalho de campo	1	10,0
Internet	1	10,0
Filmes	1	10,0
Desenho	1	10,0
Charges	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Ao analisar os dados da tabela 22, nota-se que os professores afirmaram utilizar vários instrumentos para sensibilizar os alunos, entretanto, como muitos nem realizam pesquisa, possuem dificuldades para manusear os instrumentos tecnológicos e não fazem leituras complementares, essas informações mostram-se contraditórias, pois como o professor utiliza tais instrumentos, mas ao mesmo tempo não realiza pesquisa? Ou ainda, como utiliza mapas se durante as entrevistas foi argumentado sobre a falta de materiais nas escolas? Como usam vídeos se a TV pen drive é utilizada por apenas 40% dos professores?

Diante do exposto, nota-se que os professores ainda utilizam o livro didático como o principal material pedagógico para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, conforme consta da tabela 13.

Quando questionados quanto ao desempenho como professor, 50% dos entrevistados afirmaram ter um desempenho bom, ou seja, nota oito, pois estão preocupados com o desenvolver das aulas e o aprendizado dos alunos e por isso procuram pesquisar e melhorar suas aulas (tabela 23).

Mais uma vez as informações se contradizem, posto que os dados revelam que apenas 20% dos professores realizam pesquisas científicas e apenas 10% realizam leituras complementares em artigos acadêmicos, sendo que 50% dos professores leem jornais como fonte de referência para preparar suas aulas e 30% assumem não realizar leituras complementares. Além do mais, 100% dos professores possuem computadores e apenas 30% utiliza internet com os alunos, ou seja, não fazem uso de uma ferramenta que pode contribuir para melhorar a prática docente e motivar o aluno a participar das aulas. Assim sendo, como estariam desempenhando um bom trabalho, se suas aulas são fundamentadas apenas nos livros didáticos?

Tabela 23 – Desempenho de 5 a 10 do professor durante as aulas (auto avaliação)

Desempenho	Nº	%
08	5	50,0
09	3	30,0
07	1	10,0
10	1	10,0
Total de entrevistados	10	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Mais uma vez a “fala” do professor mostra-se incoerente, pois, como estão preocupados com o aprendizado dos alunos se não buscam inovar suas aulas, utilizar mais de um método avaliativo, realizar pesquisas, enfim, os professores “reclamam” dos alunos por sua falta de interesse e desmotivação, mas, qual a sua contribuição para melhorar essa realidade?

Acredita-se que para ser um bom professor faz-se necessário um constante aprendizado e a busca por conhecimentos, pois ser professor é mediar o conhecimento científico com os alunos de maneira clara e com linguagem apropriada, sensibilizando-os, levando-os a ter interesse em aprender; assim, o educador necessita de constante dedicação para poder alcançar seu objetivo de construir o conhecimento junto com o aluno, pois é o professor o responsável em proporcionar condições para a sistematização dos saberes.

Quanto ao relacionamento com os alunos, 100% dos professores afirmaram ter um bom relacionamento. 90% dos professores afirmaram possuir uma boa relação com os profissionais que trabalham no setor administrativo da escola e 10% afirmaram manter um ótimo relacionamento com eles. Isso significa que os professores convivem em harmonia no ambiente de trabalho, o que ajuda no bom desempenho, pois quando se trabalha em ambiente amigável a convivência se torna prazerosa, ajudando no processo-ensino aprendizagem, que é a tarefa exercida pelo professor.

Quanto ao relacionamento dos professores com a equipe pedagógica da escola, 90% afirmaram ser bom e 10% disseram ser muito bom, sendo que 90% das decisões são tomadas em conjunto por meio do conselho de classe e apenas 10% dos entrevistados disseram não participar das decisões.

O relacionamento com o diretor da escola é descrito pelos entrevistados como sendo bom (60%) e ótimo (40%), justificando assim, que os

professores trabalham em equipe junto com os demais funcionários e com o diretor da escola, auxiliando no sentimento de pertencimento no momento de decidir sobre o futuro da escola. Assim sendo, concordamos com Castellar (2007, p. 48) que afirma: “quando o professor define seus objetivos, estrutura os conteúdos, conceitos e conhece os seus alunos, fica mais fácil perceber e criar condições para que ocorra de fato uma aprendizagem significativa.”

4.3.1 Professor PSS X Professor QPM

Na elaboração do questionário a ser aplicado junto aos professores, algumas questões foram destinadas especificamente aos professores PSS e ao analisar as respostas, verificou-se que os professores não destacam seu conhecimento quanto à precariedade do trabalho temporário, ou seja, não indicam que o trabalho temporário interfere na qualidade do ensino: quando questionados se há diferença entre professor temporário e efetivo, 75% afirmaram que não existe essa diferença entre os professores PSS e os QPM (tabela 24). Em uma de suas “falas” o professor (E), afirmou:

*Não há diferença entre professor PSS e QPM, pois os dois são educadores e tem compromisso com a sala de aula, independente do período que permanecem com a turma.
(Professor E entrevistado, julho de 2013).*

Conforme se observa no relato do professor E, para ele não existe diferença, entretanto, essa diferença pode ser inferida, quanto aos direitos trabalhistas, em sua “fala” quanto à perspectiva para o futuro, no qual 75% dos professores afirmaram que gostariam de pertencer ao quadro efetivo, que garante estabilidade financeira e melhores condições de trabalho.

Segundo Thomaz Jr. (2010), o professor se submete a precárias condições de trabalho para garantir seu sustento, enquadrando-se nas diferentes atividades, que exprimem formas assalariadas, semi-assalariadas, autônomas, mas todas reunidas no quadro da precarização do trabalho.

Ao afirmar que não há diferença entre o professor temporário e efetivo, o professor não consegue indicar a precarização do trabalho, que é importante, tanto nas questões trabalhistas, quanto nos salários melhores e pelo

maior embasamento pedagógico, já que o professor efetivo participa de todas as etapas do ano letivo, ou seja, da semana pedagógica, da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e do replanejamento das aulas.

Saviani (1991) afirma que os professores são usados para disseminar a alienação do trabalho, e assim, mesmo que não sejam produtivos junto aos seus alunos, tornam-se produtivos para quem os empregam.

Tabela 24 - Existe diferença entre professor temporário e o efetivo?

Diferença entre professor temporário e o efetivo	Nº	%
Existe	0	0,0
É igual, pois ambos não são reconhecidos	1	25,0
Não existe	3	75,0
Total de entrevistados	4	100,0

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores PSS de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Os professores responderam que não há diferença entre professor PSS e QPM, entretanto quando questionados da importância de se manter o mesmo professor durante o ano todo, 90% afirmaram que para o aluno aprender faz-se necessário um ambiente que proporcione confiança, pois o processo de ensino-aprendizagem é contínuo; observe-se na tabela 25 que os professores acreditam na necessidade de se manter o mesmo educador durante o ano letivo para proporcionar um ensino de qualidade.

Tabela 25 - É importante ter o mesmo professor durante o ano todo?

Respostas	Justificativa	Número	%
Sim	Para dar continuidade aos conteúdos e metodologias de ensino.	3	90%
Não	Pois o conteúdo não muda	1	10%

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores PSS de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

A preocupação com o processo de ensino aprendizagem apresentada pelos professores pode ser enfatizada na fala do professor E:

Para o aluno aprender não basta um ambiente agradável, mas também é preciso a confiança, pois ensinar é complexo, vai além da matéria, o professor deve despertar a atenção do aluno e para isso precisa conhecer sua realidade que só é possível quando se tem confiança. (Professor E entrevistado, julho de 2013).

Saviani (1991) acredita que para o aluno aprender, necessita estar contextualizado historicamente, pois o ensino é contínuo e dialético e com a mudança do professor essa relação de confiança torna-se mais difícil.

O professor PSS é capaz de transformar a vida de um aluno? A convivência diária com o aluno proporciona o surgimento de sentimentos de confiança e a construção de vínculo afetivo com os alunos e mediante esses sentimentos o professor torna-se exemplo para os estudantes, podendo mudar suas vidas. Porém, o professor temporário normalmente trabalha pouco tempo com esses alunos e isso se torna um obstáculo para a construção desses sentimentos; de acordo com os dados apresentados na tabela 26, o professor PSS, devido à sua rotatividade, interfere também no andamento da escola, que acaba sendo prejudicada com a fragmentação do ensino.

Tabela 26 - O Professor PSS pode transformar a vida de um aluno?

Respostas	Justificativa	Número	%
Não	trata-se de um curto período para tocar na vida de um aluno.	3	90%
Sim	é exemplo para os alunos	1	10%

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores PSS de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Em uma das entrevistas, um professor afirmou:

Mudar a vida de um aluno não é tarefa fácil, pois o professor em sala de aula torna-se um exemplo, mas para que o aluno queira segui-lo ele precisa conquistar sua confiança, afetando-o com bons exemplos, demonstrando que sua realidade pode ser transformada. (Professor D entrevistado, julho de 2013).

Assim sendo, não basta “passar” os conteúdos previstos no currículo escolar e no PPP da escola, o professor deve ajudar seus alunos a conquistar uma vida digna, buscar sua emancipação, exercer a liberdade em suas escolhas, compreender a dinâmica do mundo. Portanto, o professor deve ajudar a preparar seus alunos para a vida.

Quanto à recepção dos alunos em relação ao novo professor temporário, ou seja, o substituto, os entrevistados afirmaram que 50% dos alunos os receberam de forma normal, 25% afirmaram ter tido uma recepção boa e 25% que os alunos gostaram do novo professor, talvez porque o “novo professor” traz a possibilidade de novas formas de lecionar e isso acaba instigando o interesse nos alunos, podendo todavia, com o passar dos dias, cair novamente na rotina da sala de aula. O professor E afirmou:

Muitas das vezes o aluno recebe o professor PSS como um substituto, não o vendo como seu professor, para ele o professor QPM é o único professor e por isso devem respeitá-lo, pois o professor PSS não é encarado como um educador responsável. (Professor E entrevistado, julho de 2013).

Desta maneira, o professor PSS sofre com a falta de confiança perante os alunos; pois pode acabar sendo testado a todo instante, seja quanto ao seu conhecimento do conteúdo, ou até mesmo quanto à sua autoridade perante a sala de aula, ou seja, os alunos tendem a ser mais indisciplinados, testando a “paciência” do professor.

Mas, e se o aluno não aceitar o novo professor, o que ele faz para mudar essa realidade? De acordo com a tabela 27, 50% dos professores tentam aproximar-se o máximo possível da metodologia utilizada pelo antigo professor, ou seja, pelo professor QPM, e 50% trabalham com a realidade dos alunos para facilitar essa aproximação. O professor D justificou-se:

Não é fácil trabalhar em uma sala de aula quando os alunos não te aceitam, pois tudo que você faz não adianta, eles não prestam atenção na sua aula e não o respeitam como professor, uma das formas para diminuir esse problema é tentar conquistar a amizade dos alunos no primeiro dia. (Professor D entrevistado, julho de 2013).

Conforme se observa na fala do professor, não é fácil aproximar-se dos alunos, eles o testam a todo instante, seja na parte teórica ou quanto à sua autoridade na sala de aula, sua capacidade de manter o domínio do conteúdo e a

atenção dos alunos. Um das soluções seria aproximar-se dos alunos com uma aula preparada de acordo com sua realidade, buscando inovar com metodologias e instrumentos pedagógicos que sejam instigantes ao aprendizado. Mas, como preparar aulas de acordo com a realidade do aluno se o professor não a conhece? Desta forma, por não conhecer a realidade do aluno é complicado preparar aulas voltadas para o cotidiano do estudante.

Tabela 27 - O que fazer quando o aluno não aceitar o novo professor?

Justificativa	Número	%
Tenta trabalhar conforme a metodologia utilizada pelo antigo professor.	2	50%
Trabalha os conteúdos de acordo com a realidade dos alunos.	2	50%

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores PSS de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

Qual a preocupação do professor ao substituir um professor QPM? As respostas foram preocupantes, pois a principal preocupação dos professores PSS é com o livro de chamada (50%) e apenas 25% com a construção do processo de ensino-aprendizagem dos alunos (tabela 28). Nas entrevistas, o professor F, afirmou:

O livro de chamada é complicado, pois o professor QPM preenche corretamente, sem erros e caso você erre, não tem como apagar, pois tudo deve ser feito a caneta esferográfica preta ou azul. (Professor F entrevistado, julho de 2013).

A preocupação dos professores PSS com o livro de chamada decorre da necessidade de não constar borrões, o livro deve ser legível, sem rasuras, pois se trata de um documento e deve ser verificado pela pedagoga da escola e caso encontre erros o professor deve refazer as informações.

Tabela 28 - Qual a preocupação do professor ao substituir um professor QPM?

Justificativa	Número	%
Livro de chamada.	2	50%
Construção do processo de ensino aprendizagem dos alunos.	1	25%
Não tem preocupação	1	25%

Fonte: Pesquisa *in loco* com professores PSS de Geografia de Assaí, S.C. Pavão e S. S. da Amoreira – julho 2013.

O professor substituto traz consigo a curiosidade, ou seja, o desconhecido, pois os alunos estavam acostumados com o professor anterior, com sua metodologia e maneira de ensinar e o novo professor possibilita a esperança de uma nova forma de se fazer o processo de ensino aprendizagem. Entretanto, o novo professor acaba não tendo domínio da sala de aula, muitas das vezes, e por não conhecer os alunos sente insegurança, o que pode contribuir para o surgimento da indisciplina na sala de aula.

Ao serem questionados quanto ao sistema de classificação utilizado pela SEED para a contratação de professor temporário, 100% dos professores concordam com o método utilizado, pois é uma forma de recompensar o professor que busca se especializar, além de valorizar o tempo de serviço que também é um dos critérios utilizados para a classificação. Entretanto, esse método acaba não avaliando o conhecimento do professor, haja vista que não é realizada nenhuma prova escrita ou entrevista para comprovar a capacidade desses profissionais que atuarão nas salas de aula.

De maneira geral, ao realizar as entrevistas, foi possível notar que os professores sentem diversas dificuldades para ministrar suas aulas, sejam eles PSS ou QPM, porém, sua metodologia de ensino, método avaliativo e instrumentos didáticos continuam os mesmos, ou seja, os professores sentem dificuldades em utilizar novos recursos que não sejam o livro didático, deixando de utilizar instrumentos alternativos que poderiam auxiliar a sensibilizar os alunos a aprender e participar mais ativamente das aulas.

O baixo índice de participação em atividades de pesquisa, de leituras complementares e capacitação são reflexos da falta de interesse dos professores em buscar saídas para tentar propor novas maneiras de ensinar e

contribuir para o processo de ensino-aprendizagem. Notou-se que os professores encontram-se desanimados e desmotivados a inovar em suas práticas pedagógicas, mantendo-se na mesma rotina com avaliações objetivas e dissertativas, utilizando o livro didático como principal ponto de apoio para o desenvolvimento das aulas.

Diante do exposto, observou-se que os professores, de certa forma, contribuem para a indisciplina dos alunos, para a falta de interesse pelas aulas, posto que quando estes não se sentem motivados a estudar e a aprender respondem com a indisciplina e demais problemas que são notados nas salas de aula.

Observou-se que o professor temporário, mesmo não visualizando uma diferença entre os profissionais e as precárias condições em que trabalha, almeja pertencer ao quadro efetivo dos professores do Paraná.

Analisando o depoimento dos professores, pode-se observar que a indisciplina dos alunos, a desmotivação na sala de aula, a violência na escola e outras dificuldades relatadas pelos professores são, pelo menos em parte, desdobramentos da falta de preparo das aulas devido às extensas jornadas de trabalho e o uso do livro didático como principal fonte de apoio para o planejamento das aulas.

De acordo com Antunes (2002) o trabalho alienado pode ser lucrativo, pois mesmo que não contribua com o objetivo principal, ele colabora com a mais-valia. Nesse sentido, o trabalho do professor desvinculado da realidade dos alunos e das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo torna-se alienado, pois não sabe o porque de ensinar e o trabalho transforma-se em uma única fonte para a troca entre a força de trabalho e o salário.

Também Albroz (2000) afirma que os professores, mesmo quando não conseguem realizar o processo de ensino-aprendizagem com os alunos, são produtivos, pois produzem a mais-valia. Sendo assim, os professores que não possuem claro o objetivo de sua ciência seriam incapazes de construir o conhecimento dialético e emancipatório.

Observando as entrevistas, nota-se que os professores PSS são penalizados com as condições do trabalho instável, posto que não possuem condições de manter uma relação permanente com os alunos, dificultando assim o processo de ensino-aprendizagem, da mesma forma, que quando substituem um professor QPM não são reconhecidos pelos alunos como seus professores, pois

para eles, o professor efetivo é o regente da sala e ele torna-se o único exemplo para os alunos. Desta forma, o professor PSS assume a sala de aula, mas muitas das vezes não alcança o processo de construção do conhecimento com os alunos. Além do mais, os alunos aproveitam o “novo” professor para entregar atividades atrasadas, fazer revisão de conteúdos, testando o conhecimento do novo professor em sala de aula.

Também se torna problema para o desenvolvimento da escola a rotatividade de professores, pois os alunos e funcionários não sabem quem irá trabalhar e isso prejudica o desempenho da escola, que precisa de profissionais efetivos acostumados com as normas e regras da escola, que estão expressas no PPP.

Considere-se, por fim, que o trabalho tem como objetivo, segundo Marx (1980), diferenciar o homem dos animais, pois o ser humano é capaz de criar, imaginar e planejar suas ações. González (2003) afirma que o trabalho é a base do autodesenvolvimento da vida material e espiritual garantindo uma vida de sentidos e emancipada. Entretanto, o trabalho do professor PSS é precarizado, visto que, submete-se a condições precárias, inclusive com horas excessivas de serviço para conseguir remuneração que proporcione condições razoáveis para sobreviver. Albroz (2000) esclarece que a servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes, fato que pode ocorrer com os professores temporários.

Neste contexto, o professor se submete a precárias condições de trabalho com o intuito de garantir seu sustento, encarando uma carga horária excessiva, instabilidade financeira, a indiferença dos alunos, além dos problemas de disciplina dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do professor de Geografia e sua ação no ensino foi abordado a partir da perspectiva do professor PSS, ou seja, o professor temporário. Desta forma, foi preciso compreender o que é trabalho e como este foi se modificando no perpassar dos tempos; e também que o trabalho, conforme Marx (1980) elucida, refere-se a uma atividade criativa, planejada, desenvolvida pelo homem. Trata-se, o trabalho de uma atividade capaz de diferenciar o ser humano dos outros animais.

Mediante a compreensão do que é trabalho, buscou-se analisar as modificações que ocorreram no trabalho em foco, tornando-o mais flexível e instável, ao ponto de chegar ao cotidiano dos professores PSS. Essa mudança foi possível por meio da industrialização que, segundo Pereira (2001), foi a grande responsável pela mudança do cotidiano, pois, o trabalho passou a ser mais mecanizado, necessitando de menos mão de obra, o que gera maior competitividade pelo trabalho e para garantir seu emprego a pessoa deve desenvolver a capacidade de adaptação e de antecipação às mudanças. Assim, o mercado de trabalho passaria a aceitar o trabalho temporário que, no Brasil, torna-se legitimável com o Decreto Nº 6.019 de 03 de janeiro de 1974, que regula as práticas de flexibilização no país.

Além da dinâmica do trabalho para compreender a realidade da educação brasileira nas redes públicas, faz-se necessário compreender como o ensino está sendo abordado; sendo assim, analisou-se o papel dos PPPs das escolas dos municípios de Assaí, Santa Cecília do Pavão e São Sebastião da Amoreira, para compreender a estrutura física e qualitativa, ou seja, com as análises dos PPPs o leitor pode ter uma dimensão do tamanho das escolas, constatando o número de funcionários, professores e alunos. Também pode averiguar as normas que regem o colégio e como se encontra distribuído o espaço físico.

Mas somente a análise dos PPPs não foi suficiente para compreender o trabalho do professor de Geografia e seus reflexos no ensino, então foi preciso estudar como a ciência geográfica está presente na sala de aula, como essa disciplina vem sendo abordada pelos professores e para isso foram entrevistados os professores do PSS e do QPM.

Ao analisar a realidade dos professores, pode-se constatar que ambos possuem dificuldades em compreender o trabalho temporário, principalmente

os próprios professores PSS, pois quando questionados se há diferença entre os professores PSS e QPM, as respostas foram diversas, pois nenhum dos entrevistados afirmou que existe essa diferença, entretanto, sabe-se que o trabalho temporário é precário, conforme foi descrito no primeiro capítulo desta dissertação, em que também se pode analisar o contrato do professor PSS, o qual descreve seus deveres e direitos enquanto trabalhador.

Os professores foram questionados quanto a renda e itens como: eletrodoméstico, eletrônicos, casa própria, automóvel entre outros, com o intuito de verificar o seu status econômico e social. De acordo com as respostas, os professores possuem uma vida economicamente estável, com condições de realizar atividades de lazer e de aperfeiçoamento. Porém, houve pouco interesse por parte dos professores em realizar atividades de aperfeiçoamento, aguardando as atividades de capacitação ofertadas pela Secretaria do Estado da Educação.

Em relação ao planejamento das aulas e a utilização de tecnologia na sala de aula, observou-se que as aulas são planejadas semanalmente por 80% dos professores, devido à falta de tempo para realizar diariamente o planejamento. Quanto à utilização de tecnologia em sala de aula, os professores ainda sentem-se inseguros para usufruírem deste instrumento, ficando presos às antigas práticas como o uso do livro didático, provas discursivas e objetivas. Sendo assim, nota-se que os professores não conseguem acompanhar a evolução tecnológica, o que se reflete nas aulas, pois a queixa apresentada pelos professores como um dos problemas que mais atrapalham o processo de ensino-aprendizagem foi a indisciplina dos alunos e a falta de interesse nas aulas.

Assim sendo, fica a dúvida quanto ao desempenho desse educador para promover aulas mais prazerosas e interessantes aos alunos, pois quando questionados, afirmaram que são bons professores, pois, “*sempre buscam preparar e inovar suas atividades*”, porém as respostas obtidas nas questões que dizem respeito a metodologia, planejamento e instrumentos metodológicos utilizados não são coerentes com as afirmações anteriores.

Para compreender se o professor temporário interfere no aprendizado dos alunos, foi realizada uma entrevista com os mesmos, com questões como: há diferença entre os professores PSS e QPM? Qual sua perspectiva para os próximos 10 anos? É importante o mesmo professor acompanhar a turma durante o ano letivo? O professor PSS pode modificar a vida de um aluno? O que fazer

quando o aluno não aceita a metodologia do novo professor? E, qual a preocupação ao substituir um professor QPM?

As respostas obtidas não foram as que o pesquisador esperava, posto que na visão dos professores não há diferença entre os professores PSS e QPM, entretanto, conforme descrito no primeiro capítulo o trabalho temporário torna-se mais precarizado devido as suas condições de instabilidade. Mas, ao longo da entrevista pode-se observar que 90% dos professores gostariam de pertencer ao quadro próprio do magistério. Também alegaram ser importante manter o mesmo professor durante o ano em uma sala de aula para que o processo de ensino aprendizagem seja completo. Saviani (1991), afirma que para o ensino acontecer é importante o aprendizado contínuo e dialético, o que não seria o caso do professor PSS que não consiga dar continuidade aos conteúdos devido ao pouco tempo em sala de aula com os alunos.

Também se observou alguma contradição na afirmativa de que é “complicado” um professor PSS tornar-se exemplo para o aluno, pois trata-se de um período curto, não conseguindo o docente conquistar a confiança dos alunos para tornar-se um exemplo ou até mesmo para modificar as suas vidas. Os professores PSS concordam com o fato de que ao substituir um professor QPM há certa rejeição por parte dos alunos que não aceitam o novo professor e algumas das soluções para esse problema, apresentadas pelos professores foram: a utilização da mesma metodologia que o antigo professor ou tentar trabalhar os conteúdos com os alunos a partir da sua realidade, fato esse de difícil realização, pois o professor está pouco há tempo em sala de aula para conhecer a realidade desses alunos.

A principal preocupação apresentada pelos professores ao substituir um professor QPM é o livro de chamada, pois alegam que se refere a um documento que deve ser preenchido sem erros, não podendo constar nenhum tipo de borrão. Nota-se que os professores priorizam o livro de chamada em detrimento à educação e acabam “desvalorizando” o aprendizado do aluno, ou seja, o educador preocupa-se mais com o registro de suas atividades, do que em sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos e a construção do conhecimento.

Nota-se ainda que os professores PSS não possuem consciência de como o trabalho temporário interfere no aprendizado dos alunos e na construção do conhecimento, pois o sistema de trabalho acaba fragilizando a prática do docente que, além de trabalhar em precárias condições, deve se submeter a extensas horas

de serviço para garantir um bom salário, além de conviver com a insegurança: “*será que no próximo ano terei emprego?*” Com essa precarização do magistério quem tem a perder são os alunos e a sociedade como um todo.

Em suma, a presente pesquisa teve como objetivo não só analisar o quanto as modificações do trabalho no decorrer dos tempos interferiu na reestruturação da sociedade, como também refletir sobre a prática docente, pois o professor PSS acaba tendo maiores dificuldades para trabalhar, não só devido aos problemas de disciplina dos alunos como também pressionado pelas limitações enquanto professor temporário.

Como observação final, considera-se que nenhum trabalho é conclusivo, pois a elaboração da dissertação suscitou novas indagações que poderão ser respondidas na continuidade da pesquisa ou em trabalhos a serem elaborados por outros pesquisadores, os quais poderão ser desenvolvidos a partir dos temas elencados, a seguir:

- O professor deve ministrar suas aulas fundamentadas somente no uso do livro didático (qual papel da pesquisa para o professor)?
- Uso dos recursos didáticos para o ensino de Geografia (giz, lousa, mapas, trabalho de campo, internet).
- Inclusão social na escola pública (dificuldades encontradas, visão do professor, capacitação).
- Papel da internet no processo de ensino-aprendizagem.
- Os conteúdos a serem desenvolvidos pelos professores e os objetivos (planejamento, seleção de conteúdos).
- O embasamento teórico-metodológico de um professor graduando (acadêmico).
- O trabalho de campo e o professor temporário (dificuldades, viabilidade, relacionar o teórico com o prático).
- Políticas públicas e a merenda escolar.

REFERÊNCIAS

- ALBROZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: brasiliense, 6 ed. 2000.
- ALMEIDA, A. P. de. **Produção Industrial em Pequenas Cidades e Reinserção na Rede Urbana**: O Caso de Assai – PR. Encontro Nacional de Geógrafos eng, de 25 a 31 de julho de 2010.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 6 ed. 2002.
- ARCHELA, R. S.; CALVENTE, M. D. C. M. H. **Ensino de geografia**: tecnologias digitais e outras técnicas passo a passo. Londrina: EDUEL, 2008.
- ASARI, A. Y. **E eu só queria voltar ao Japão**. São Paulo, FFLCH- USP, 1992.
- ASSAÍ. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Barão do Rio Branco. 2013. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br> . Acessado 02 de junho de 2013
- ASSAÍ. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Conselheiro Carrão. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br> . Acessado 02 de junho de 2013
- ASSAÍ. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Professor Walerian Wrosz. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br> . Acessado 02 de junho de 2013
- BRASIL, Decreto nº 73.841, 13 de março de 1974. que dispõe sobre o trabalho temporário. DOU DE 13/3/74
- BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=41. Acesso no dia 14 de Julho de 2013.
- BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Informação acessada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cornélio Procópio, no dia 27 de janeiro de 2014.
- BRASIL, LDB, LEI n.º 9394, de 20.12.96, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, in Diário da União, ano CXXXIV, n. 248, 23.12.96.
- BRASIL, Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974. **Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências**. Brasília, 3 de janeiro de 1974; 153º da Independência e 86º da República.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CASTELLAR, S. (org.). **Educação geográfica**: teorias e práticas docentes. 2ª Edição. São Paulo: Contexto, 2007.

CAVALCANTI, L. S. **A Geografia Escolar e a cidade**: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas São Paulo. 3º Ed., Papirus Editora, 2010.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, Escola e construção de conhecimentos**. Campinas São Paulo. 10º Ed., Papirus Editora, 1998.

FRIGOTTO, G. **A polissemia da categoria e a batalha das ideias nas sociedade de classe**. Revista Brasileira de Educação v. 14. Nº 40 jan./abr. 2009.

GONZÁLEZ, J. C. Trabalho e Cotidiano. In. BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (org). **Desafios do Trabalho**. Capital e Luta de Classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003.

GORZ, A. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo, Martins Fontes, 1980.

KAERCHER, N. A. O Gato Comeu a Geografia Crítica? Alguns obstáculos a superar no Ensino-Aprendizagem de Geografia. In: PONTUSCHKA, N. N. JOLIVEIRA, A. V. **de Geografia em Perspectiva**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 221-231.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural, 1980. Coleção Os pensadores.

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico**: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro: O processo de produção do Capital. Volume I 6ª Edição. Tradução Reginaldo Sant' Anna. Civilização brasileira, 1980.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**. Volume 1: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008.

PARANÁ, APP- **Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná**, 2014. Acessado no dia 23 de fevereiro de 2014 em: <http://www.appsindicato.org.br/include/paginas/quem-somos.aspx>

PARANÁ, Estatuto dos Funcionários Civis. Lei 6.174 de 17 de novembro de 1970. **Estabelece o regime Jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo do Estado do Paraná**. Diário Oficial 20 de novembro de 1970.

PARANÁ, **Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social** - IPARDES, Santa Cecília do Pavão, dezembro 2012.

PARANÁ, **Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social** - IPARDES, caderno estatístico do município de São Sebastião da Amoreira. Setembro 2013.

PARANÁ, **Instituto Paranaense de Desenvolvimento de Pesquisa Econômica e Social** - IPARDES, caderno estatístico do município de Assaí. Setembro de 2013.

PARANÁ, **Programa de Desenvolvimento Educacional**, PDE 2013. Acessado no dia 30 de julho de 2013 em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>

PARANÁ, Santa Cecília do Pavão. **Agência do Trabalhador**. Junho de 2013.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação Geografia**. Secretária de Estado da Educação do Paraná, 2008. Disponível em: www.nre.seed.pr.gov.br.

PARANÁ. Lei Complementar nº 108/2005. **Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, conforme especifica**. Diário Oficial nº. 6979 de 19 de Maio de 2005.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Tecnologia Educacional do Paraná**. TV Multimídia. Acessado em setembro de 2013 em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/tvpendrive/search.php>

PARANÁ. **Tabela de vencimento dos professores** – Jornada 20 hr. Outubro de 2012. Lei complementar 150 de 29/08/2012. Disponível em: www.nre.seed.pr.gov.br. Acessado no dia 15 de junho de 2013.

PEREIRA, A. G. **Globalizações: novos rumos do mundo do trabalho**. Florianópolis: UFSC, SOCIUS, 2001.

PONTUSCHKA, N. N. (Org.) **Ousadia no dialogo: interdisciplinaridade na escola pública**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. L.; CACETE, N. H. **Para Ensinar e aprender Geografia**. 3ª Edição – São Paulo: Cortez, 2009.

S. C. PAVÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Jerônimo Farias Martins – Ensino Fundamental e Médio. 2012. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br>. Acessado 02 de junho de 2013.

S. C. PAVÃO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual do Campo Vicente Galvão. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br> Acessado 02 de junho de 2013.

S. S. AMOREIRA. **Projeto Político Pedagógico**. Colégio Estadual Padre Jerônimo Onuma. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br> Acessado 02 de junho de 2013.

S. S. AMOREIRA. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual João Turin. 2011. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br> . Acessado 02 de junho de 2013.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 23ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

THOMAZ, JR. Antônio. **Por uma Geografia do Trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

VIEIRA P, Á. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

WOLFF, S. **Informatização do trabalho e reificação**: uma análise à luz dos programas de qualidade total. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina PR; EDUEL, 2005.

ANEXOS

ANEXO A

Modelo de questionário que subsidiou as entrevistas com os Professores
temporários

UNIVERSIDADE ESTADUAL LONDRINA – UEL – Centro de Ciências Exatas

Departamento de Geociências.

Curso: Mestrado em Geografia em Dinâmica Espaço Ambiental

Pesquisadora: Juliene S. Fernandes - Orientadora: Prof^a Dr^a Alice Y. Asari

Questionário a ser aplicado junto aos Professores de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, dos municípios de Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira e Assaí para fins da elaboração da pesquisa denominada “O TRABALHO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E SEUS REFLEXOS NO ENSINO”.

Modelo de questionário que subsidiou as entrevistas com os Professores temporários.

PERFIL DO PROFESSOR

1. Perfil do professor:

Nome	Parentesco	Idade	sex o	Escolaridade	Onde nasceu?	Profissão	Religião	Estado Civil
			F () M ()		() área rural () urbana Município.... estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.... estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.... estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.... estado:.....			

			F () M()		() área rural () urbana Município estado:.....			
			F () M()		() área rural () urbana Município.... estado:.....			
			F () M()		() área rural () urbana Município.... estado:.....			

2. Local residência? Casa própria () Alugada ()

3. Recebe algum beneficio do Governo? Qual?

4. Renda da família?

meio salário mínimo () 1 salário mínimo () 3 a 5 salários mínimos ()

5. Quais os municípios que já lecionou?

6. Trabalhou na área rural? sim () não ()

7. Trabalhou na área urbana? sim () não ()

8. Ano de Graduação: _____ Instituição que se formou? _____

9. Séries em que leciona: _____

10. Tempo de Serviço e o ano que iniciou: _____

11. Existem outros professores na família? Sim () não () quantos? _____
quem são? _____

12. Possui ou pretende fazer alguma especialização? Qual? Onde? Estabelecimento?

13. Quais dos itens abaixo há em sua casa?

		Quantidade
<input type="checkbox"/>	Tv	
<input type="checkbox"/>	Videocassete e/ou DVD	
<input type="checkbox"/>	Rádio	
<input type="checkbox"/>	Microcomputador	
<input type="checkbox"/>	Automóvel	
<input type="checkbox"/>	Máquina de lavar roupa	
<input type="checkbox"/>	Geladeira	
<input type="checkbox"/>	Telefone fixo	
<input type="checkbox"/>	Telefone celular	
<input type="checkbox"/>	Acesso à Internet	
<input type="checkbox"/>	Tv por assinatura	

14. Você possui algum plano de assistência médica? Não. Sim. Qual?

15. Você possui empregada mensalista?

16. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar Escola?

A pé/carona/bicicleta. Transporte coletivo. Transporte escolar.
 Transporte próprio(carro/moto).

PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA FAMÍLIA

17. Com que frequência você...	Semanalmente	Ao menos 1 vez por mês	Ao menos 1 vez por ano	Menos que 1 vez por ano	Nunca	Diariamente
Vai ao cinema						
Vai ao teatro						
Vai ao estádio para assistir jogos ou outras modalidades esportivas						
Vai ao museu						
Vai ao shopping						
Vai ao parque						
Assiste a shows/concertos						

Assiste TV						
Prática esportes						
Vai a bares/danceterias						

18. Quais programas você assiste na TV por ordem de preferência?

DOCENTE E A GEOGRAFIA

19. Por que você optou pelo curso de Geografia?

20. Quais as dificuldades que você teve DURANTE sua formação acadêmica?

21. Participa de eventos? Sim () Quais? Não () Porque?

22. Faz pesquisas? Sim () Não () Porque?
Se sim, detalhar (pesquisas de conteúdos, metodologias a serem utilizadas, currículo adaptado...)

23. Você faz leituras complementares?

Sim () Quais? _____
Não () Porque? _____

24. Qual o último livro referente a geografia que você leu? E os que não têm ligação com a Geografia?

25. Você utiliza somente o livro como ponto de apoio para as aulas, ou utiliza vídeos, filmes, programas de TV entre outros?

Sim () quais? _____
Não? () Porque? _____

26. Você utiliza livros não didáticos, acadêmicos como apoio para as aulas? Quais?

27. Que tipos de dificuldades você encontra ao ministrar as aulas de Geografia?

28. Quais os maiores obstáculos hoje, para lecionar Geografia?

RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO

29. Dê uma nota de 5 a 10 para seu desempenho durante as aulas:

30. Descreva seu desempenho como professor (interação professor e aluno):
31. Defina o que é uma “boa aula”:
32. Quais os instrumentos (mapas musicas vídeos, trabalho de campo,...) você utiliza para despertar o interesse de seus alunos?
33. Quais as dificuldades que você encontra para utilizar instrumentos como vídeos, TV pen drive, musica, ou seja, instrumentos tecnológicos em geral nas suas aulas?

PROFESSOR TEMPORÁRIO

34. Você sente diferença na relação professor aluno por ser professor temporário?
35. Qual a principal diferença entre o professor temporário e o efetivo no seu ponto de vista? Se houver explique porquê isso ocorre
36. Você como professor temporário concorda com o sistema de classificação utilizado pela SEED?
37. Você sente-se motivado para realizar cursos de aperfeiçoamento? Explique.
38. Você acredita ser importante o planejamento das atividades letivas no inicio do ano? E para que serve o replanejamento no seu ponto de vista?
39. Você elabora os planos de aula diariamente?

40. Qual a metodologia utilizada para avaliação? Você elabora provas utilizando mais de um instrumento (discursiva, objetiva, oral, teatro,...) quais?

41. Você utiliza passar trabalho para serem realizados em casa? Que tipos de atividades? Você acredita ser importante ter essa complementação dos estudos na casa?

42. O trabalho temporário prejudica o aprendizado do aluno? Explique.

43. O que é trabalho alienado pra você? Você considera seu trabalho alienado?

44. É importante o mesmo professor durante o ano todo?

45. O Professor PSS pode transformar a vida de um aluno?

46. O que fazer quando o aluno não aceitar o novo professor?

47. Qual a preocupação do professor ao substituir um professor QPM?

RELAÇÃO PROFESSOR E ADMINISTRAÇÃO

48. Você possui bom relacionamento com as pessoas que trabalham na secretária da escola?

49. Como é seu relacionamento com a equipe pedagógica da escola?

50.Você participa das decisões a respeito do melhor desenvolvimento da escola e dos alunos?

51..Qual sua relação com o diretor?

RELAÇÃO COMUNIDADE E PROFESSOR

52.Tem tempo disponível para conversar com os pais a respeito do desempenho dos alunos?

53.Qual a relação com os pais dos alunos?

54.Você mantém contato com seus alunos fora da sala de aula?

55.Qual sua relação com os alunos e pais de alunos fora do ambiente escolar?

56.Você acredita ser importante o professor se preocupar com seu comportamento fora da sala de aula?

ANEXO B

Modelo de questionário que subsidiou as entrevistas com Professores efetivos

UNIVERSIDADE ESTADUAL LONDRINA – UEL – Centro de Ciências Exatas

Departamento de Geociências.

Curso: Mestrado em Geografia em Dinâmica Espaço Ambiental

Pesquisadora: Juliene S. Fernandes - Orientadora: Prof^ª Dr^ª Alice Y. Asari

Questionário a ser aplicado junto aos Professores de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, dos municípios de Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira e Assaí para fins da elaboração da pesquisa denominada “O TRABALHO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E SEUS REFLEXOS NO ENSINO”.

Modelo de questionário que subsidiou as entrevistas com os Professores efetivos.

PERFIL DO PROFESSOR

1. Perfil do professor:

Nome	Parentesco	Idade	sexo	Escolaridade	Onde nasceu?	Profissão	Religião	Estado Civil
			F () M ()		() área rural () urbana Município estado:....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.. estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.. estado:.....			

			F () M ()		() área rural () urbana Município.. estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.. estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.. estado:.....			
			F () M ()		() área rural () urbana Município.. estado:.....			

2. Local residência? Casa própria () Alugada ()
3. Recebe algum beneficio do Governo? Qual?
4. Renda da família ?
meio salário mínimo () 1 salário mínimo () 3 a 5 salários mínimos ()
5. Quais os municípios que já lecionou?
6. Trabalhou na área rural? sim () não ()
7. Trabalhou na área urbana? sim () não ()
8. Ano de Graduação: _____ Instituição que se formou? _____
9. Séries em que Leciona: _____
10. Tempo de Serviço e o ano que iniciou: _____
11. Existem outros professores na família? Sim () não () quantos? ____
12. quem são? _____
13. Possui ou pretende fazer alguma especialização? Qual? Onde? Estabelecimento?

14. Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar Escola?

- A pé/carona/bicicleta. Transporte coletivo. Transporte escolar.
 Transporte próprio(carro/moto).

PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DA FAMÍLIA

15. Quais dos itens abaixo há em sua casa?

		Quantidade
<input type="checkbox"/>	Tv	
<input type="checkbox"/>	Videocassete e/ou DVD	
<input type="checkbox"/>	Rádio	
<input type="checkbox"/>	Microcomputador	
<input type="checkbox"/>	Automóvel	
<input type="checkbox"/>	Máquina de lavar roupa	
<input type="checkbox"/>	Geladeira	
<input type="checkbox"/>	Telefone fixo	
<input type="checkbox"/>	Telefone celular	
<input type="checkbox"/>	Acesso à Internet	
<input type="checkbox"/>	Tv por assinatura	

16. Você possui empregada mensalista?

17. Possui algum plano de assistência médica? Qual?

Com que frequência você...	Semanalmente	Ao menos 1 vez por mês	Ao menos 1 vez por ano	Menos que 1 vez por ano	Nunca	Diariamente
Vai ao cinema						
Vai ao teatro						
Vai ao estádio para assistir jogos ou outras modalidades esportivas						
Vai ao museu						
Vai ao shopping						
Vai ao parque						
Assiste a shows/concertos						
Assiste TV						
Prática esportes						

Vai a bares/danceterias						
-------------------------	--	--	--	--	--	--

18. Quais programas você assiste na TV?

DOCENTE E A GEOGRAFIA

19. Por que você optou pelo curso de Geografia?

20. Quais as dificuldades que você teve DURANTE sua formação acadêmica?

21. Participa de eventos? Sim () Quais?
 Não () Porque?

22. Faz pesquisas? Sim () Não () Porque?
 Se sim, detalhar (pesquisas de conteúdos, metodologias a serem utilizadas, currículo adaptado...)

23. Você faz leituras complementares?
 Sim () Quais? _____

Não () Porque? _____

24. Qual o ultimo livro referente a geografia você leu? E os que não tem ligação com a Geografia?

25. Você utiliza somente o livro como ponto de apoio para as aulas, ou utiliza vídeos, filmes, programas de TV entre outros?
 Sim () quais? _____

Não? () Porque? _____

26. Você utiliza livros não didáticos, acadêmicos como apoio para as aulas? Quais?

27. Que tipos de dificuldades você encontra ao ministrar as aulas de Geografia?

28. Quais os maiores obstáculos hoje, para lecionar Geografia?

29. Você acredita ser importante o planejamento das atividades letivas no início do ano? E para que serve o replanejamento no seu ponto de vista?
30. Você elabora os planos de aula diariamente?
31. Qual a metodologia utilizada para avaliação? Você elabora provas utilizando mais de um instrumento (discursiva, objetiva, oral, teatro,...) quais?
32. Você utiliza passar trabalho para serem realizados em casa? Que tipos de atividades? Você acredita ser importante ter essa complementação dos estudos na casa?

RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO

33. Dê uma nota de 5 a 10 para seu desempenho durante as aulas:
34. Descreva seu desempenho como professor (interação professor e aluno):
35. Defina o que é uma “boa aula”:
36. Quais os instrumentos (mapas musicas vídeos, trabalho de campo...) você utiliza para despertar o interesse de seus alunos?
37. Quais as dificuldade que você encontra para utilizar instrumentos como vídeos, TV pen drive, musica, ou seja, instrumentos tecnológicos em geral nas suas aulas?

RELAÇÃO PROFESSOR E ADMINISTRAÇÃO

38. Você possui bom relacionamento com as pessoas que trabalham na secretária da escola?

39. Como é seu relacionamento com a equipe pedagógica da escola?

40. Você participa das decisões a respeito do melhor desenvolvimento da escola e dos alunos?

41. Qual sua relação com o diretor?

RELAÇÃO COMUNIDADE E PROFESSOR

42. Tem tempo disponível para conversar com os pais a respeito do desempenho dos alunos?

43. Qual a relação com os pais dos alunos?

44. Você mantém contato com seus alunos fora da sala de aula?

45. Qual sua relação com os alunos e pais de alunos fora do ambiente escolar?

46. Você acredita ser importante o professor se preocupar com seu comportamento fora da sala de aula?

ANEXO C

Roteiro de entrevistas junto ao representante da APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

UNIVERSIDADE ESTADUAL LONDRINA – UEL – Centro de Ciências Exatas

Departamento de Geociências.

Curso: Mestrado em Geografia em Dinâmica Espaço Ambiental

Pesquisadora: Juliene S. Fernandes - Orientadora: Prof^a Dr^a Alice Y. Asari

Questionário a ser aplicado junto aos Professores de Geografia do Ensino Fundamental e Médio, dos municípios de Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira e Assaí para fins da elaboração da pesquisa denominada “O TRABALHO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA E SEUS REFLEXOS NO ENSINO”.

Roteiro de entrevistas junto ao representante da APP Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

1- Perfil:

Nome: _____

Sexo: _____ Escolaridade: _____

idade: _____ Profissão: _____

2 – O é trabalho?

3 – O que é trabalho temporário?

4- O trabalho do Professor temporário interfere no aprendizado do aluno?

5- O professor PSS sofre algum tipo de discriminação?

6- Como a APP ajuda os professores PSS?

7- Você acredita que o professor PSS trabalha em precárias condições? Por quê?

ANEXO D

Cópia do Contrato de trabalho – PSS



SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO

19585
via contratado

NRE: CORNELIO PROCOPIO – S CEC DO PAVAO

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO – REGIME ESPECIAL
PROFESSOR

Pelo presente instrumento de contrato, a Secretaria de Estado da Educação – SEED, pessoa jurídica de direito público, com sede em Curitiba, Paraná, na Avenida Água Verde, 2140, inscrita no CNPJ sob n.º 76.416.965/0001-21, aqui denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Educação e/ou seus representantes legais, devidamente instituídos para fins de assinatura deste documento, e _____, RG N.º _____ CPF N.º _____ e PIS/PASEP N.º _____, residente _____ Cidade _____

/PR, aqui denominado **CONTRATADO**, nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual, da Lei Complementar N.º 108/05 e da Lei Complementar N.º 121/07, e o constante no Protocolado N.º 11.631.360-0/2012, celebram o presente **CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO EM REGIME ESPECIAL**, mediante as cláusulas abaixo discriminadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço por parte do contratado na função de PROFESSOR, para ministrar aulas, em Regime de Trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais, no Estabelecimento Estadual de Ensino indicado pela Chefia do Núcleo Regional da Educação de CORNELIO PROCOPIO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente contrato será de 21/05/2013 e término em 31/12/2013, podendo ser prorrogado por necessidade fundamentada do contratante por quantas vezes forem necessárias, desde que não ultrapasse o limite máximo de 02 (dois) anos fixados pela alínea “b” do inciso IX, do art. 27, da Constituição Estadual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Classificação Institucional Orçamentária n.º 4102.12, 4103.12 e suas subfunções, na Rubrica 31900400- Contratação por Tempo Determinado, relacionadas no Protocolado N.º 11.631.360-0/2012.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A remuneração obedecerá às disposições contidas no Decreto n.º 2.947, de 06 de maio de 2004, e no Art.10, da Lei Complementar n.º 108/2005.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS

Será descontado da remuneração do contratado o valor correspondente a título de contribuição previdenciária (RGPS – Regime Geral da Previdência Social), bem como o valor correspondente a título de Imposto de Renda, de acordo com a legislação específica sobre cada uma das deduções.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS

Ao contratado em regime especial aplicam-se os seguintes direitos:

I – décimo terceiro salário; **II** – repouso semanal remunerado; **III** – férias; **IV** – licença gestante; **V** – licença paternidade de 5 (cinco) dias; **VI** – afastamento decorrente de casamento: até 5 (cinco) dias; luto por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão: até 5 (cinco) dias; **VII** – licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho, na forma da legislação previdenciária aplicável ao regime geral; **VIII** – direito de petição na forma prevista pelos artigos 261 a 263 da Lei n.º 6174/70; **IX** – pagamento de auxílio transporte e período noturno na forma da Lei Complementar n.º 103/04.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DEVERES – São deveres do contratado em regime especial:

I – assiduidade; **II** – pontualidade; **III** – urbanidade; **IV** – discrição; **V** – lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir; **VI** – observância das normas legais e regulamentares; **VII** – obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; **VIII** – levar ao conhecimento de autoridade superior irregularidades de que tiver ciência; **IX** – zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; **X** – guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função; **XI** – apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso; **XII** – proceder na vida pública e privada de forma a dignificar sempre a função pública; **XIII** – submeter-se à perícia médica que for determinada pela autoridade competente; **XIV** – comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhe competirem.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PROIBIÇÕES – O contratado em regime especial não poderá:

I – referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, federal ou estadual, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço; **II** – retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento de órgão estadual, com o fim de criar direito ou obrigação ou de alterar a verdade dos fatos; **III** – valer-se da função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da mesma; **IV** – promover manifestação de apreço ou desapeço e fazer circular ou subscrever lista de donativos, no recinto de serviço; **V** – enquanto na atividade, participar de diretoria, gerência, administração, Conselho Técnico ou Administrativo de empresa ou sociedade comercial ou industrial; a) contratante ou concessionária de serviço público estadual; b) fornecedora de equipamento ou material de qualquer natureza ou espécie, a qualquer órgão estadual; **VI** – praticar usura em qualquer de suas formas; **VII** – receber propinas, comissões, presente e vantagens de qualquer espécie, em razão da função; **VIII** – revelar fato ou informação de natureza sigilosa de que tenha ciência, em razão da função, salvo quando se tratar de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo; **IX** – cometer a pessoa estranha ao serviço do Estado, salvo nos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir; **X** – censurar pela imprensa ou por qualquer outro órgão de divulgação pública as autoridades constituídas, podendo, porém, fazê-lo em trabalhos assinados, apreciando atos dessas



19585
via contratado

autoridades sob o ponto de vista doutrinário, com ânimo construtivo; XI – entreter-se nos locais e horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço; XII – atender pessoas estranhas ao serviço, no local de trabalho, para o trato de assuntos particulares; XIII – empregar materiais e bens do Estado, em serviço particular, ou, sem autorização superior, retirar objetos de órgãos estaduais; XIV – aceitar representações de Estados estrangeiros; XV – incitar greves; XVI – exercer comércio entre os colegas de trabalho; XVII – valer-se da função para melhor desempenhar atividade estranha às suas funções ou para lograr qualquer proveito, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO – O contrato em regime especial rescinde-se por:

I – descumprimento dos deveres previstos na cláusula sétima do presente contrato; II – transgressão das proibições da cláusula oitava do presente contrato; III – descumprimento das atribuições do cargo descritas no edital de abertura do processo seletivo que gerou este contrato; IV – incidência em qualquer das hipóteses previstas no inciso V do art. 293, da Lei n.º 6174/70: a) crime contra a administração pública; b) incontinência pública e escandalosa, vício de jogos proibidos e embriaguez habitual; c) ofensa física em serviço, contra servidor ou particular, salvo em legítima defesa; d) insubordinação grave em serviço; e) aplicação irregular do dinheiro público; f) revelação de segredo que se conheça em razão da função; g) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Estado; h) corrupção passiva, nos termos da Lei penal; V – ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis consecutivos, sem motivo justificado; VI – nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo.

Parágrafo único – As infrações disciplinares serão apuradas pelo órgão contratante mediante averiguação sumária no prazo máximo de 30 (trinta) dias assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme previsão do art. 15 da Lei Complementar n.º 108/05.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO – O contrato em regime especial extingue-se por:

I – término do prazo contratual; II – iniciativa do contratado mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; III – conveniência do órgão ou entidade contratante, importando no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO – Para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, é competente, por força da lei, o Foro de Curitiba.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba – Paraná, 21/05/2013

Diretor Geral
SEED/Órgão Contratante
CNPJ 76.416.965/0001-21
Decreto 72/2011 de
04/01/2011

Chefe do GRHS
SEED/Órgão Contratante
Decreto 4.077/2012 de
13/03/2012

Contratado
RG n.
CPF n.º

TESTEMUNHAS:

1.
Nome: Luciana Teixeira da Silva
RG: 7.308.345-1
RH - NRE - C. Proconio

2.
Nome: Suzilene Aparecida Angelo
RG: 5.151.221-9
RH NRE C. Proconio